

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**DO LUTO À LUTA:**  
**A EXPERIÊNCIA DAS MÃES DE ACARI**

**FÁBIO ALVES ARAÚJO**

**RIO DE JANEIRO**  
**JULHO - 2007**

DO LUTO À LUTA:  
A EXPERIÊNCIA DAS MÃES DE ACARI

FÁBIO ALVES ARAÚJO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva

RIO DE JANEIRO

JULHO - 2007

# DO LUTO À LUTA: A EXPERIÊNCIA DAS MÃES DE ACARI

Fábio Alves Araújo

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada em 24 de julho, por:

---

Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva (Orientador) – (IFCS/UFRJ)

---

Prof. Dr. Maria Barbosa Rosilene Alvim (IFCS/UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Pereira Leite (UERJ)

Suplentes:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elina Pessanha (IFCS/UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ)

Araújo, Fábio Alves.

Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari. / Fábio Alves Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2007.

xi, 141f.: il ; 29,7 cm

Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva

Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

Referências bibliográficas: f. 154-160

1. Mães de Acari. 2. Desaparecimento. 3. Luto. 4. Maternidade. 5. Justiça. I. Machado da Silva, Luiz Antonio. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari.

Dedico este trabalho a todos aqueles e aquelas que,  
mesmo sabendo que há muitas pedras no meio do caminho,  
não desistiram e optaram pela luta por justiça.

Especialmente para as *mães em movimento*.

## RESUMO

DO LUTO À LUTA:  
a experiência das Mães de Acari

Fábio Alves Araújo

Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

A problemática sobre a qual trata este trabalho são as relações entre luto, sociabilidade e política, a partir do estudo de caso de uma chacina, que ficou conhecida como “Caso Acari”. O caso é tomado como um evento-crítico, marcado pelo desaparecimento dos corpos dos onze jovens e pela luta das Mães de Acari, como ficaram conhecidas as mães dos jovens. Através da comunicabilidade da experiência do choque, denunciando publicamente um drama e uma injustiça, as mães dão início a um jogo de acusações buscando justificar e legitimar suas denúncias, em busca de justiça e reparação. Argumento que a partir da vivência do luto estas mães elaboram *práticas reivindicativas de justiça*, com menor ou maior sucesso, na medida em que a denúncia pública do acontecimento ganha justificação e legitimidade pública. Neste processo, trava-se uma luta por justiça, marcada por uma forte dimensão moral, onde são elaborados “repertórios”, ou “idiomas de ação”, envolvendo símbolos e rituais, capazes de movimentar toda uma política dos sentimentos, sobretudo a partir do universo simbólico da maternidade, da morte e da religião. Por outro lado, o principal obstáculo que enfrentam é o preconceito contra a favela e os favelados, tendo que romper duplamente com a condição de falar de um lugar de despossuído e de um território criminalizado.

Palavras-chave: “Mães de Acari”; desaparecimento; luto; maternidade, justiça.

## ***ABSTRACT***

Of the mourning to struggle:  
the experience of the “Mothers of Acari”

Fábio Alves Araújo

Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

This research deals with relations of mourning, sociability and politics, and is based on a case study of a massacre known as “Caso Acari”. The case is considered a “critical event”, marked by the disappearance of the bodies of eleven youngsters and by the struggle of the “Mothers of Acari”, which is how the victim’s mothers have come to be known. By sharing the experience of shock and by making this drama and injustice public, the mothers give impulse to a game of accusations, as they try to justify and legitimize the denouncements, in search of justice and reparation. I will argue that from the mourning experience these mothers elaborate practices of justice reivindication, with more or less success, as the public denouncement is justified and gets public legitimation. Through this process, there is a struggle for justice, marked by a strong moral dimension, where repertoires or “idioms of action” are performed, involving symbols and rituals, capable of articulating politics of sentiments, from the symbolic universe of motherhood, death and religion. On the other hand, the main obstacle they face is the prejudice held against the slums and the people who live there, and having to break through by speaking from the place of the disowned and from a criminalized territory.

**KEYWORDS:** “Mothers of Acari”; disappearance; mourning; motherhood; justice.

## AGRADECIMENTOS

O apoio, o interesse e a solidariedade de um grupo de pessoas e instituições foram fundamentais para a realização deste trabalho. Aproveito para registrar meus sinceros agradecimentos a todos eles. Alguns de modo especial.

Devo um agradecimento especial a Vera e Marilene, “Mães de Acari”, que me receberam com um carinho maternal e foram sempre muito gentis e atenciosas. Agradeço por compartilharem comigo suas histórias de dor, de luta e de vida. Com elas aprendi muito.

Um agradecimento também especial ao professor Luiz Antonio Machado da Silva, meu orientador. Rigoroso e paciente, soube dosar a crítica e o estímulo à reflexão. Além de tudo, ajudou a tornar o texto mais legível e compreensível.

O vínculo institucional com o PPGSA/IFCS me possibilitou importantes trocas intelectuais com outros professores, contribuindo tanto para minha formação acadêmica como para a realização deste trabalho em particular. Agradeço aos professores Peter Fry, Elisa Reis, Bila Sorj, Neide Esterci e Marco Antônio Gonçalves. A eles desejo somar os nomes do professor Michel Misse e da professora Márcia Leite da UERJ, por suas críticas e sugestões na ocasião do exame de qualificação. Um curso que fiz com a professora Myrian Sepúlveda, na UERJ, muito me enriqueceu e ajudou a despertar o interesse pelo tema da memória.

Agradeço ao Grupo Tortura Nunca Mais pelo interesse e pela disponibilização de materiais para a pesquisa. Um agradecimento especial à Victória Grabois, assim como àqueles que concederam entrevistas e depoimentos para esta pesquisa: Nilo Batista, Ivanir dos Santos (Ceap), Zé Luiz e Patrícia Oliveira (ambos militantes da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência).

Na Argentina tive a oportunidade de discutir algumas idéias da pesquisa com a antropóloga Ludmila Catela, que além de tudo me forneceu ótimo material bibliográfico. Agradeço ainda, aos funcionários do Museu de Antropologia de Córdoba, pelos contatos e materiais disponibilizados. Agradeço também aos funcionários da Biblioteca das Madres de Plaza de Mayo, pela gentileza e disponibilidade com que me atenderam.

Agradeço aos colegas da turma do mestrado, com quem compartilhei bons

momentos no Rio de Janeiro, especialmente Valéria, Zé Luiz, Fernando e Cacá. Aos amigos e interlocutores que leram partes do texto e debateram algumas idéias: Lu, Camilla Lobino, Juliana Farias, Danielle Barros, Igor Vitorino, Dina. Em alguns momentos do trabalho de campo tive o privilégio de contar com a ajuda de Danielle Barros, Cíntia Braga, Thiago Carminati e Igor Vitorino. Márcio Filgueiras, além de traduzir o resumo para o inglês, trocou idéias e indicações bibliográficas.

Thimoteo Camacho e Luíza, desde minha passagem pela graduação em Vitória, além de professores tornaram-se amigos e incentivadores. Agradeço o apoio afetivo, intelectual e os empréstimos financeiros. Além de tudo possibilitaram meu contato com as Mães da Praça de Maio, financiando minha viagem à Argentina. Gracias!

Também especial é o meu agradecimento a meus brothers Avana e Huguim, com quem compartilho a esperança de que ainda – apesar de tudo – seja possível arrancar alegria do futuro, como vislumbrava nosso poeta querido Vladimir Maiakovksi. À minha mãe, Rosa, que como as Mães de Acari, é uma lutadora. Agradeço o apoio afetivo de sempre e os empréstimos financeiros, que nós filhos insistimos em continuar fazendo.

Além de morar na Pavuna, durante a realização desta pesquisa trabalhei como professor em duas escolas públicas neste bairro. Sou muitíssimo grato a todos os meus alunos, com quem aprendi muito sobre favela, e sobre a luta que é a escola pública para a favela. Alguns deles se foram cedo demais.

Com outras pessoas aprendi também a luta e o luto, a derrota e a festa, o sofrimento e a alegria, que é viver e morar na favela. Guardo uma lembrança e um agradecimento especial aos amigos da Pavuna: Pedroca, Neném, Wagner, Luizim, Alê e minha vizinha Franciele.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
Eventos críticos e experiência do choque.....	14
A perspectiva metodológica .....	17
Materiais e fontes de pesquisa .....	19
Etnografia de eventos: entre o silêncio e o testemunho.....	19
O testemunho na Era das catástrofes .....	20
O registro dos eventos .....	22
Documentos e livros .....	27
Entrevistas .....	28
Os jornais e o caderno de recortes de Tereza .....	29
Estrutura do trabalho .....	30
<b>1. O drama de Acari: o desaparecimento de onze jovens .....</b>	<b>34</b>
O drama de Acari: o <i>desaparecimento</i> forçado de onze jovens .....	36
O 9º Batalhão de Rocha Miranda, os Cavalos Corredores e o Coronel Larangeira .....	39
As buscas dos corpos e os primeiros protestos.....	43
“Mães de Acari”: da maternidade partida à luta por justiça .....	48
O assassinato de Edméia .....	51
Ser “mãe de bandido” e moradora de favela .....	53
O apoio do CEAP, da Anistia Internacional e de Daniele Miterrand.....	55
<b>2. Do luto à luta: a construção da denúncia pública .....</b>	<b>58</b>
Do tempo do choque ao tempo da política .....	58
A construção da denúncia pública .....	59
O testemunho em eventos .....	65
Práticas de luto reivindicativas de justiça .....	79
26 de julho – a data como suporte de memória .....	81
A morte de João Hélio e a manifestação na Candelária .....	84
A denúncia internacional .....	89
A denúncia via os meios de comunicação .....	90
O registro como denúncia: os livros sobre as “Mães de Acari” .....	92

<b>3. Contraponto argentino: passados presentes .....</b>	<b>102</b>
Os rituais de protesto das Madres de Plaza de Mayo .....	102
A praça, a marcha, os pañuelos, as fotos: as armas dos fracos.....	106
O universo simbólico da morte.....	115
<b>4. O espaço da morte: a favela como lugar-trauma .....</b>	<b>121</b>
Acari: a favela como lugar-trauma .....	122
A luta por direito frente à exclusão totalitária .....	132
O circuito mimético da morte.....	137
<b>Reflexões finais.....</b>	<b>142</b>
Os presos políticos e a configuração dos direitos humanos no Brasil.....	145
As classes populares e os direitos humanos .....	147
A avaliação do Ceap .....	148
Entre o luto, a justiça e a paz: os idiomas de ação.....	151
<b>Bibliografia.....</b>	<b>154</b>
<b>Posfácio.....</b>	<b>161</b>
<b>Anexo 1 – Reportagem “Locas de Acari” .....</b>	<b>162</b>
<b>Anexo 2 - Galeria de imagens das Madres de Plaza de Mayo .....</b>	<b>163</b>
<b>Anexo 3 - Registro visual dos protestos das Mães de Acari e Mães da Cinelândia.....</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

A problemática sobre a qual esta pesquisa se debruça são as relações entre luto, sociabilidade e política. O ponto de partida para a análise é o estudo de caso de uma “chacina”, que ficou conhecida nacional e internacionalmente como “Caso Acari”, e provocou o *desaparecimento* forçado de onze jovens, cujos corpos, até o momento de conclusão deste trabalho não haviam sido encontrados. Embora seja um estudo de caso, trata-se de um “caso particular do possível” (Bachelard, 1995: 55), isto justifica a passagem do caso particular de Acari para outros casos.

Acari é um caso emblemático, porém não único. É emblemático por vários motivos: pelo *desaparecimento* dos corpos, pelo momento político em que acontecem os primeiros desdobramentos (durante o segundo governo Brizola), pela repercussão internacional que teve e por isso mesmo foi um dos primeiros casos (juntamente com as chacinas da Candelária e de Vigário Geral<sup>1</sup>) a dar visibilidade e aumentar a percepção de um quadro de violência marcado pela alta letalidade da ação policial, a partir da década de 1990. É a partir desse período que a imagem da “cidade maravilhosa” começou a perder espaço para uma outra metáfora: a da “cidade partida”.

Desse modo, o “Caso Acari” é tomado como um *evento-crítico*<sup>2</sup>, tal como esse conceito é trabalhado pela antropóloga Veena Das (1995). A autora seleciona um conjunto heterogêneo de “eventos críticos” como o desastre industrial de Bhopal, a Partição da Índia, a prática do sacrifício feminino entre os hindus e o apelo ao exercício da violência entre os militantes Sikh, para compreender algumas das categorias nativas que hoje são centrais na política indiana como as de “vítima”, “memória”, “tradição”, “honra”, “sacrifício” e “pureza”. A seleção destes eventos visa mostrar como a irrupção da violência

---

<sup>1</sup> Sobre a chacina de Vigário Geral conferir Ferraz (2004).

<sup>2</sup> Desde já é preciso distinguir *situação-limite* de *evento crítico*. Uma situação-limite pode ser considerada “terminal”, porque *rotiniza o extraordinário* – é o caso do campo de concentração como “instituição total”, do nazismo como violência estatal e da junção de ambos como “regime de poder”. Quanto a guerras, por exemplo, é complicado decidir: no Iraque, por exemplo, parece que se incorpora o estado de guerra ao “imprevisível que já está incorporado à rotina cotidiana” – as interrupções da rotina cotidiana afetam pouco, ou menos, a “segurança ontológica”. No caso das chacinas, não deve restar dúvida de que elas só são “terminais”, portanto “limite”, para as pessoas diretamente envolvidas, interferindo de forma muito pontual apenas sobre o prosseguimento das rotinas. Todo o meu argumento se assenta nisso: as chacinas deflagram rituais e movimentos *dentro* da ordem rotineira (não) garantida pelo Estado. Tudo isso para dizer que há, e deve ser mantida, enorme distância entre os conteúdos semânticos de “crítico” e “limite”.

no cotidiano da sociedade indiana provoca o aparecimento na esfera pública de agentes sociais que até então levavam uma vida anônima e então passam a interpelar o Estado pelas conseqüências de um sofrimento percebido como “repentino” e “inexplicável”. Como momentos de “quebra do cotidiano” estes eventos permitem explicitar as transformações ocorridas nas práticas da política contemporânea, quando as “comunidades” ao se confrontarem com o Estado, se constituem como agentes políticos e como o Estado, ao reconhecer essas “comunidades” como “vítimas”, assume a responsabilidade de atuar “em favor” de seus interesses. Esses agentes sociais não estão ligados exclusivamente a um território local, mas constituem-se a partir do sentido que Benedict Anderson (Anderson, 1991, *apud* Das, 1995) dá à expressão “comunidades imaginadas”.

Analogamente à análise de Das (1995), pode-se pensar no caso dos familiares de vítimas de violência que vêm se constituindo no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, como agentes sociais e políticos que passam a interpelar o Estado em razão do sofrimento provocado seja pela violência direta e aberta do Estado, seja pela incapacidade deste Estado de promover a segurança pública, sobretudo no que diz respeito aos territórios sócio-espacialmente segregados, que passam a sofrer com o exercício da força protagonizado pelas facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, particularmente nos territórios das favelas. O sofrimento e a dor têm seu papel na criação de "comunidades morais"; ao exigirem justiça e ao se relacionarem com o sistema burocrático e jurídico do Estado, tais comunidades são deslocadas do mundo privado e "criadas" como comunidades políticas, passando a questionar a legitimidade de um Estado incapaz de monopolizar a violência. Nesse sentido, violência não é só destruição, influi na construção de novas identidades sociais e políticas.

O estudo do “*Caso Acari*” permite pensar a questão do *desaparecimento* forçado de pessoas como um problema sociológico. O que significa “desaparecer” com uma pessoa? Como os familiares lidam com esse acontecimento? Que tipo de reações e protestos o *desaparecimento* é capaz de suscitar? Como os familiares das vítimas passam a interpelar o Estado por justiça e reparação? Que tipo de justiça e reparação são demandados pelos familiares das vítimas? Que estratégias são formuladas para a denúncia pública? Como esse tipo específico de acontecimento é associado a outras formas de violência e relacionado a rituais e formas de se fazer política?

Em termos gerais, este trabalho aborda diferentes temas, que se relacionam entre si:

o *desaparecimento*, a maternidade, a morte, o luto, a violência policial, as lutas por acesso à justiça por parte dos moradores de *favela*, a segregação sócio-espacial, a estigmatização e a criminalização das favelas e dos favelados.

Privilegiei uma abordagem a partir da perspectiva das mães dos jovens desaparecidos. No caso delas, tiveram antes que romper com a dupla condição de falar de um lugar de despossuído e de um território criminalizado: a favela. Pelo material de pesquisa aqui apresentado nota-se que a favela aparece como um delimitador de fronteiras e hierarquias na cidade. Outras vezes essas fronteiras aparecem diluídas, por exemplo, quando as balas “perdidas” extravasam o território da favela. Os segmentos da população que habitam as favelas têm enfrentado continuamente problemas com a violência policial, as milícias armadas extra-oficiais (geralmente formadas por policiais, ex-policiais, bombeiros e seguranças) e ação de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

### **Eventos críticos e experiência do choque**

Embora esta pesquisa tenha partido de um estudo de caso específico, é possível perceber a associação deste caso a inúmeros outros, compondo uma verdadeira *coleção de eventos críticos*, todos marcados por uma certa *experiência do choque*<sup>3</sup>, no sentido que Walter Benjamin (1989) atribui à expressão.

A partir da análise do material coletado, para esta pesquisa, referente à experiência de familiares de vítimas de violência, pode-se dizer que ela é marcada pelo choque e pelo trauma. São casos e mais casos que parecem mostrar a cidade como *locus* por excelência da “violência”, na medida em que aí ocorre a maior parte das tensões, das desigualdades e alienações. A cidade é complexa, conjugando conflitos, temporalidades e espaços diferentes. Como afirma Octavio Ianni (2003: 26): “Na cidade concentram-se as mais poderosas forças sociais, com as quais se articulam e desenvolvem as estruturas de

---

<sup>3</sup> A partir de uma leitura da obra do poeta francês Charles Baudelaire e tendo como aporte teórico-conceitual as análises de Freud (sobre o choque e a experiência traumática), de Simmel (sobre os estímulos da metrópole na vida mental do indivíduo) e de Marx (sobre o fetichismo da mercadoria e da alienação), Benjamin efetua uma análise da experiência urbana. Para ele, o meio urbano é o lugar por excelência de realização do capitalismo, e o fetichismo da mercadoria passa a moldar as relações sociais de uma tal forma que os sujeitos só respondem ao estado de alienação através do choque. A experiência urbana se assemelharia à experiência do operário com a máquina. “À vivência do choque, sentida pelo transeunte na multidão, corresponde a ‘vivência’ do operário com a máquina” (Benjamin, 1989: 126). E ainda: “O mover-se através do tráfego implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo. Nos cruzamentos perigosos, inerções fazem-no estremecer em rápidas seqüências, como descargas de uma bateria. Baudelaire fala do homem que mergulha na multidão como um tanque de energia elétrica” (ibidem: 124-25).

dominação e apropriação, bem como as tensões e contradições com as quais germinam os movimentos sociais e os protestos dos grupos e classes sociais subalternos. Aí podem florescer também a democracia política e social e a emancipação, par a par com civilização e revolução”. Essa é a cidade na qual vagam as mães e avós argentinas da Praça de Maio com as imagens dos seus mortos sem sepultura e no Rio de Janeiro as mães da favela de Acari e tantas outras a buscar seus *desaparecidos* ou a realizar seus funerais públicos de protesto.

A própria experiência de pesquisa de campo implicou para mim incursões marcadas pelo choque. Não posso deixar de registrar e descrever um desses momentos, quando me propus a fazer um acompanhamento etnográfico de um evento organizado pela Associação de Moradores da Favela Pedreira.

Atendendo ao convite de uma moradora que fazia parte da Associação, e era minha aluna em uma das escolas em que eu trabalhava, resolvi comparecer ao evento. Segundo ela, um show seria realizado com o objetivo de dar visibilidade à atuação da Associação. Após a aula, no turno da noite, me dirigi ao local onde se realizaria a atividade. Tal foi a surpresa ao encontrar a rua deserta, com apenas alguns pneus de caminhão espalhados pela rua, impedindo a passagem de veículos. Logo imaginei que algo acontecera, que o evento fora proibido, ou pela polícia ou pelos traficantes. Um outro aluno, que passava nesse momento, explicou que não tinha acontecido nada. O evento apenas teria mudado de data.

Próximo ao local onde seria realizada a atividade, funciona ainda hoje uma “boca” de fumo e de pó. O espaço fica entre uma encruzilhada muito movimentada, bem no pé do morro. Por um lado dá acesso a Acari, por outro a Costa Barros. Nas proximidades há muitas igrejas e lanchonetes, o movimento é grande.

Enquanto eu conversava sobre a realização do evento com algumas pessoas, entre elas outro aluno da escola em que eu trabalhava, uma pessoa descia o morro e vinha furiosamente em minha direção. Era um jovem, baixo, negro, que trabalhava na “boca”. Desceu e agressivamente começou a me interrogar sobre quem era eu, onde eu morava e o que estava fazendo ali. Visivelmente alterado por efeito de drogas, quase não dava para entender o que falava. Esbravejava enquanto me fazia um verdadeiro interrogatório, mas não parava para ouvir e não me deixava responder. Eu não sabia como me comportar diante daquela situação. Fiquei com muito medo e sem qualquer reação. O jovem começou a se aproximar de mim e me rodear, enquanto eu ficava dando voltas em círculo, tentando evitar que ele tocasse fisicamente em mim.

Enquanto isso, o rapaz que era aluno da escola e trabalhava como moto-táxi na área, tentava sem sucesso fazer uma mediação. Explicava que eu era professor da escola local, que morava ali perto. Explicações que de nada adiantavam. E eu dando voltas em torno das pessoas que ali estavam, tentando me proteger.

Após algumas tentativas do aluno de “desenrolar” a situação e me retirar daquele constrangimento, o enfurecido rapaz apenas aparentou tranquilizar-se, porém, repentinamente voltou-se de novo contra mim. Depois de tentar me dar vários chutes, e o aluno da escola esforçando-se para me proteger e mediar o “conflito” (qual?), deu um golpe deslocando seu corpo numa espécie de “voadora” contra o meu. Tirei o corpo para fora da possibilidade do golpe, ele caiu no chão e seu relógio quebrou. Pensei no pior.

Ele levantou furioso, com o braço relado e o relógio quebrado, dizendo: “Pô, o cara quebrou meu relógio, vou matar ele agora”. Eu sequer havia encostado nele, apenas tentava me esquivar dos golpes. Tentava de qualquer jeito evitar o contato corporal, sabia que seria pior para mim. Não sabia se o rapaz estava armado, se dispararia algum tiro em mim.

Enquanto ele ainda estava no chão tentei tomar distância dele correndo, agonizando, vendo a morte de perto. E o rapaz, ensandecido, dizendo que ia me levar para cima do morro para resolver a situação, veio de novo correndo em minha direção, simulando que ia tirar uma arma de dentro da roupa. “Agora morri”, pensei, enquanto tentava me proteger atrás do corpo de uma outra pessoa que estava por perto. Não tinha arma nenhuma, mas veio outro golpe e outro tombo. Enquanto isso, tremendo de medo saí correndo pela rua.

O estado do jovem era tão deplorável que não tinha sequer condições de continuar me perseguindo e ficou por ali mesmo. Depois que corri uns bons metros, olhei para trás e vi algumas pessoas correndo atrás de mim. Dessa vez eram as pessoas que assistiam ao “desenrolo” da situação, impotentes e sem saber o que fazer. Vieram me pedir desculpas: “Pô, professor, foi mal. O cara tá doidão, aí”, disse um deles. “Foi mal? O cara ia me matar”, respondi. “Se o chefe ficar sabendo ele pode se dar mal, o chefe pode até matar ele, num liga não”, completou. Não sei o que aconteceu com o rapaz, mas para mim foi uma experiência traumática que me fazia pensar nos vários relatos igualmente traumáticos que ouvi de muitas mães durante a pesquisa. Fazia-me pensar nas relações entre acontecimento traumático, silêncio, esquecimento e testemunho. Como falar e o que falar diante de acontecimentos traumáticos?

## A perspectiva metodológica

Em que termos deve se pensar a experiência organizativa de “mães e vítimas de violência” que tem se movimentado no cenário público do Rio de Janeiro e também em outras cidades? Aquilo que se convencionou chamar de “paradigma dos movimentos sociais urbanos”<sup>4</sup> é apropriado para pensar, em termos sociológicos, esse tipo de ação coletiva? Seria possível identificar um perfil de classe nessas experiências? Em que medida esse tipo de ação coletiva tem no território uma de suas características? E como as diferentes origens sociais influem nesse tipo de ação coletiva? Possuem algum projeto alternativo de sociedade?

A experiência das mães em movimento provoca a imaginação e a interpretação sociológica. Desejo deixar claro que não se trata de identificar nesse tipo de ação nenhuma virtude política intrínseca. Do meu ponto de vista, esse tipo de ação (das mães e parentes de vítimas de violência), abre perspectivas analíticas e metodológicas capazes de romper com uma visão do Estado como fundador do social, tão presente no pensamento social e político brasileiro. Também o “paradigma dos movimentos sociais urbanos” sempre teve como centralidade a oposição e o enfrentamento com o Estado.

A partir da ação coletiva dessas mães em movimento é possível focalizar tanto um olhar para os conflitos que se direcionam em relação ao Estado, como os conflitos no interior da “sociedade civil”. Por exemplo, como e em que sentido as mães passam a interpelar o Estado exigindo justiça e de que modo e em que medida buscam se organizar enquanto “sociedade civil organizada” para se articular politicamente para enfrentar o Estado e que tipo de diálogo e negociação se dá entre a sociedade política (Estado) e a sociedade civil.

Balandier, que se propôs a pensar as relações de poder a partir da antropologia, dizia que “O sociólogo pode ser tentado a fugir da história porque ela parece representar seu principal inimigo; potencialmente ou em ação, ela afeta os ‘objetos’ sociais que ele

---

<sup>4</sup> Machado da Silva e Ribeiro fazem uma análise, a partir da noção de paradigma desenvolvida por Thomas Kuhn, daquilo que teria se tornado um “paradigma dos movimentos sociais urbanos”, procurando explicitar aquilo que seria o seu núcleo central, para depois se indagarem sobre alguns problemas que este paradigma coloca para a reflexão sociológica de outros tipos de ação coletiva que não se enquadrariam no paradigma. “Ousaríamos afirmar, [...], que a existência do paradigma colabora para que sejam omitidos, com frequência, da análise dos movimentos sociais urbanos, elementos que consideramos de extrema relevância e que constituem parte do nosso acervo de conhecimentos comuns. Nesse acervo localizaremos o saber acumulado sobre os processos históricos da construção da cidade no país e o saber acumulado sobre as práticas políticas urbanas” (Machado da Silva e Ribeiro, 1996: 335).

sonharia ver fixados, a exemplo das coisas. Essa tentativa de fuga pode se transformar num dizer adeus à história” (Balandier, 1976: VIII). A saída é não perder de vista o processo de mudança social ao qual estas instituições estão presas. Segundo Balandier, a falha dos estudos teóricos e metodológicos de caráter atemporal é que eles acabam tratando as sociedades como “fixadas”, estabelecidas numa espécie de perpétuo presente. Acrescente-se que as sociedades apresentam dois níveis, pelo menos, ainda segundo Balandier (1976: VII): um superficial apresenta as estruturas “oficiais”; o outro assegura o acesso às relações reais mais profundas. Nesse sentido, ao estudar a construção democrática brasileira, não se pode recortar apenas os “aparelhos institucionais” e esquecer as experiências históricas e concretas que interferem nele.

O Estado, embora formado por várias instituições burocráticas, não deixa de ser um conjunto de relações sociais e políticas, marcadas por disputas e conflitos. A dinâmica social aparece sob sua dupla figura: a “de dentro” e a de “fora”. Nesse sentido, é preciso romper a dicotomia Estado *versus* sociedade civil. Ao se falar na ação violenta tanto da polícia como dos traficantes de drogas, dos contatos com várias entidades de defesa de direitos humanos, da peregrinação pelos órgãos públicos, do diálogo com a imprensa, do contato com pesquisadores, políticos e autoridades públicas – como ocorre com as “Mães de Acari” – evidencia-se o grau de complexidade das relações sociais, e pode-se visualizar as íntimas conexões entre aquilo que Balandier chama de “estrutura oficiais” e as “relações reais mais profundas”.

Talvez seja adequado se referir a uma *gramática civil dos conflitos*, onde a relação Estado (sociedade política) *versus* sociedade civil se dá de maneira dialética e não meramente antagônica, com muitas vezes tem se pensado. É importante lembrar que conflitos políticos e sociais se projetam fora e dentro do Estado.

Uma contribuição interessante para superar essa oposição é trazida pelos conceitos gramscianos de hegemonia e contra-hegemonia (Gramsci, 1978). Ou seja, a realidade social pensada como práxis é um processo de disputa entre o instituído (hegemonia) e o instituinte (contra-hegemonia). Na medida em que é processo, a hegemonia deve ser pensada como mais do que uma simples transmissão de uma dominação imutável. Todo processo de hegemonia deve ser atento e capaz de responder às oposições e alternativas que desafiam sua dominação. A existência de uma contra-hegemonia é um traço indicativo do que a hegemonia tem que enfrentar para se manter enquanto hegemonia. Por outro lado, a construção da contra-hegemonia é um processo ao mesmo tempo de ruptura e instituinte

de novas relações e correlações de força e poder. Portanto é sempre um processo dialético em que um responde o outro e onde a mudança e a continuidade estão sempre em jogo. A experiência das “Mães de Acari” possibilitou-me investir nessa perspectiva de reflexão.

### **Materiais e fontes de pesquisa**

O processo de pesquisa consistiu de várias etapas e momentos: pesquisa e leitura bibliográfica, necessárias para o diálogo deste trabalho com outros já produzidos; pesquisa documental envolvendo diferentes registros relativos ao “caso Acari” e mais especificamente sobre as “Mães de Acari”, como documentos, reportagens jornalísticas e fotografias, além do contato direto com diferentes agentes sociais que se viram em interação diante do *desaparecimento* dos onze jovens de Acari. Esse contato direto a qual me refiro foi feito a partir de observações etnográficas de eventos, conversas e entrevistas mais estruturadas.

### **Etnografia de eventos: entre o silêncio e o testemunho**

O acompanhamento etnográfico de eventos para uma pesquisa que se propõe analisar *situações críticas* mostrou-se muito oportuno porque trabalhos dessa natureza exigem necessariamente uma abordagem cuidadosa, sensível à dor e ao sofrimento dos pesquisados. É difícil chegar para alguém que passou por uma situação extrema e pedir que ela conte sua história, conte sua dor, sem um mínimo de mediações e cuidados. Porque são experiências que provocam a destruição da dignidade e o sentimento de não pertencimento à humanidade.

Não é fácil para uma mãe ouvir e depois contar que seu filho foi morto porque era bandido, que os corpos foram dados a leões, e que ela é “mãe de bandidos” e que só está reclamando agora porque não tem mais o dinheiro do tráfico para ajudar na manutenção da casa. As condições de fala dessas mães são *a priori* criminalizáveis e criminalizadas, por isso o pesquisador deve tomar cuidado para não confundir seu trabalho com um interrogatório policial. A única saída aceitável para a produção de informação para a pesquisa social parece ser a tentativa de buscar transformar esta relação em uma experiência compartilhada, onde se cria um elo entre aquele que narra e aquele que ouve (Benjamin, 1985; Bosi, 2003, 1994).

Foi esse caminho que busquei e no processo fui me tornando cúmplice daquilo que ouvia, uma *testemunha da testemunha* (Jelin, 2001), ou como disse uma das mães, me tornei um “multiplicador”, no sentido de divulgar o caso para que outros tomassem conhecimento ou de abrir espaço para que elas denunciassem.

Durante a pesquisa presenciei vários testemunhos das “Mães de Acari” em eventos e cerimônias. As mães que geralmente aparecem falando são Vera e Marilene, as que possuem um discurso mais articulado e elaborado para contar o caso, para se relacionar com a imprensa, para falar em público. Elas são consideradas pelas outras “mãezinhas” como as guardiãs da memória do grupo. Vera conta que as outras mães, principalmente as moradoras de “comunidade”, são mais tímidas e têm medo de falar e sofrer represálias. Esta distinção entre as mães faz lembrar uma observação de Michael Pollak a respeito do silêncio de sobreviventes dos campos de concentração nazista (1989: 5): “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. O silêncio vem da angústia de não ser escutado, de se expor a mal entendidos, de ser criminalizado e punido pelo que se diz.

## **O testemunho na Era das catástrofes**

Em algumas partes do texto faço referências a acontecimentos históricos como o “extermínio nazista” e as ditaduras na Argentina e no Brasil. Desejo deixar claro que tipo de relação estou estabelecendo entre “extermínio nazista”<sup>5</sup>, certas *ditaduras* e as *chacinas* policiais contemporâneas. Trata-se de eventos completamente diversos, incomparáveis – que, entretanto, podem ter algum aspecto em comum. Como afirma Todorov, “A especificidade não separa um acontecimento dos outros, e sim o liga a eles” (Todorov, apud Ferraz, 2006: 6).

No caso desse trabalho, a partir do conceito de “tendências totalitárias” desenvolvido por Escorel (1995) a partir de Hannah Arendt, a apropriação que faço desses

---

<sup>5</sup> Nesse ponto acompanho a seguinte observação de Elizabeth Jelin (2001: 70-1): “La terminología para nombrar lo ocurrido es parte de las luchas por los sentidos y significados del pasado. Esas maneras de nombrar también cobran sentidos diversos, y cambian a lo largo del tiempo. Com relación a los acontecimientos europeos del período nazi, especialmente al genocidio de judíos, existe un debate implícito sobre el uso de la palabra Holocausto, que tiene etimológicamente un sentido de sacrificio religioso y purificación ritual. Prefiero usar la expresión más neutra “extermínio nazi”, o a veces la palabra hebrea Shoah, en su sentido de catástrofe o devastación (natural o humana), para evitar entrar en el debate del sentido implícito en el acto de nombrar, reconociendo al mismo tiempo lo siniestro del acontecimiento histórico.”

eventos é apenas para pensar a questão do testemunho em situações traumáticas, sem negar as enormes diferenças entre eles no que diz respeito aos contextos mais amplos, intensidade e significado. O debate sobre a questão do testemunho, enquanto um tipo específico de linguagem, ganhou força, sobretudo com a *Shoah* e, na América Latina<sup>6</sup>, com as ditaduras também se fizeram aparecer muitos testemunhos de ex-presos políticos e atualmente eventos críticos de menor porte como as *chacinas* têm suscitado o debate sobre memória e experiência traumática, neste último contexto, destacam-se os testemunhos dos familiares de vítimas de violência.

No próprio campo acadêmico há silêncios e esquecimentos, preferências e temas dominantes, autorizações para falar de certos temas e ocultar outros, interesses em revelar algumas relações e obscurecer outras (Catela, 2005). Que temas e problemas têm sido privilegiados nos estudos sobre memória? No Brasil, como na América Latina, sem sombra de dúvida, o interesse tem se voltado, sobretudo para o testemunho dos ex-presos políticos.

Márcio Seligmann-Silva (2003), pesquisador que vem se debruçando em suas pesquisas sobre o teor testemunhal de diferentes literaturas produzidas a partir de diferentes acontecimentos históricos, tem apontado para a “possibilidade de pensar esse conceito para além dos estudos da Shoah e do *testimonio* na América Latina”. É por aqui que eu acho interessante, por exemplo, abrir uma perspectiva de análise para se pensar a relação entre situação-limite na favela, sobretudo aquelas ligadas ao *crime violento*. Na minha perspectiva, a favela tornou-se um lugar-trauma na cidade, marcado pela morte violenta relacionada a conflitos armados<sup>7</sup>. No Brasil a maior parte da literatura testemunhal produzida refere-se aos testemunhos dos ex-presos políticos sobre a ditadura, mas pouco ainda se encontra sobre o testemunho das classes populares, dos favelados, por exemplo, em que pese algumas iniciativas pioneiras que vem se desenvolvendo.

---

<sup>6</sup> Sobre o Testemunho hispano-americano conferir Penna (2003).

<sup>7</sup> Nesse sentido, uma perspectiva de pesquisa interessante, para trabalhos futuros, seria a abordagem do tema *memória, favela e experiência traumática*, comparando as percepções e representações dos favelados a respeito das condições de vida e da política na favela durante a ditadura militar e das condições de vida e da política hoje. Se as camadas médias e de esquerda despertaram para o tema dos direitos humanos a partir da repressão da ditadura militar, a repressão nunca deixou de existir para os chamados “grupos populares” ou “subalternos”, tampouco teve origem no período do regime militar, mas desde antes. Esta é a conclusão a que chegou Mariana Cavalcanti (2003) ao pesquisar sobre memória e cotidiano da repressão em uma favela do Rio de Janeiro, o conhecido Morro do Borel. A pesquisa de Cavalcanti se desdobra em dois eixos interpretativos: o primeiro refere-se à experiência e às conseqüências da repressão cotidiana localizada e o segundo eixo, derivado e ilustrativo do primeiro, se organiza em torno das memórias da ditadura militar. Mariana Cavalcanti constatou uma espécie de “memória partida” entre o “asfalto” e o “morro”, expressa pela quase total ausência de referenciais entre os moradores da favela que ela pesquisou (favela do Borel) acerca do período militar, fato que marca claramente a memória da repressão da “classe média”.

No Rio de Janeiro especificamente pode-se destacar os trabalhos do Viva Rio, do Iser e do Ibase, além de alguns trabalhos isolados, nesse sentido. Essas ONGs às vezes apóiam esforços de “literatura testemunhal”; mas há bifurcações que devem ser consideradas: às vezes privilegia-se testemunhos políticos (direção de associações, federações, etc.), outras a memória da localidade (recuperada via testemunhos “socioculturais” sobre a vida local por moradores idosos). Desconfio de que, quando apóiam os testemunhos dos traumas, fazem isso “em segunda instância”, a pedido de pequenas e menos burocratizadas tentativas coletivas de publicização/resistência/crítica e não tanto (ou nem sempre) por iniciativa própria. No caso desta pesquisa, privilegiei os relatos sobre experiências traumáticas.

### **O registro dos eventos**

Os registros etnográficos foram feitos a partir da observação, em alguns casos participação, de oito eventos (incluindo palestras em escolas, manifestações de rua e atos públicos, cerimônias religiosas e debates acadêmicos) que contaram com a presença e a participação das “Mães de Acari”. Os eventos foram gravados, filmados e fotografados. São eles:

1. I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos, evento organizado pelo Conselho Regional de Psicologia em 21 de outubro de 2005.
2. Evento na Escola Estadual Escultor Leão Velloso em 23/08/2006, localizada na Pavuna, organizado por mim.
3. Evento na Escola Estadual Vinicius de Moraes, localizada na Pavuna, em 14/11/2006, organizado por mim.
4. Celebração de Missa em memória dos jovens desaparecidos, 26/07/2006, organizado pelas “Mães de Acari”.
5. Fórum de Reparação organizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e com o seu apoio, em 13/09/2006.
6. Missa de sétimo dia de João Hélio, realizada na Igreja da Candelária, em 15/02/2007, seguida de passeata e atos de protesto em frente a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

7. Oficina “Caminhos da resistência: lugares, vozes e atos”, organizada e realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 04/12/2006.
8. Palestra para o Projeto Social Guia Cívico para o PAN (Jogos Panamericanos), realizada no galpão onde funciona o projeto no bairro Engenho da Rainha, em 27/11/2006.

A primeira vez que ouvi a história do “caso Acari”, através do depoimento das próprias mães, foi no evento “Psicologia e Direitos humanos”. Eu já havia levantado um bom material sobre o caso e estava esperando uma oportunidade favorável para fazer os primeiros contatos com as mães e iniciar o trabalho de campo. Foi nesse evento que travei os primeiros contatos com elas. Após o fim do evento fui falar com elas, me apresentei como professor, e as convidei para um debate nas escolas em que eu trabalhava. Elas mostraram-se muito solícitas e agradecidas pelo interesse e ficamos de marcar uma data para esse evento. As mães que mais aparecem falando ou participando das atividades são Vera e Marilene, mas desta vez também estavam presentes Joana, Ana e Tereza. Quem representou as “Mães de Acari” nessa mesa foi Vera Lúcia Flores Leite. A mesa-redonda contou ainda com a presença de Hebe Bonafini e Maria De Las Mercedes, integrantes das Madres de Plaza de Mayo e Mônica Cunha integrante das Mães do Degase<sup>8</sup>. O título da mesa-redonda foi “Direitos Humanos na América Latina” e teve como mediadora a psicóloga Cecília Coimbra, uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais. A composição desta mesa expressava dois momentos das lutas pelos direitos humanos no Brasil e na América Latina: um primeiro período relativo ao regime militar e o outro referente à “abertura democrática”.

Na apresentação das pessoas e das entidades que compunham a mesa, Cecília Coimbra relacionou os dois momentos históricos, dizendo que a política repressiva do

---

<sup>8</sup> *Madres de Plaza de Mayo* é a principal organização a atuar no campo dos direitos humanos da Argentina, são mães que perderam filhos na ditadura militar e desde então suas lutas tornaram-se referências mundiais. As Madres de Plaza de Mayo tiveram sua primeira ruptura em 1987, formando-se então duas entidades. Ambas levam o nome Madres Plaza de Mayo e uma delas agregou a expressão Linha Fundadora, ficando com os seguintes nomes: *Asociación Madres Plaza de Mayo* e *Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora*. Conta-se que um dos motivos principais do “racha” é a postura intransigente de Hebe Bonafini, uma das figuras mais importantes entre os organismos de direitos humanos. Entre as divergências das duas organizações constam os diferentes posicionamentos referentes à indenizações, exumações e ao uso individual ou coletivo dos nomes e das fotos dos desaparecidos políticos nos eventos e rituais das mães.

*Mães do Degase* são mães de adolescentes infratores acautelados no Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (Degase), órgão da Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro, aguardando trânsito judicial ou cumprimento de medida sócio-educativa, que têm se organizado para lutar pelos direitos dos filhos e denunciar as condições precárias de vida dos jovens acautelados.

Estado autoritário brasileiro que via nos comunistas um inimigo interno no período ditatorial continua em vigor através de uma política de criminalização da pobreza e dos pobres, forjando novos inimigos internos: o pobre, o favelado, o traficante.

Havia uma grande diferença no discurso das representantes das “Mães de Acari” e das Mães do Degase em relação às Mães de Praça de Maio. A diferença consistia basicamente na dimensão política que as Mães da Praça de Maio atribuíam à sua ação, com um discurso explicitamente socialista e tematizando sempre a justiça social enquanto que a fala das outras mães girava basicamente em torno do relato e da denúncia de seus casos específicos. Enquanto as *madres argentinas* nomeavam o capitalismo e o imperialismo como inimigos e defendiam o presidente venezuelano Hugo Chávez como a grande alternativa política para a América Latina, as mães brasileiras na mesa denunciavam um processo de criminalização da pobreza, mas não nomeavam claramente um adversário político ou apresentavam qualquer projeto transformador da sociedade brasileira em termos mais amplos. Isso estabelece dois campos de sentido para os “discursos”: um, “jurídico”, com uma gramática de crítica “interna” (“republicana”?) – falta de acesso, rompimento de regras estabelecidas, etc.; outro de crítica “exit”, que nega as regras institucionalizadas.

Optei por produzir os dados preferencialmente a partir dos eventos e secundariamente a partir das entrevistas. Esse tipo de entrevista, que evoca memórias pessoais, lembranças dolorosas, demanda um trabalho de campo bem mais prolongado do que foi possível. Isso demanda tempo, envolvimento com as pessoas, até o momento delas se sentirem à vontade para conversar com o pesquisador. Por isso preferi priorizar a participação delas em eventos, porque nos eventos elas eram provocadas a falar, porém era um espaço mais público e menos privado. O evento tinha um caráter mais coletivo e eu me sentia invadindo menos suas privacidades, muitas vezes já tão expostas nas páginas dos jornais. Isso justifica também porque o contato com Vera e Marilene foi mais fácil, porque eram elas que participavam mais ativamente dos eventos.

O acesso às outras mães não foi possível. Eu sempre perguntava pelas outras mães e tentava convidá-las para os eventos ou tentava provocar uma entrevista, mas percebi que elas não estavam muito dispostas porque não queriam se expor, ou achavam que não tinham nada para falar, ou ainda porque essa mediação ficava a cargo de Marilene ou Vera, e as tarefas e percalços da vida cotidiana atrapalhavam ou impossibilitavam os encontros. Também havia as “obrigações” domésticas e a luta pela sobrevivência. Respeitei a vontade delas.

Em relação aos eventos realizados na escola, por um lado, minha condição de professor facilitou na aproximação com as mães, afinal, era mais um espaço para suas denúncias que se abria. “Não é que é bom estar falando sobre o caso em si, porque se trata de uma tragédia, mas estar falando é sempre uma forma da gente também estar denunciando”, dizia Marilene. Por outro lado, em alguns momentos eu me vi em situações de tensão e constrangimento com a direção de uma das escolas, a Escola Estadual Vinicius de Moraes. Um dos conflitos de maior intensidade com a direção dessa escola ocorreu exatamente por conta da organização do evento com as “Mães de Acari”. Quando comuniquei à direção da escola o interesse em fazer a atividade, inicialmente ela concordou. Eu já havia encaminhado um ofício que os funcionários da escola se negaram a receber e protocolar. Um dia antes da atividade eu fui à escola confirmar a realização do evento e até então estava tudo confirmado, embora tivessem se negado a protocolar meu ofício. Pouco tempo depois recebi um telefonema da diretora dizendo que o evento não poderia acontecer, segundo ela a coordenadoria (entretanto não explicou que coordenadoria era essa) orientou para não fazer porque a escola poderia sofrer retaliações. Quis saber de quem viriam tais retaliações, se da Coordenadoria Metropolitana de Educação, se dos traficantes, ou, se era apenas pressão só da direção da escola. Segundo a diretora da escola, os traficantes poderiam achar ruim e cometer atos de retaliação, porque quem comanda o tráfico em Acari e na Pavuna são facções rivais.

Quanto às “Mães de Acari”, eu já havia perguntado a elas se achavam que poderiam estar colocando a vida em risco ou sofrer ameaças, elas disseram que não, que entravam e saíam de qualquer lugar sem problemas, o problema delas não era exatamente com os traficantes, diziam. Vera enfatizava mais em suas falas a violência policial, enquanto Marilene balanceava uma crítica tanto à ação violenta da polícia quanto à dos traficantes. De qualquer modo, vi que poderia ter problemas e transferi o evento para a outra escola que ficava ao lado e onde a direção era mais aberta a esse tipo de evento e ao diálogo.

Na hora do evento, a diretora da Escola Vinicius de Moraes, que havia proibido, me ligou várias vezes dizendo que a atividade poderia ser realizada e que ela tinha comprado até um lanche. A transferência do evento foi mantida e a diretora chegou a comparecer à escola para se justificar e pedir desculpas, visto que seria exposta à vergonha pública pela atitude tomada, afinal, a maior parte dos professores já estava mobilizada para a atividade e muitos diziam que não tinham nem preparado aula para esse dia. Além do mais, a maioria,

via como justa a luta das mães e tinha interesse em ouvi-las. Quando Vera, uma das “Mães de Acari”, chegou na escola, contei a ela tudo o que havia se passado, ela desdenhou e brincando em tom de ironia disse: “Se até madame Miterrand nos recebeu, por que ela não vai nos receber? Isso já aconteceu outras vezes”. Descarregamos a tensão com uma boa gargalhada. Por fim, o evento foi realizado nas duas escolas. Mas os problemas continuaram. Foi só no começo do ano letivo seguinte que fui informado de alguns dos impactos dos eventos nas escolas.

Os eventos nas escolas foram realizados um em agosto e outro em novembro de 2006. Após o período de férias escolares, retornamos ao trabalho em fevereiro de 2007. Na verdade, as aulas só começariam depois do carnaval, mas as reuniões escolares para planejar o ano letivo já haviam começado. Numa dessas reuniões eu defendia a necessidade de se fazer eventos na escola na tentativa de criar espaços mais coletivos de sociabilidade que ultrapassassem a sala de aula e que permitissem um maior contato entre a “comunidade escolar” e entre a escola e o bairro. Na ocasião lembrei do evento que eu organizara com as “Mães de Acari”. Praticamente todos concordavam com a necessidade de fazer eventos na escola, entretanto, alguns diziam que era preciso tomar muito cuidado com o que se fala na escola e com quem a gente leva à escola.

Depois de muita conversa sobre o tema entre os professores, a diretora da escola finalmente abre a boca para dar um informe a respeito desse evento. Segundo ela, após a realização do evento com as “Mães de Acari” o “pessoal do movimento” mandara alguém na escola investigar quem era eu, o que andava fazendo pelo morro, se eu cheirava, etc. Não sei se as informações da diretora tinham o objetivo de me intimidar ou desmoralizar diante dos outros professores, em razão dos conflitos que eu vinha tendo com ela, mas o que aconteceu em seguida dá margem para se pensar e imaginar muita coisa. Em menos de cinco minutos dessa discussão ter se iniciado, chega um recado do “pessoal do movimento” mandando fechar a escola. Encerrada a reunião os professores saíam da escola em bloco. Ao chegar na rua tamanho foi o espanto ao ver vários grupos armados cercando vários pontos das ruas ao redor da escola. Com um farto armamento o “pessoal do movimento” controlava quem subia e quem descia a rua.

No dia seguinte, os moradores comentavam espantados os fatos. Diziam que daquele jeito e naquela área nunca tinham visto tal movimentação. Até então a “galera do movimento” ficava apenas no pé do morro para cima. Fiquei impressionado com a força daquelas imagens. A própria diretora chegou a afirmar publicamente que a Coordenadoria

Metropolitana de Educação IV, responsável por essa região, tem medo de ir à escola no horário noturno.

Depois da primeira atividade na escola os contatos foram se estreitando. Vera passou a me comunicar e convidar para outras atividades em que as mães tivessem envolvidas. A cada encontro me fornecia novas informações sobre o caso. Uma reportagem de jornal ou uma fotografia serviam como ponto de partida, como suporte de memória, que ajudava às mães a contar as experiências e os desdobramentos do “Caso Acari” e também me sugeria questões, caminhos, perguntas, me ajudavam a reconstituir o caso.

Nos momentos em que eu ia apresentando partes do trabalho em eventos acadêmicos e outras pessoas (pesquisadores ou não) iam tomando conhecimento do caso, passavam a se interessar e também faziam convites, ora para eu apresentar a pesquisa, ou para as mães darem seus relatos, este é o caso da palestra que Marilene deu para jovens de um projeto social em Engenho Novo, e também da oficina realizada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ.

### **Documentos e livros**

Dois livros foram escritos pelo jornalista Carlos Nobre (1994; 2005) para servir como registro e denúncia e ao mesmo tempo celebrar a luta das “Mães de Acari”. Estes dois livros foram utilizados como fonte de pesquisa. Um outro livro usado como fonte foi o do coronel Emir Larangeira, ex-comandante do 9º Batalhão de Rocha Miranda, cujo título é “Cavalos Corredores”, referência ao nome de um grupo de extermínio do qual o coronel foi acusado de chefiar. Nesse livro, o coronel descreve os enfrentamentos da polícia com os bandidos em Acari, fala das “Mães de Acari” e comenta um livro do antropólogo Marcos Alvito sobre a favela de Acari, entre outras coisas. Outros tipos de documentos coletados foram relatórios e documentos de encontros e fotografias.

Entre 6 de janeiro e 6 de fevereiro de 2006, estive na Argentina, onde pude consultar a biblioteca da Associação Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires. Lá encontrei muito material bibliográfico e depoimentos das *madres argentinas*. Em Córdoba tive acesso a bons materiais no Museu de Antropologia da Universidade Nacional de Córdoba, especialmente material bibliográfico.

## Entrevistas

As entrevistas que realizei com duas mães argentinas - Mercedes (Asociación Madres Plaza de Mayo) e Mirta Acuña (Madre Plaza de Mayo - Línea Fundadora) – ajudaram a lançar luz para uma aproximação e entendimento da relação entre *desaparecimento* e maternidade, me fornecendo as primeiras pistas para pensar as experiências das mães brasileiras e evidenciando também as diferenças. As entrevistas foram realizadas nas respectivas sedes das entidades e duraram cerca de 40 minutos. Na entrevista com Mercedes da Asociación Madres Plaza de Mayo percebi um discurso bem institucional, tudo que ela me falou eram as posições oficiais da entidade. “Não há espaço para indivíduo”, as questões são coletivas. Tentei marcar outras entrevistas com outras *madres* e ela foi logo dizendo que não precisaria porque todas falariam a mesma coisa. Nesse caso havia um controle normativo gerado pelos “enquadramento discursivos” da instituição (Pollak, 1992; Catela, 2001). Enquanto com dona Mirtes foi diferente, ela se mostrou mais aberta pra falar da sua própria experiência, do filho desaparecido e falou também das divergências com as outras mães lideradas por Hebe Bonafini.

Quando comecei a acompanhar a participação das “Mães de Acari” nos eventos quem estava mais frequentemente presente era Vera, para ter acesso a outras mães decidi então entrevistar Marilene. A entrevista foi realizada na casa de Marilene, em Coelho Neto, bairro vizinho de Acari. Essa foi a entrevista mais longa, durou cerca de três horas e meia e foi muito rica, forneceu detalhes do caso e esclareceu dúvidas. Todos os momentos de encontro com Vera e Marilene eram momentos de fortes emoções. Mesmo tendo passado dezesseis anos o caso mexe profundamente com os sentimentos delas e também com os de quem ouve. Por isso mesmo são entrevistas difíceis de serem feitas.

Quando perguntei a Marilene se eu poderia gravar a entrevista ela respondeu que sim, desde que não fosse usada para fins lucrativos ou para comercialização através de livros e pediu que eu assinasse um documento me comprometendo com tal atitude, documento que não chegou a ser redigido nem assinado. Marilene justificou sua atitude dizendo que era uma forma dela se proteger, já que as mães vinham dando muitas entrevistas a pesquisadores e jornalistas e depois livros eram escritos sobre suas histórias e publicadas partes de suas entrevistas sem suas devidas permissões. Contou inclusive que há uma intenção por parte das mães de entrar com processo na justiça para retirar um livro

do jornalista Carlos Nobre de circulação, ou, então, reivindicar que os direitos autorais do livro sejam convertidos para um Centro Cultural que elas ajudaram a organizar em Acari.

A entrevista com Ivanir dos Santos, secretário-executivo do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap), contribuiu na reconstituição do caso Acari e na compreensão dos interesses políticos que estavam em jogo. A entrevista foi realizada na sede do Ceap e durou cerca de cinqüenta minutos. Ivanir, que é militante e quadro do PT, estava com pouco tempo porque participaria logo em seguida de uma atividade de campanha do presidente Lula.

Uma entrevista realizada com o jurista Nilo Batista, então quadro do PDT, à época da chacina de Acari, e Secretário de Polícia e Justiça do governo Brizola, e que posteriormente chegou a assumir por algum tempo o cargo de governador quando Brizola se afastou para disputar a campanha presidencial, ajudou a explicitar o contexto político em que aconteceu, a partir da sua perspectiva obviamente. Essa entrevista aconteceu por acaso, não estava nos meus planos. Eu havia apresentado um trabalho em um evento acadêmico e uma estudante de jornalismo ficou tão interessada no caso que decidiu fazer uma reportagem sobre ele para um site. Passei uma série de informações e materiais sobre o caso a ela e quando marcamos dela me devolver os dados ela disse que tinha marcado uma entrevista com Nilo Batista e me convidou para ir junto.

As entrevistas duraram entre 30 minutos e 3 horas e meia. Foram gravadas, exceto quando o entrevistado não permitia, como foi o caso da entrevista com Ivanir dos Santos que em um certo momento da entrevista solicitou que a conversa não fosse gravada. Depois de gravadas foram transcritas, ao todo foram aproximadamente duzentas páginas transcritas, incluindo entrevistas e discursos pronunciados em eventos.

## **Os jornais e o caderno de recortes de Tereza**

O material jornalístico utilizado constitui-se basicamente de três blocos: um primeiro bloco é composto por reportagens do Jornal do Brasil pertencentes ao arquivo do Núcleo de Pesquisa *Gênero, etnia e classe: estudos multidisciplinares* (GECM) da Escola de Serviço Social da UFRJ<sup>9</sup>, coordenado pela professora Suely Almeida, e cobre o período de 1993 a 1996; um segundo bloco de reportagens foi pesquisado nos arquivos do

---

<sup>9</sup> Este material me foi gentilmente cedido por Victoria Grabois do Grupo Tortura Nunca Mais, a quem sou muito grato.

grupo Tortura Nunca Mais e contêm reportagens de diferentes períodos, sobretudo do Jornal do Brasil e de O Globo; o terceiro e último bloco é um caderno de recortes de Tereza, mãe de um dos jovens desaparecidos e me foi gentilmente disponibilizado por Vera Flores, mãe de uma das jovens desaparecidas. O grande volume de reportagens documentadas durante a pesquisa – aproximadamente trezentas páginas com diversas reportagens de diferentes jornais – dá uma idéia da repercussão do *caso Acari* na imprensa e a visibilidade que o caso ganhou.

No caderno de Tereza há reportagens dos jornais O Povo, O Dia, Jornal do Brasil, O Globo e O Extra e, segundo Vera, em razão da pouca leitura e pouca escrita de Tereza muitos desses recortes não possuem identificação do jornal ou da data em que foi publicada. O caderno de Tereza me serviu como fonte preciosa e o fato de muitas reportagens não terem indicação do jornal ou data em que foram publicadas não diminuiu sua importância. Isso já é um dado de pesquisa e aponta para o acesso restrito das camadas populares à leitura<sup>10</sup>.

Ao contrário de uma reconstituição positivista de fatos empíricos estou mais interessado em identificar alguns acontecimentos que representam a marcação do tempo ao longo dos dezesseis anos do caso Acari, nesse sentido estou tomando o caderno de recortes de Tereza como um *suporte de memória* (Catela, 2001). É a ele que ela e também as outras mães recorrem sempre que precisam contar a história pra alguém. O caderno de Tereza me foi apresentado por Vera, mãe de uma linda jovem que estava entre os onze desaparecidos. Enquanto folheava o caderno Vera ia relembando os fatos para me contar. Em alguns momentos eu percebia no rosto de Vera a forte emoção que os acontecimentos rememorados lhe provocavam e que através da pesquisa eu passava a compartilhar com ela, como se eu me tornasse uma testemunha da testemunha.

### **Estrutura do trabalho**

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo (O drama de Acari) é uma apresentação do caso Acari e de alguns de seus desdobramentos a partir do material jornalístico levantado. As primeiras notícias, os envolvidos no caso, as buscas dos corpos, os embates das mães com os órgãos públicos, as primeiras manifestações e movimentos por justiça, a relação com a polícia, os apoios que as mães tiveram, são alguns

---

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre o acesso das camadas populares à leitura pode-se consultar Ecléa Bosi (1978).

dos momentos apresentados nesse capítulo.

No segundo capítulo (Do luto à luta) discuto a transição de um *tempo do choque*, marcado pela dor da perda e do *desaparecimento*, para um *tempo da política* onde essa dor é transformada em capital político, através da elaboração da denúncia pública por parte das mães e das entidades que lhes davam suporte. Apresento as estratégias de denúncia elaboradas ao longo dos dezesseis anos em que o caso vem se arrastando sem se quer ter se transformado em um processo, até hoje o que existe é um inquérito. No jogo de acusações que se trava para fazer a denúncia pública, argumentos e provas são levantados de todos os lados como forma de legitimar e justificar as denúncias por um lado e por outro lado há um movimento em sentido contrário que busca desqualificar aqueles que denunciam. A maternidade aparece como o principal recurso de legitimação para a ação das mães.

O capítulo 3, sobre as Mães da Praça de Maio, tem o objetivo de demonstrar que Acari pode ser exemplar, mas não é único nem original, e que rituais/tecnologias podem ser adaptados aos contextos, o que demonstra que, como rituais/tecnologias, têm uma certa autonomia e uma integridade própria; dependem mais das semelhanças *de sentido* que propriamente do “ajustamento” das práticas concretas. Esta explicação busca justificar a passagem do “Caso Acari” para favela mediada pelas *madres argentinas*. Esse capítulo traça um contraponto com a experiência das mães argentinas que perderam os filhos durante a ditadura militar, mostrando um diálogo entre das “Mães de Acari” com a cultura política elaborada a partir das lutas contra a ditadura, sobretudo no que diz respeito aos formatos de protesto, incluindo o uso de fotografias e toda uma manipulação simbólica do universo da maternidade e da morte.

O quarto capítulo (O espaço da morte) é dedicado a uma discussão sobre o principal obstáculo enfrentado pelas “Mães de Acari” para legitimar-se publicamente: a criminalização da favela e do favelado. O forte preconceito contra a favela e o favelado representa um obstáculo para a generalização da denúncia das “Mães de Acari”. Ele reforça obstáculos para as reivindicações dos favelados por direitos, como acontece no caso das “Mães de Acari”, que tiveram antes que romper com uma dupla condição de falar de um lugar de despossuído e de um território criminalizado.

O argumento central desse capítulo é que a favela tornou-se um *lugar-trauma*, marcado pela ocorrência de “eventos críticos” (Das, 1995), “experiências traumáticas” (Jelin, 2001) e “tendências totalitárias” (Escorel, 1995). Um espaço marcado pela morte violenta, seja em razão da violência policial, das milícias armadas, ou das facções armadas

de traficantes de droga. Nesse espaço da morte, o favelado é ao mesmo tempo vítima e algoz, e todos passam a ser indiscriminadamente abrigados na categoria de potencialmente criminosos. Em nome do combate ao crime os direitos são cancelados e neutralizados, perdendo sua normatividade, ainda que exista uma constituição em vigor.

O quinto capítulo apresenta, em forma de conclusão, o contexto político e histórico em que ocorreu a *chacina* de Acari, durante a passagem do governo Moreira Franco para o segundo governo de Leonel Brizola. A política de direitos humanos de Brizola teve um efeito contrário, sobretudo na instituição Polícia Militar, que via no respeito aos direitos humanos dos pobres e favelados um obstáculo ao trabalho policial. A *chacina* de Acari ocorreu no momento em que a polícia estava muito descontente e insatisfeita com o governo Brizola, chegando a haver a quebra dos dois princípios mais fundamentais da organização militar: o princípio de hierarquia e a disciplina.

Embora considerando toda a tragicidade do caso Acari, o ponto positivo a ser assinalado é que de uma forma ou de outra ele contribuiu para que o tema dos direitos humanos atingisse setores das camadas populares, que geralmente não se identificam com esse perfil de lutas. Por outro lado, o “Caso Acari” mostra que as hierarquias sócio-espaciais persistem, quando há uma divisão interna no grupo de mães, entre aquelas que são moradoras da favela e as que moram fora, já que as mais atuantes são as não moradoras da favela de Acari. Isso aponta para o fato de que ser favelado constitui um obstáculo à generalização da denúncia.

Se tu falas muitas palavras sutis  
E gostas de senhas, sussurros, ardis  
A lei tem ouvidos pra te delatar  
Nas pedras do teu próprio lar

Se trazes no bolso a contravenção  
Muambas, baganas e nem um tostão  
A lei te vigia, bandido infeliz  
Com seus olhos de raio-x

Se vives nas sombras, freqüentas porões  
Se tramas assaltos ou revoluções  
A lei te procura amanhã de manhã  
Com seu faro de dobermann

E se definitivamente a sociedade só te tem  
Desprezo e horror  
E mesmo nas galeras és nocivo  
És um estorvo, és um tumor  
A lei fecha o livro, te pregam na cruz  
E depois chamam os urubus

Se pensas que burlas as normas penais  
Insuflas, agitas e gritas demais  
A lei logo vai te abraçar, infrator  
Com seus braços de estivador

Hino de Duran (Hino da Repressão)

Chico Buarque (1979)

## 1 – O DRAMA DE ACARI: O *DESAPARECIMENTO* FORÇADO DE ONZE JOVENS

A partir da década de 1990 um tipo específico de violência passou a fazer parte recorrentemente do noticiário da imprensa carioca, nacional e internacional com bastante força: as chacinas. Termo utilizado para designar o assassinato coletivo de pessoas. Chacina de Acari, Candelária, Vigário Geral, Nova Brasília, Nova Holanda, Baixada Fluminense e muitas outras. A partir das denúncias de sobreviventes, familiares e entidades de defesa dos direitos humanos vários casos tornaram-se públicos e se “celebrizaram” com o passar do tempo. Em razão do choque que produziram essas *chacinas* passaram a marcar a experiência das pessoas e grupos sociais que se relacionam no espaço urbano, habitando a memória da cidade e alimentando o imaginário urbano do medo e do terror.

As discussões, os embates, os choques e os usos políticos envolvendo a memória nacional e as memórias de grupos oprimidos têm provocado “estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada” (Huysen, 2000). Daí o interesse que vem sendo cada vez mais despertado de se estudar eventos críticos e experiências traumáticas e os usos políticos que ocorrem nesses contextos envolvendo a memória. Interesse do qual esta pesquisa faz parte, partindo da hipótese de que os usos políticos da memória envolvendo eventos críticos ou situações-limite em alguns casos têm ajudado a fomentar a construção de um espaço fúnebre para alimentar a memória humana. A partir da questão dos presos políticos desaparecidos, por exemplo, na Argentina, as Mães da Praça de Maio construíram um dos maiores rituais fúnebres da América Latina.

É verdade que pode haver abusos nas comparações e nos usos da memória, conforme a crítica apresentada por Andreas Huysen aos excessos de memória que têm servido muito mais para fins de comercialização de “memórias” do que para a construção de uma esfera pública “real” contra as políticas do esquecimento.<sup>11</sup> Por outro lado, as lutas

---

<sup>11</sup> “A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas (por exemplo: a Sérvia pós-comunista e o populismo hindu na Índia) até as narrativas que estão sendo realizadas na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo. Mas ao mesmo tempo, é claro, nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade. Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções

pela memória podem significar a conquista da liberdade, ou a luta por ela, na medida em que o diálogo e a construção do passado por grupos ou agentes sociais, culturais e políticos, de hoje, pode apontar novas possibilidades de ação. Nesse sentido, as construções da memória por diversos grupos sociais podem ser consideradas como parte de ‘novos movimentos sociais’ ou ‘redes de movimentos’ ou ‘associativismos’ que lutam pelo avanço do processo de democratização em todos os graus e aspectos da vida social e política. Identidades se formam como forma de crítica social e como resposta a interesses os mais diversificados, embora sabendo que memórias e identidades também podem ser responsáveis por coerções, exclusões e controles sociais autoritários.

No fundo, a presente dissertação é uma reflexão sobre o trabalho de luto das “mães de vítimas de violência”, seguindo a trilha de Taussig (1993), que se referindo ao interesse que tem se despertado no interior da antropologia pela questão da política da forma, afirma pungentemente que, defrontados com a ubiqüidade da tortura, do terror e do crescimento dos exércitos, somos tomados por uma nova urgência: a de entender o terror a fim de fazer com que outros o entendam.

Qual o impacto da morte violenta ou o desaparecimento forçado de pessoas na sociabilidade de uma localidade? E quais os seus significados? Que grupos sociais têm sido mais afetados e que tipo de reações e protestos ela é capaz de suscitar? Que representações sociais dão conta desse tipo de situação? Que tipo de relação pode se estabelecer entre a *chacina de Acari* e outros *eventos críticos*?

No caso desta pesquisa a referência aos “lugares comuns de traumas históricos”, aos quais refere-se Huyssen (2000) se fez de imediato e foi se confirmando com o tempo, desde a formulação dos problemas a serem pesquisados e da leitura bibliográfica, às fontes e materiais analisados. Isto porque uma das imagens mais fortes que ficaram sobre o regime militar e serviram e têm servido para movimentar uma série de lutas políticas e sociais no Brasil, e na América Latina de um modo geral, foi a figura do *desaparecido* político.

O *desaparecimento* de pessoas como forma de poder político, poder sobre a vida, a morte e o corpo, tal como foi utilizado nos campos de concentração nazista ou nos campos de detenção clandestina da Argentina, tornou-se uma forma de poder que desafia qualquer possibilidade de sociabilidade democrática e tem sido comum na cidade do Rio de Janeiro e, de um modo geral, nas grandes metrópoles, pode-se dizer. O “Caso Acari”, objeto do

---

monumentais em todos os pontos do planeta” (Huyssen, 2000: 16).

presente estudo, tornou-se um caso paradigmático nesse sentido: *desaparecimento* de onze jovens pobres de uma favela da zona norte do Rio de Janeiro.

O objetivo específico deste capítulo 1 é fazer uma apresentação do caso Acari e alguns de seus desdobramentos. Desde julho de 1990 vem sendo divulgadas pela imprensa nacional e fluminense notícias referentes ao “Caso Acari”, é a partir desses registros jornalísticos que busco inicialmente identificar alguns dos principais acontecimentos relacionados ao *desaparecimento* dos jovens ao longo dos dezesseis anos em que o caso vem se arrastando sem solução alguma.

### **O drama de Acari: o *desaparecimento* forçado de onze jovens**

No dia 26 de julho de 1990 um grupo formado por 11 jovens, entre os quais três ladrões de cargas e de banco, viajou para o distrito de Suruí, em Magé, onde posteriormente, foram seqüestrados e continuam desaparecidos até hoje. De acordo com as investigações preliminares, parte dos jovens, é assaltante e estaria com ouro e dinheiro que foram levados pelos criminosos. A única sobrevivente do crime, Laudicena do Nascimento, 71 anos, conta que eram vários os homens encapuzados e que, ao abrirem a porta, apontaram armas de grosso calibre para dois dos rapazes, perguntando pelo dinheiro e pelo ouro. Eles responderam que não sabiam, sendo colocados em seguida numa Fiat Uno, utilizada pelo grupo e na Kombi do filho de Dona Laudicena, Édio do Nascimento, 41. Desde então o grupo permanece desaparecido. (Reportagem de Kátia Argento – Jornal O Povo – 25/01/1993 – Caderno de recortes de Tereza)

O drama de Acari começou em julho de 1990, com o *desaparecimento* de onze pessoas, sendo três meninas e oito rapazes. Desses onze, oito eram menores de idade:

1. Rosana Sousa Santos, 17 anos – filha de Marilene Lima e Souza;
2. Cristiane Souza Leite, 17 anos – filha de Vera Lúcia Flores;
3. Luiz Henrique da Silva Eusébio, 16 anos – filho de Edméia da Silva Eusébio\* ;
4. Hudson de Oliveira Silva, 16 anos – filho de Ana Maria da Silva;
5. Edson Souza Costa, 16 anos – filho de Joana Euzilar dos Santos;
6. Antônio Carlos da Silva, 17 anos – filho de Laudicena Oliveira do Nascimento\* ;
7. Viviane Rocha da Silva, 13 anos – filha de Márcia da Silva;
8. Wallace Oliveira do Nascimento, 17 anos – filho de Maria das Graças do Nascimento;
9. Hédio Oliveira do Nascimento, 30 anos – filho de Denise Vasconcelos;

---

\* Já falecidas.

10. Moisés Santos Cruz, 26 anos – filho de Ednéia Santos Cruz; e
11. Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, 32 anos – filho de Teresa Souza Costa.

Os “Onze de Acari”, como ficaram conhecidos, *desapareceram* em Magé, em um sítio pertencente a avó de um dos *desaparecidos*. A maioria dos jovens morava na favela de Acari enquanto outra parte morava nas proximidades. É significativo notar que alguns moravam dentro da favela e outros no entorno para se compreender posteriormente o grau diferenciado de envolvimento e participação das mães no “Caso Acari”, na mobilização e nas lutas que passaram a travar na busca por informações, esclarecimentos, resolução e reparação. Em seguida, ver-se-á que o fato de serem moradoras da favela ou mães de jovens envolvidos com algum tipo de crime representou obstáculos para a participação de algumas mães, uma delas chegando a ser assassinada. Além disso, houve tentativas, sobretudo de setores da polícia de rotulá-las como “mães de bandido” com o objetivo de deslegitimá-las diante da “opinião pública”.

Em todas as versões que circularam nos jornais sobre o “Caso Acari” consta que o grupo viajou para fugir de policiais que estavam tentando extorquir dinheiro de alguns deles que tinham envolvimento em assaltos e roubos de carga de caminhão. Segundo uma reportagem colada no caderno de Tereza os motivos do seqüestro estariam ligados a drogas, assaltos e extorsão, sendo que dias antes do *desaparecimento* dos onze jovens no sítio em Magé, a casa de Edméia havia sido invadida por policiais e três adolescentes haviam sido seqüestrados. Os policiais teriam exigido uma grande quantidade de dinheiro para pagar o resgate, caso não fosse pago matariam os três.

#### TÓXICO E EXTORSÃO, OS MOTIVOS

Entre as muitas versões para o seqüestro dos 11 rapazes e moças, as evidências parecem indicar que teria havido um **banho**, com o não pagamento a uma quadrilha de tóxicos, formada por policiais ou que teria cobertura da polícia. Uma das testemunhas afirmou em depoimento que no dia 14 de julho de 1990 policiais fardados do 9º BPM entraram na casa de Edméia da Silva Eusébio, mãe de um dos seqüestrados, prenderam três adolescentes e exigiam Cr\$ 5 milhões.

Os policiais teriam dito então que se a quantia não fosse paga eles passariam o **rodo** (matariam todos). Mais tarde a extorsão foi reduzida para Cr\$ 2 milhões sendo que foram pagos Cr\$ 1 milhão e 800 mil por Luís Carlos (um dos desaparecidos). Na ocasião foram presos Moisés, Viviane e Edson, depois seqüestrados em Magé. O restante do dinheiro ficou de ser pago dias depois, mas o grupo não completou o pagamento e fugiu para Magé.

(...)

Outra testemunha confirmou a invasão de policiais do 9º Batalhão à casa de Edméia da Silva Eusébio, quando dois rapazes e uma menina (depois seqüestrados) foram presos até o pagamento de Cr\$ 2 milhões – segundo a testemunha foram pagos 1 milhão

850 mil e os três liberados. Foram reconhecidos por fotos, como sendo autores da invasão e extorsão, os soldados Carlos Alberto de Souza Gomes, Eduardo José Rocha Creazola, Evaldo Barbosa do Nascimento, Paulo Roberto Borges da Silva e Wilton Elias da Cunha, todos do 9º Batalhão, á época em que o Coronel Emir Larangeira era o comandante. Cunha costuma usar um automóvel Santana para ir até o batalhão onde serve e tinha, segundo informações desprezadas no primeiro processo, também um Ford Escort do ano, o que não poderia ter comprado com o soldo de soldado, com todos os adicionais, hoje na faixa de Cr\$ 85 mil. (Reportagem de jornal não identificado e sem data – caderno de recortes de Tereza)

#### VÍTIMAS SERIAM LADRÕES DE CARGAS

Três rapazes do grupo que viajou para Suruí, com a finalidade aparente de passar uns dias, estariam comprometidos com o crime: Wallace de Souza Nascimento, 18 anos; Moisés dos Santos, mais conhecido como Moi, e Luís Carlos Vasconcelos de Deus, vulgo Lula. Os três são assaltantes de cargas de caminhões, possuem registro na Polícia, inclusive na Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas. Justamente um deles, Wallace, que segundo informações também consumia drogas, convidou no dia 21 de julho, num sábado, alguns dos seus amigos da favela de Acari para passar uns dias no sítio de sua avó, Laudicena Oliveira Nascimento, 71 anos, em Suruí.

A maioria dos jovens que acompanhou Moi, Lula e Wallace para Suruí, é moradora da Rua São Benedito, na favela de Acari. Três rapazes voltaram antes, escapando do seqüestro. (Reportagem do jornal O Povo, 16 de outubro de 1990 – caderno de recortes de Tereza)

Diante da falta de testemunhas e do fato de os únicos sobreviventes, dona Laudicena e seu neto (uma criança com doze anos), terem fugido pelo mato no momento de invasão da casa pelos policiais encapuzados para se esconder, o desconhecimento das circunstâncias exatas em que os fatos se deram se reflete em algumas imprecisões da cobertura jornalística. Cada jornal ou o mesmo jornal apresentava informações e versões diferentes para os mesmos fatos. Uma reportagem de um jornal não identificado, mas datada de 30 de julho de 1990, colada no caderno de Tereza, noticiava o *desaparecimento* de dez pessoas ao invés de onze.

#### DEZ PESSOAS SEQÜESTRADAS

Dez pessoas foram seqüestradas na última quinta-feira, quando estavam dormindo em um sítio da Estrada Fim da Picada, 1.011, Saruí, em Magé. Segundo a proprietária do sítio, Laudicena de Oliveira Nascimento, 71 anos, vários homens invadiram sua residência . Após destruírem os móveis à procura de jóias e dinheiro, levaram seu neto, Wallace de Souza Nascimento , 19 anos, e seu filho Hédio do Nascimento, de 41 anos, além de oito pessoas. Apesar da queixa ter sido registrada na 69ª DP (Magé), nenhum policial compareceu ao local para fazer o levantamento do crime.

Wallace resolveu, no sábado, dia 21, convidar vários amigos que residem na Rua São Benedito, na favela do Acari, para passar uns dias no sítio da sua avó, em Saruí, Magé. Imediatamente, Rosana de Souza Santos, 20 anos, Edson de Souza Costa, 18 anos, Luís Henrique da Silva Euzébio, 18 anos, Udson de Oliveira, 16 anos, Cristine Leite de Sousa, 17 anos, Antônio Carlos da Silva, 17 anos, Viviane, 14 anos e Cristiane, 16 anos (o sobrenome das duas não foi informado), arrumaram algumas roupas e resolveram aceitar o convite . Ao chegar no sítio, Laudicena informou ao seu neto que não havia lugar em casa para comportar tanta gente . A mesma afirmação foi feita por

Hédio, filho de Laudicena, que reside com ela. Mesmo assim os jovens resolveram permanecer na casa. (*Reportagem de jornal não identificado, datando de 30 de julho de 1990 – caderno de recortes de Tereza*).

#### ACARI: UM CASO AINDA SEM SOLUÇÃO

Há mais de um ano sem solução, o seqüestro dos jovens de Acari é um exemplo do tratamento diferenciado que as autoridades dão para ricos e pobres. Mas as mães desses jovens, iguais a todas as mães, choram a perda de seus filhos e lutam para que os culpados sejam punidos.

No dia 21 de julho do ano passado, um grupo de jovens saiu da favela de Acari, localizada na zona norte do Rio, para participar de uma festa num sítio em Magé, na Baixada Fluminense. Pretendiam passar alguns dias lá se divertindo mas, algum tempo depois, foram surpreendidos, por volta da meia noite, com a invasão de um homem encapuzado, armado, que arrombou a porta se dizendo da polícia e perguntando por jóias e dinheiro. Ele não estava só: do lado de fora, vultos de outros homens foram vistos pela proprietária do sítio, dona Laudicena de Oliveira Nascimento.

Surpresos, os jovens explicaram que não tinham nem jóias nem dinheiro. Mas de nada adiantou. Os oito rapazes foram obrigados a sair de casa e entrar em uma Kombi, de propriedade do filho de dona Laudicena, enquanto as três meninas eram colocadas em um Fiat. A partir desse momento não se teve mais notícias do grupo. Foram seqüestrados e desapareceram sem deixar vestígios.

(...)

Assim que souberam do seqüestro as mães de Cristiane, 15 anos, Rosana, 18, Luiz Henrique, 17, Viviane, 13, Édio 17, Wallace, 17, Udson, 16, Edson, 16, Antonio, 17, Moisés, 26 e Luís Carlos, 30, se mobilizaram e começaram a fazer buscas. Foram até Magé e quase não conseguem passar pelo pedágio porque uma barreira de PMs – avisados de que um grupo de Acari ia invadir a cidade – tentou impedi-las de ir adiante. Com a ajuda de um advogado, as mães conseguiram chegar o delegado de Magé, que não se mostrou muito disposto a iniciar as investigações. (*Reportagem de jornal ou revista não identificado/a e sem data – caderno de recortes de Tereza*)

### **O 9º Batalhão de Rocha Miranda, os Cavalos Corredores e o Coronel Lorangeira**

Os nomes dos policiais envolvidos no “Caso Acari” continuaram a aparecer no noticiário carioca e nacional durante toda a década de 1990 e 2000, seus nomes apareceram ligados a um grupo de extermínio denominado Cavalos Corredores, que também estaria envolvido nas chacinas da Candelária e de Vigário Geral em 1993. Estes policiais pertenciam ao 9º Batalhão da Polícia Militar de Rocha Miranda, seção da polícia responsável pela jurisdição das áreas em que se situam as favelas de Acari e Vigário Geral.

#### “‘WALMIR NEGÃO’ UNIA MATADORES”

A ligação entre a chacina dos 11 de Acari e a dos 21 da Favela de Vigário Geral se fez depois de ouvida a testemunha-bomba que a polícia mantém em sigilo para que as investigações, em fase final, não sejam prejudicadas. Se há também ligação com a chacina da Candelária, na qual morreram oito meninos de rua, a polícia ainda não sabe,

mas já tem certeza de que o elo entre os matadores sempre foi o ex-PM Walmir Francisco de Araújo, o **Walmir Negão**, que se reunia com os Cavalos Corredores numa casa próximo à de Tomazio Buscetta, cuja mansão freqüentava. **Negão** está preso em Minas por assalto, depois de ter fugido da prisão no Rio por extorsão e também assalto. (Reportagem de jornal não identificado, com a data de 21 de setembro de 1993, registrada manualmente – caderno de recortes de Tereza)

#### “POBREZA NO RASTRO DO PELOTÃO DA MORTE”

Longe do asfalto, perto da morte. Alvo preferido dos policiais dos Grupos de Policiamento de Choque da PM, os morros e favelas do Rio de Janeiro foram palco de 601 dos 699 assassinatos pelas mãos dos agentes da tropa de elite da Polícia Militar nos últimos dois anos e cinco meses. O levantamento do DIA sobre a ação dos pelotões da morte mostra ainda que cada grupo policial elegeu uma área carente para descarregar suas armas com mais intensidade. A turma do 9º BPM (Rocha Miranda), considerado o mais sangrento dos batalhões, por exemplo, atingiu 43% de suas 127 vítimas nas favelas de Acari e Vigário Geral. (Reportagem de Fernanda Portugal e João Antônio Barros no jornal O Dia, 21 de julho de 1997)

#### CAVALORES CORREDORES

Para os investigadores da 2ª Seção, o grupo foi atraído para uma cilada a pedido de soldados do 9º Batalhão, que o teriam extorquido e queriam mais dinheiro. Testemunhas na época acusaram vários policiais de extorquir moradores e violentar meninas, além de crimes de morte.

Carlos Roberto Freire que levou cinco dos seqüestradores a Magé e que é informante conhecido do 9º BPM e também da DRFC, “mantendo íntima ligação com todos os policiais”, segundo o coronel Brum, desapareceu após prestar depoimento. Policiais da 2ª Seção tiveram conhecimento de que ele está preso em outro estado, e pretendem voltar a ouvi-lo. A investigação da 2ª Seção do Estado Maior da PM descobriu que os policiais do 9º BPM criaram um grupo de ação chamado **Cavalos Corredores**, que era formado por alguns dos policiais envolvidos na chacina. (Reportagem de jornal não identificado e sem data – caderno de recortes de Tereza)

Os policiais foram apelidados de *Cavalos Corredores* porque entravam fazendo barulho, como se fosse uma tropa, e espalhando o terror nas vielas da favela, invadindo casas, extorquindo e agredindo pessoas. Uma reportagem do jornal O Dia de 12 de setembro de 1993 noticiava que “O grupo Cavalos Corredores não é fruto da imaginação da imprensa” e divulgava trechos de um documento do Serviço de Homicídio da Baixada Fluminense acusando o coronel Emir Lorangeira de chefiar o grupo de extermínio e de se proteger atrás da imunidade parlamentar, já que havia sido eleito deputado estadual pelo PSDB.

#### “RELATÓRIO CITA ‘CAVALORES CORREDORES’”

No relatório, a extorsão praticada por policiais militares em 14 de julho, na favela de Acari, é descrita com detalhes. Os policiais Paulo Roberto Borges da Silva, Carlos Alberto Souza Gomes, Ivaldo Barbosa do Nascimento, Eduardo José Rocha Creazola e Wilton Elias da Cunha são citados por terem sido identificados pelas testemunhas como alguns dos autores da extorsão. Curiosamente, pelo menos três desses policiais são suspeitos de terem participado da chacina de Vigário Geral, em 29 de agosto.

Após enumerar os PMs envolvidos com a extorsão em Acari, o relatório discorre sobre a atuação dos **Cavalos Corredores**. “Todos faziam parte de um grupo

especialmente criado pelo coronel Emir Larangeira para o combate ao tráfico de drogas. Ficaram conhecidos pelo terror que implantavam nas comunidades mais carentes, ganhando o epíteto de **Cavalos Corredores** por serem os únicos policiais que entravam nas favelas correndo (...) Cabe aqui salientar que estes policiais ainda têm a proteção do coronel Emir Larangeira, hoje reformado e deputado estadual”, afirma o documento. (Reportagem do jornal O Dia de 12 de setembro de 1993 – caderno de recortes de Tereza)

No caderno de Tereza várias reportagens fazem menção à ação dos Cavalos Corredores. O coronel Emir Larangeira, à época do “Caso Acari” comandante do 9º BPM e acusado de chefiar o suposto grupo de extermínio chegou a escrever um livro, denominado *Cavalos Corredores*<sup>12</sup>, para negar a existência do grupo<sup>13</sup>. Larangeira foi julgado e inocentado, em seu site na Internet ele disponibilizou o veredicto que o absolveu. Talvez em tom de ironia e provocação na página do coronel há imagens de cavalos que correm de um lado para outro.

O coronel, que foi eleito deputado estadual pelo PSDB, admitia a suspeita de que um grupo de pessoas tivesse ido ao sítio seqüestrar os jovens e depois executá-los, mas estas pessoas não seriam policiais. Segundo sua explicação o crime contra os jovens fora praticado por uma quadrilha rival.

Na véspera da tragédia um rapaz que estava junto com o grupo, conhecido como Jacaré, e que também seria assaltante, seria o responsável, na hipótese de Larangeira. Jacaré teria ido com os jovens para o sítio e voltado um dia antes. Nas palavras de Emir

---

<sup>12</sup> Ao comentar o conteúdo do livro do jornalista Carlos Nobre sobre as “Mães de Acari”, Emir Larangeira escreve em seu livro: “Como se vê, nem se precisa gastar neurônios para concluir que as peças do quebra-cabeça se encaixam precisamente (...). E agora já posso consignar a origem dos conflitos entre mim e as sectárias personalidades elogiadas no livro: um orquestrado ‘reconhecimento’ montado pela comunidade de informações da PMERJ, da qual Brum era chefe, na sede da Corregedoria Geral da Polícia Civil, então dirigida pelo delegado de polícia e militante do PT Hélio Luz (...). Integram o grupo que ‘reconheceria’ os policiais-militares como “chacinadores dos onze de Acari” as mães dos marginais e de suas namoradas, notabilizadas como “Mães de Acari”, em deformada alusão às “Madres de la Plaza de Mayo”. (...) Pois bem, as “Mães de Acari” (eis mais um neologismo), decerto sem culpa, resumem-se a uma arguta tentativa midiática e prosélita de reedição do exemplo argentino, mas com uma retumbante diferença: as daqui não passam de mães de bandidos e de suas desavisadas (ou avisadas) namoradas (Larangeira, 2004:, 155).

<sup>13</sup> A respeito da existência dos *Cavalos Corredores*, Larangeira faz o seguinte comentário: “Ora bem, não é fácil explicar o que não existe, mas não tenho como vencer a insistência da mídia em vender os sensacionais “Cavalos Corredores”, assim como me vejo obrigado a mais uma vez sublinhar o comentário de um Desembargador da Alta Corte do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, colegiado que me absolveu desta acusação que se referia aos tais “Cavalos Corredores”. Disse o ilustre Desembargador, na ocasião, que a expressão o fazia lembrar-se de um dito rio-grandense-do-sul: “Cavalo corredor, égua prenhe.” (...) Pois bem, a mim me atribuíram a falácia de ter criado um grupo de extermínio com essa denominação. Em primeiro lugar, - e como já provei, - não criei grupo de extermínio nenhum, para sorte desses vis e abjetos que me imputaram a tenebrosa acusação. Fosse verdade, é claro que eles já teriam sido exterminados... Também acho que teria escolhido nome mais apropriado, pois cavalo não é meu forte. Gosto de cães, e talvez, aí sim, eu intitulasse meu “grupo de extermínio” como “Cães Corredores”, que ficaria ao meu feitio” (Larangeira, 2004: 146).

Larangeira publicadas pelo jornal O Povo (25/01/1993), “O Jacaré já nesta época estaria na favela de Parada de Lucas tendo-se juntado a uma nova quadrilha. Retornando um dia antes com a desculpa de que estava com saudades do filho. Ele na verdade articulou a volta dos seus novos parceiros para poderem cometer o crime”. Segundo a mesma reportagem, em relação às mães o coronel Larangeira tentava associá-las aos traficantes de droga de Acari e dizia que o caso tinha se transformado numa bandeira política do PT. Segundo ele, todos os que estavam investigando o caso eram vinculados ao PT, como no caso do delegado Hélio Luz e do secretário do Ceap (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas) Ivanir dos Santos.

No último depoimento, prestado por Edméia da Silva Euzébio, 47, que foi assassinada no dia 14, próximo à estação Praça XI do Metrô, ela argumenta que no dia, que foi feito o reconhecimento dos policiais do 9º BPM (Rocha Miranda) o coronel Larangeira tentou impedir, levando um advogado para a delegacia, onde estava à frente do caso o delegado Hélio Luz. O coronel Larangeira garante que se tratava de uma farsa e não é verdade o que foi dito por Edméia. ‘Quando eu era comandante do 9º BPM, prendi vários marginais da favela de Acari, inclusive o traficante Cy que era um líder no local. No dia do reconhecimento, quando eu cheguei na DP, a primeira pessoa que eu vi foi o advogado das “**Mães de Acari**”, Salvador Menezes Couto, que era o defensor dos bandidos da favela. Ao entrar e ver quem eram os PMs que seriam reconhecidos, percebi que muitos participaram da prisão de vários marginais de Acari, inclusive o Cy. Evidentemente que se tratava de uma cilada. Era a hora da vingança deles. Por este motivo, coloquei um advogado à disposição do grupo’.

As “**Mães de Acari**” revelaram a sua indignação com o fato do coronel Larangeira tê-la chamado de **mães de bandidos**, mas ele reafirmou em entrevista o que pensa a respeito – ‘Evidentemente que muitas ali são mães de bandidos. O caso de Acari já poderia ter sido solucionado se tivesse desde o começo sido tratado como um caso de polícia e não se ter tornando uma orquestração política. Todos que participaram das investigações pertencem ao PT e fizeram uma bandeira política. É o caso do delegado Hélio Luz e do secretário do Ceap (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas), Ivanir dos Santos. Até mesmo o coronel Brum participa da linha ideológica, montada para desvendar o caso. Se o Coronel Brum, doutor Hélio Luz e os demais pensassem no que eu falei, ou seja, que o crime foi praticado por um grupo de marginais rivais, talvez a Edméia estivesse viva hoje’.

Durante toda a primeira fase da investigação, a comunidade de Acari, em geral, acusou o coronel Larangeira de ser complacente com as atrocidades cometidas pelos subordinados dele. O coronel garante que esta opinião se refere apenas aos familiares de bandidos e que têm certeza de que os moradores na favela de Acari não têm comprometimento com o banditismo – Acontece que estas pessoas não podem falar a meu favor, caso contrário serão mortas – argumentou. (Reportagem do jornal O Povo, 25/01/1993 – caderno de recortes de Tereza)

Em 1993 foram noticiadas denúncias contra o coronel Larangeira relacionadas ao desaparecimento de armas apreendidas por policiais do 9º Batalhão sob o seu comando. Uma reportagem do caderno de Tereza, com a data de 16 de setembro de 1993, mas sem identificação do jornal, informa que “Um fuzil AR-15, metralhadoras URU e 765,

uma pistola Luger 9mm e um revólver calibre 32, além de farta munição. O paradeiro deste arsenal de guerra, apreendido em novembro de 1989 por policiais do 9º BPM, chefiados pelo então comandante Emir Larangeira, entre traficantes da favela de Acari, é hoje um mistério. O armamento não se encontra em nenhum dos locais onde poderia estar: o depósito do batalhão, o Setor de Acautelamento da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (DFAE) da Polícia Civil e o Serviço de Produtos Controlados do Comando Militar do Leste. A polícia desconfia que esse arsenal tenha sido desviado para grupos de extermínio”.

Supostamente as armas apreendidas de traficantes eram negociadas ou usadas por policiais em grupos pára-militares de extermínio. Muitas dessas denúncias foram feitas por autoridades militares de alta patente, como por exemplo, um sucessor de Larangeira no 9º BPM, o coronel César Pinto: “Este batalhão era cheio de vícios. Os soldados estavam acostumados a fazer o que bem quisessem. Estavam acostumados a participar de mineiras – extorsões praticadas contra traficantes, ladrões e outros marginais. Só queriam ganhar dinheiro com mineiras. Quando cheguei aqui, em julho de 1991, verifiquei que 10% da tropa eram viciados nesta prática nefasta para a corporação (...) Isto aqui era um batalhão de bandidos. (...) Tudo era feito com o conhecimento do comandante. (...) Minha atuação aqui vai demonstrar a farsa que foi a eleição de Emir Larangeira para deputado estadual” (Reportagem de jornal não identificado, com a data de 12 de setembro de 1993, registrada manualmente - caderno de recortes de Tereza).

### **As buscas dos corpos e os primeiros protestos**

As narrativas dando conta das buscas dos corpos têm sempre um tom de realismo mágico, onde a realidade zomba da compreensão e ridiculariza a racionalidade (Taussig, 1993). Tortura, estupro, arcadas dentárias, pedaços de ossos, corpos esquartejados dados a leões, porcos ou jacarés. Igualmente assustador é o nome de muitos dos locais onde eram realizadas as buscas, conhecidos por serem locais de “desova” de cadáveres: Curva da Morte, Estrada Fim da Picada.

#### **ACARI: 11 DESAPARECIDOS E UMA ARCADA DENTÁRIA**

Como desaparecer com 11 corpos? Cinco anos depois do sumiço de oito rapazes e três moças da Favela de Acari, duas novas testemunhas prometem colocar ponto final na história que levou a Anistia Internacional a clamar por direitos humanos no Rio de Janeiro e ajudar a polícia a achar o que sobrou das vítimas dos porões da **ditadura civil**. Baseado no depoimento de uma delas, policiais civis e militares encontram

recentemente no Rio Inhomirim, em Magé, uma arcada dentária e pedaços de ossos que podem ser dos desaparecidos.

“Eles (os policiais envolvidos) pegaram os caras no sítio, levaram as armas e o dinheiro. Depois estupraram as meninas e cortaram os traficantes. Todos foram jogados no rio, conta C., ex-PM e o homem que apontou para a Polícia Civil o Rio Inhomirim como o local onde os corpos dos 11 de Acari foram abandonados por grupo de policiais, liderado pelo ex-detetive Peninha. Mas seu depoimento é encarado com reservas pelos agentes do Serviço de Inteligência da PM. Eles acreditam somente no relato sobre como as vítimas foram mortas e têm outra versão para o lugar da **desova**: o Cemitério de Bongaba, em Piabetá, Magé. (Reportagem de jornal não identificado datando segundo anotação escrita à caneta de 15/10/95 – grifos no original – caderno de recortes de Tereza)

#### “POLÍCIA PROCURA CORPOS DE SEQÜESTRADOS EM RIOS”

Durante todo o dia de hoje será realizada uma grande operação envolvendo policiais civis, militares e o Corpo de Bombeiros nos rios Suruí, Bongaba e Inhumirim, à procura dos corpos das 10 pessoas seqüestradas, no último dia 21, em Suruí, Magé. Até o momento não apareceu nenhuma vítima do seqüestro e a única pista que a Polícia dispõe é o aparecimento de um dos carros utilizados pelos criminosos, a Kombi KK 5226, com a parte traseira queimada e manchas de sangue no seu interior, em Piabetá. (Reportagem de jornal não identificado, sem data – caderno de recortes de Tereza)

#### “NÃO SOMOS MEDINA, NÃO TEMOS DINHEIRO, MAIS TAMBÉM SOMOS PESSOAS HUMANAS”

Os familiares dos desaparecidos voltaram a protestar ontem no prédio da Secretaria de Polícia Civil, pedindo maior empenho nas investigações. O cartaz que chamava mais atenção dos policiais e populares que passavam pelo local apelava: “Sr. Secretário Heraldo Gomes: não somos Medina, não temos dinheiros, mas também somos pessoas humanas. (Reportagem de jornal não identificado, sem data – caderno de recortes de Tereza)

#### “BUSCA AOS SEQÜESTRADOS CONTINUA”

Cerca de 50 pessoas da favela de Acari invadiram Magé para auxiliar os policiais da 69ª DP (Magé) a localizar as 10 pessoas seqüestradas no sítio da Estrada Fim da Picada, 1.011, Bairro Suruí, em Magé, e residentes naquela favela. O seqüestro aconteceu na última quinta-feira e até agora nenhum deles foi encontrado. A Kombi KD 5226, usada pelos seqüestradores, foi encontrada ontem, na Estrada de Bongaba, em Piabetá. Ela estava manchada de sangue mas os policiais não encontraram nenhuma perfuração a bala. (Reportagem de jornal não identificado, sem data – caderno de recortes de Tereza)<sup>14</sup>.

#### “‘CURVA DA MORTE’ É MESMO A PISTA DOS CRIMES DE ACARI”

A Polícia vai retomar as buscas dos corpos dos 11 moradores da Favela de Acari assassinadas num sítio de Magé, em julho de 1990, a partir das informações contidas em carta escrita por um comerciante de Caxias, enviada ao vice-governador Nilo Batista, ao chefe de Polícia da Polícia Militar, coronel Walmir Brum, e ao jornal O DIA. A polícia realizou há duas semanas grande busca em um local conhecido como **Curva da Morte**, em Piabetá, onde são freqüentes os acidentes de carros. Na carta, o comerciante informa, com ajuda de um mapa, que os corpos estão realmente na **Curva da Morte**, mas na Estrada Velha de Petrópolis, perto de Pau Grande, distrito de Magé, a 12 quilômetros da área escavada. De acordo com moradores, este seria um ponto de **desova**, utilizado com freqüência pela **polícia mineira** de Caxias. (Reportagem do jornal O Dia, com a data de 04 de março de 1993, registrada manualmente – caderno de recortes de Tereza)

<sup>14</sup> Nessa reportagem, no caderno de recortes de Tereza, está registrado manualmente a data 26 de julho de 1990, mas provavelmente há um erro pois essa é a data em que ocorreu o desaparecimento dos jovens no sítio e a cobertura jornalística nos jornais impressos provavelmente só deve ter se iniciado no dia seguinte, 27 de julho de 1990.

#### “VARREDURA VAI DURAR TRÊS DIAS”

Cerca de 80 homens do Corpo de Bombeiros vão trabalhar, no mínimo, três dias na varredura de 15 quilômetros entre a **Curva da Morte**, Imbariê, e o Meio da Serra, Piabetá, à procura das ossadas dos jovens de Acari. De acordo com o coronel-bombeiro José Carlos Galdino, comandante do Grupamento de Salvamento Florestal e Meio Ambiente, os bombeiros podem até montar acampamento no local para não interromper o trabalho.

O coronel Galdino disse que vão participar da operação bombeiros especialistas em alpinismo para que os abismos da serra também sejam vasculhados. Segundo ele, que já foi comandante do Quartel de Petrópolis, apesar das Jaguatiricas que habitam a floresta, “as únicas coisas que podem prejudicar a operação são a chuva e a neblina”.

Foi o coronel Galdino quem encontrou, ontem, as duas ossadas que podem ser dos jovens de Acari. Segundo ele, num monte de lixo e mato queimados e ossadas de animais, viu uma tibia, em seguida conseguiu encontrar um perônio e um íliaco que se encaixaram. Depois de caminhar um pouco pela **Curva da Morte**, à procura de mais ossos, o coronel viu duas crianças brincando de golfe com o crânio da ossada de um garoto. (Reportagem de jornal não identificado, com a data de 17 de fevereiro de 1993, registrada manualmente – caderno de Recortes de Tereza).

#### CORPOS NA ILHA DE ITAOCA

O delegado titular do Serviço de Homicídio da Baixada, Luís Carlos Pinheiro, que investiga o seqüestro dos 11 de Acari, em Suruí, Magé, também ouviu a testemunha e ficou sabendo que os corpos de alguns dos seqüestrados foram levados para a Ilha de Itaoça, em São Gonçalo. (Reportagem de jornal não identificado, com a data de 21 de setembro de 1993, registrada manualmente – caderno de recortes de Tereza).

#### “ESCAVAÇÕES SÃO A ESPERANÇA”

As escavações em busca da ossada dos 11 jovens da Favela de Acari desaparecidos desde 1990 começam na próxima segunda-feira, no cemitério de Mongaba, em Piabetá. O juiz Geraldo José Machado, de Magé, acolheu o pedido feito pela promotora Fabíola Lovisi, da 1ª Promotoria de Justiça do município.

Caso sejam encontradas ossadas, a promotora vai realizar testes de DNA. Durante todo o período de realização do trabalho, haverá uma prontidão de policiais militares para garantir que o local seja preservado.

As esperanças de se elucidar o crime, que ganhou repercussão internacional, foram reacesas depois que uma das mães, Vera Lúcia Flores Leite, de 50 anos, recebeu um telefonema anônimo indicando um novo local onde os corpos das vítimas teriam sido enterrados. (Reportagem de jornal não identificado, com a data de 09 de abril de 1999, registrada manualmente – caderno de recortes de Tereza).

#### “PROCURADOS ATÉ NO CEMITÉRIO”

Buscas e mais buscas foram dadas e, enquanto escavações eram feitas em terrenos baldios ou extensas áreas desertas de Magé, em meio à densa vegetação, covas também eram reabertas no cemitério local, sob suspeitas de que nelas teriam sido sepultados os corpos das vítimas do seqüestro. . (Reportagem de jornal não identificado, sem data – caderno de recortes de Tereza).

# Polícia procura ossadas e acha leões em Magé

Um leão morto e dois famintos foram encontrados ontem em Magé, por policiais civis e militares que tentavam localizar ossadas que estariam enterradas no sítio do detetive João da Silva Bistene, o **Peninha**, assassinado em junho do ano passado na Ilha do Governador. Vários locais foram vasculhados na busca aos restos mortais de 11 jovens que foram seqüestrados, em julho de 1990, num sítio na Estrada Fim da Picada, no bairro Suruí, em Magé. A polícia encontrou muitos ossadas queimadas num terreno junto à Rodovia Rio-Teresópolis, mas só o exame pericial irá revelar se os ossos eram humanos ou de animais.

Apesar de o detetive não figurar como suspeito do seqüestro, os policiais foram ao sítio, na Praia de Mauá, porque **Peninha** era considerado uma espécie de "xerife" da área.

Os policiais se surpreenderam com os dois leões — sem água e comida — que estavam em pe-

quenas jaulas junto ao portão principal do sítio. Durante as buscas, os policiais encontraram os ossos de um leão, que morreu há cerca de três meses na jaula. Embora more nas proximidades do sítio, a segunda mulher do detetive, Skaki Silva, disse que não tem condições de comprar comida para os animais e deu graças a Deus quando o delegado Paulo Souto informou que iria pedir ao Ibama para retirar os leões do sítio.

Há quase dois anos a polícia procura em Magé os corpos dos 11 jovens — oito rapazes e três moças — da favela de Acari, no Rio, que se refugiaram no sítio da avó de um amigo, em Suruí, porque foram ameaçados de extorsão por policiais. Cinco policiais militares, cinco civis e dois alcaguetes estão respondendo por extorsão, mas até hoje não foram denunciados pela morte dos jovens porque os corpos não apareceram.

## “APARATO DE CINEMA NA BUSCA DOS CORPOS”

Cães farejadores; helicópteros; soldados bem treinados do Corpo de Bombeiros, munidos com pás e enxadas; peritos documentando tudo com uma câmera de vídeo; 30 homens armados com escopetas, metralhadoras e pistolas, para dar cobertura. Com este aparato, digno de qualquer filme policial americano, a Polícia esperava encontrar ontem, em Magé, o cemitério clandestino onde estariam enterrados os desaparecidos de Acari. No sítio do ex-policia João da Silva Bistene, o **Peninha**, morto em 1991 pela PM, acusado de ser um dos chefes do grupo da chacina, a Polícia encontrou uma ossada de leão.

**Peninha** criava cinco leões em seu sítio, na Rua Isaac Bistene, 209, Praia de Mauá, até 26 de junho de 1991, quando foi assassinado pelo soldado PM Filomeno Ferreira Mendes, na Ilha do Governador.

Dos cinco, apenas dois leões sobreviveram. Na batida de ontem, os policiais encontraram ambos em péssimas condições de saúde, há uma semana sem água e comida e isolados em jaulas individuais. Uma ex-mulher de **Peninha**, que se identificou apenas por Scaty, disse aos policiais que os leões estavam sendo mantidos pela mãe do ex-policia, que cuidava da alimentação regularmente. Como havia adoecido, a mãe de **Peninha** não estava podendo realizar esse trabalho. (Reportagem de jornal não identificado, sem data — caderno de recortes de Tereza).

Como se percebe pelo teor das reportagens sobre as buscas dos corpos, o “Caso

Acari” teve uma grande repercussão mobilizando a atenção nacional e internacional e todo um aparato estatal para investigar o caso. A quantidade de operações de busca, de policiais civis e militares, bombeiros, e demais autoridades públicas, revelam a grandiloquência do acontecimento. É importante lembrar o contexto político em que este crime aconteceu, no último ano do governo Moreira Franco (1987-1990) desdobrando-se o caso durante o segundo governo Brizola (1991-1994). Durante seu primeiro governo, Brizola tentou implementar uma política de segurança pública que levasse em conta os direitos humanos das classes populares e encontrara fortes resistências na estrutura policial. Segundo Cristina Buarque de Hollanda (2005: 32), houve uma empreitada política no sentido de produzir uma “identidade social positiva dos pobres”, o que tinha como principal desafio a “redisciplinarização da polícia”. Em entrevista realizada com Nilo Batista<sup>15</sup> ele afirmou que a chacina de Acari teria sido uma retaliação de setores da polícia do Rio de Janeiro à nova política de segurança pública que se tentava implementar rompendo com o paradigma da criminalização e da repressão.

Esse período então, do segundo governo Brizola, foi um período marcado por fortes tensões, polêmicas e conflitos políticos. O “Caso Acari” foi apenas a primeira chacina a ganhar uma grande dimensão na mídia e na política, depois ainda vieram, durante o segundo governo de Brizola, Vigário Geral e Candelária. Isso justifica um pouco a intensa cobertura jornalística sobre o caso. Esse caso evidenciou os conflitos da oposição em relação ao governo brizolista e também os conflitos na estrutura interna da polícia, mostrando que o princípio do respeito à hierarquia e à disciplina tão enfatizado pela instituição militar nem sempre ou raramente funcionam aqui. Foi um momento de intensa exposição do governo Brizola à crítica e que mostrou as dificuldades de se implementar políticas sociais que levem em conta os interesses das classes populares. Por outro lado, o contato do governo Brizola, mas também de outros segmentos políticos como os petistas (e entre estes e os brizolistas), com as classes populares, ia se deteriorando na medida em que não se conseguia solucionar o caso. E a situação foi só se agravando com outros casos que vieram depois, como Vigário Geral e Candelária.

Certa vez, quando Vera Flores, uma das “Mães de Acari”, me mostrava uns jornais antigos sobre o caso, numa reportagem aparecia a foto de Nilo Batista, braço direito de Brizola e que durante o segundo governo acumulou a Secretaria de Justiça e a Secretaria de

---

<sup>15</sup> Entrevista com Nilo Batista realizada por Fábio Araújo e Maria Luísa, em outubro de 2006. Parte desta entrevista foi publicada no site *Afasta de mim este cale-se* ([www.uff.br/proex/calese.htm](http://www.uff.br/proex/calese.htm)).

Polícia Civil, além de ser vice-governador e posteriormente se tornar governador, a recordação que Vera tinha dele era de que ele se negara a receber as mães. Em outros momentos Nilo Batista aparece acompanhando as buscas dos corpos. Isso mostra que o “Caso Acari” teve uma grande repercussão política e muitos embates por imprimir significado ao acontecimento. Posteriormente o caso ganhou uma dimensão internacional quando a Anistia Internacional e a ex-primeira dama da França passaram a acompanhá-lo.

### **“Mães de Acari”: da maternidade partida à luta por justiça**

ANA MARIA DA SILVA JESUS (dona de casa, mãe de Antônio Carlos)

Estamos sendo torturadas sem saber de nada, isso não é direito. Até os condenados têm tratamento melhor. Mas isso acontece porque não temos dinheiro. Eu ainda tenho esperanças de que meu filho esteja vivo, mas nem todas têm o mesmo pensamento. (Jornal Informativo do Ceap, sem data – caderno de recortes de Tereza)

MARILENE LIMA E SOUZA (fiscal, mãe de Rosana)

Essa morosidade com relação ao caso é porque não temos nada para dar a não ser uma vontade enorme de encontrar nossos filhos. Somos 11 que estamos aí procurando os nossos, mas há outras mães que por medo não se manifestam. A gente tem que continuar lutando porque alguém tem que fazer alguma coisa. (Jornal Informativo do Ceap, sem data – caderno de recortes de Tereza)

VERA LÚCIA FLORES (auxiliar de serviços escolares, mãe de Cristiane)

Quando fomos depor, o delegado Heraldo Gomes disse que não falava com mãe chorando, só com deputados. Se nossos filhos fossem ricos e não negros, pobres e favelados, os culpados já teriam aparecido e nós teríamos sido tratadas de outra maneira. (Jornal Informativo do Ceap, sem data – caderno de recortes de Tereza)

TEREZA DE SOUZA COSTA (dona de casa, mãe de Edson)

Eu sinto saudades, saudades muito grandes do nosso filho. Meu marido sofre, bebe e chora a falta do Edson. Queremos resolver esta angústia e que as autoridades façam os culpados confessarem o que fizeram com nossos filhos. (Jornal Informativo do Ceap, sem data – caderno de recortes de Tereza)

Uma imagem que ficou gravada na memória do Rio de Janeiro e que desbotou um pouco as cores da cidade maravilhosa foi a imagem de algumas mulheres carregando fotografias de seus filhos desaparecidos e/ou assassinados em razão da atuação dos grupos de extermínio envolvendo policiais e bandidos, a polícia mesmo muitas vezes protagonizando o papel de bandido, como no “Caso Acari”.

Márcia Foletto/6-5-2005

*e / a*

## Mães contra a impunidade

- Zuzu Angel no Brasil dos anos 60, as Mães da Praça de Maio na ditadura argentina dos anos 70, as Mães de Acari em 1990 e, recentemente, Cindy Sheehan, que teve o filho morto no Iraque, foram levadas, pela dor de perder um filho, ao ativismo político.
- **SCARLET MOON** conta as histórias de Roniquito, economista brilhante e irreverente boêmio carioca, que chegou a arriar as calças para um ministro.



AS MÃES de Acari Vera Lúcia e Marilene, com as fotos das filhas

Fonte: O Globo

O desaparecimento dos onze jovens chegou ao conhecimento internacional graças à campanha incansável das mães das vítimas, as “Mães de Acari”, como ficaram conhecidas.

Mãe de Acari. Uma trajetória de luta e sofrimento em busca da resposta do crime que desapareceu com seus 11 filhos, há dois anos meio, no distrito de Suruí, em Magé. Um grupo de jovens, certamente quando foi viajar, não sabia que se tornaria uma das páginas policiais da história, cujo esclarecimento tornou-se um desafio para os órgãos policiais. Marcadas pela dor, novamente foram surpreendidas com mais um crime: a morte de Edméia da Silva Euzébio, 47 anos, considerada uma líder do grupo. (Reportagem de Kátia Argento, jornal O Povo, 25/01/1993 – caderno de recortes de Tereza)

As “Mães de Acari” não estão dispostas a deixar passar em branco o desaparecimento de seus filhos, há cinco anos. Para lembrar a data mandaram celebrar na manhã de ontem missa na Igreja da Lampadosa, no Centro do Rio. Segundo Vera Lúcia Flores Leite, uma das mães, a missa é em repúdio à inoperância das autoridades. “Eles simplesmente dizem que se não há corpos, então não há crime”. Bastante firme, Vera afirmou: “Nós não temos mais medo de nada. A nossa meta é encontrar nossos filhos, mesmo que mortos, para que tenham, pelo menos, um enterro digno.” (Reportagem de struggle jornal não identificado, com a data de 26/07/95 – caderno de recortes de Tereza)

Durante os dezesseis anos em que o caso vem se arrastando sem resolução não cessaram as reportagens sobre o “Caso Acari” e sobre a atuação das mães. Com o tempo as mães conquistaram um espaço importante na imprensa carioca e até hoje o caso continua a despertar o interesse.

# Mães de Acari: um parto que já dura 15 anos

Precursoras da luta de vítimas da violência, Marilene e Vera ainda buscam notícias das filhas e inspiram livro

Paula Autran

• Este Dia das Mães será mais um na vida de Marilene Lima e Souza, de 53 anos, e Cristiane Souza Leite Flores, de 55. As vésperas de o desaparecimento de suas filhas — Rosana de Souza Santos, de 18 anos, e Cristiane Souza Leite, de 17 — completar 15 anos, essas Mães de Acari já não se levantam mais com a esperança de abraçá-las. O que as mantém vivas é a obstinação de descobrir o que aconteceu e achar seus corpos. As duas jovens estavam no grupo de onze adolescentes seqüestrados em um sítio em Magé, possivelmente por policiais militares, no dia 26 de julho de 1990. Tanto empenho fez com que essas mães gerassem outros filhos.

— O primeiro grupo foi “Mães da Cinelândia”. Depois surgiram outros, como as “Mães da Praça da Sé”, as “Mães de Mãos Dadas contra a Impunidade”, as “Mães Solidárias”, a “Associação de Familiares e Amigos de Vítimas de Violência” e as “Mães com filhos em conflito com a lei” — enumera o jornalista Carlos Nobre, que lança em julho seu segundo livro sobre o caso. “Mães de Acari — Uma história de protagonismo social”, da Editora Pallas. — As Mães de Acari contribuíram politicamente para que os parentes de vítimas de violência se organizassem em todo o Brasil, principalmente no Rio, em busca da paz social e da melhoria da qualidade da ação policial.

**Ninguém foi condenado pelo seqüestro dos jovens**

Marilene e Vera são as mais atuantes das onze Mães de Acari — Edméia da Silva Eusebio, que estava com elas na linha de frente



MARILENE E VERA repetem um gesto que fizeram várias vezes nos últimos 15 anos: mostram as fotos de Rosana e Cristiane na Cinelândia

1993, depois de sair do presídio Hélio Gomes, onde fora visitar um preso que dizia ter informações sobre o crime. Elas estiveram na França a convite da primeira-dama, Danielle Mitterrand, em 1994; viajaram para outros sete países da Europa, aum tour político patrocinado pela Anistia Internacional, em 1996; ajudaram a levar para o horário noturno, na novela “Explode coração”, de Glória Perez, a temática dos desaparecidos, em 1996. Ainda assim, até hoje não encontraram os corpos dos filhos. Nem culpados: ninguém foi condenado pelo seqüestro dos onze

co mais de um mês, quando 29 pessoas foram mortas na Baixada por um grupo de policiais.

— Nós fomos as mais abusadas. Saímos dos nossos empregos e passávamos os dias atrás de pistas. Mas a sociedade achava que eles tinham que morrer mesmo — relembra Vera, uma vez que a maioria dos jovens desaparecidos morava na favela e três deles estariam envolvidos com roubo de cargas de caminhões, o que teria motivado o crime, cometido supostamente por policiais. — Quero esquecer este caso em cima de um móvel, mas não

minha filha era tão forte que não posso acreditar que ela esteja viva e não apareça para aliviar a minha dor. Não quero nem pensar que vou morrer sem saber o que houve.

Marilene completa: — Precisávamos ao menos de um delíbio para fazermos o DNA e não vivermos mais com dúvidas e expectativas. Há dois anos, um detetive quis saber se tínhamos dados novos. Mas não somos nós que temos que ter dados novos!

A mobilização continua. Vera e Marilene aparecerão num clipe de uma música feita por

anos, escreveu um livro de poesias em que aborda como viu o caso quando era criança.

— Se eu não tivesse outros filhos, não teria agüentado — diz Vera, mãe de mais duas moças e de um rapaz.

— O Dia das Mães nunca mais foi o mesmo. Aquele espaço na mesa vai estar sempre vazio — acrescenta Marilene, que tem quatro filhos e, separada do marido, encontrou ao menos um conforto na dor. — Perdi uma filha, mas ganhei uma irmã. Viramos uma família. ■

► NO GLOBO ONLINE:

## Relembra o caso

• Era noite de 26 de julho de 1990 quando seis homens fortemente armados invadiram um sítio na Estrada Fim da Picada, em Suruí, distrito de Magé. Os criminosos reviraram a casa em busca de jóias e dinheiro, e saíram levando o dono, Hélio Nascimento, de 30 anos; Luiz Henrique da Silva Eusebio, de 16 anos (filho de Edméia); sua namorada, Viviane Rocha da Silva, de 13; Wallace Nascimento, de 17; Hudson de Oliveira Silva, de 16; Antônio Carlos da Silva, de 17; Edson de Souza Costa, de 16; Moisés Santos, de 26 (namorado de Cristiane); e Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, de 32 (namorado de Rosana), além das filhas de Marilene e Vera.

Moisés, o Moí, juntamente com Luiz Carlos, o Lula, e Wallace praticavam assaltos a caminhões de carga na Avenida Brasil. Segundo Carlos Nobre, casais de pagar propinas para policiais militares, os três resolveram esconder-se no sítio da avó de Wallace, dona Laudiceia, e do tio, Hélio. Só ela e um neto de 12 anos escaparam do seqüestro, porque conseguiram pular a janela e se esconder dos bandidos.

Embora a Kombi usada no transporte do grupo tenha sido encontrada incendiada e com marcas

A experiência das “Mães de Acari” é marcada por uma tripla condição de classe (pobre), gênero (mulher-mãe) e sócio-espacial (favelado) e a partir desta tripla condição elas vão se apropriando de códigos, símbolos, práticas rituais, para aparecerem no cenário público. As dificuldades que encontram para travarem suas lutas não são poucas. Mas é dessas dificuldades mesmas que essas mães têm retirado força para permanecer lutando por justiça e reparação. A primeira dessas dificuldades foi romper duplamente com a condição de falar de um lugar de despossuído e de um lugar criminalizado. Algumas mães não chegaram a participar das buscas e das movimentações realizadas pelas outras mães que foram à luta. Essa ausência é explicada pelas mães que estão na luta até hoje por dois motivos: ser mãe de bandido e/ou moradora de favela.

A partir de suas condições de sobrevivência e das armas de que dispunham as mães por um lado elaboraram “tecnologias de protesto” e por outro diante da ausência de “armas” para lutar desenvolveram “tecnologias de defesa”, ambas pensadas de maneira

bem artesanal<sup>16</sup>.

Na construção da denúncia pública as “Mães de Acari” manipulam e subvertem diferentes papéis que a sociedade patriarcal e machista atribui à mulher, sobretudo a partir do lugar tradicional que ocupa na família, ancorada na defesa de princípios sacralizados como a maternidade e o direito à vida. Por outro lado acentua certos papéis tradicionais. Se uma das principais críticas feministas ao longo do tempo girou em torno da ruptura do determinismo biológico que está embutido na construção da maternidade como um fim natural da mulher, por outro lado, é da maternidade partida que essas mães buscam legitimar-se no espaço público, utilizando-se de uma linguagem religiosa e dos rituais da morte e apelando para uma política das emoções e dos sentimentos (Barreira, 2001; Leite, 2004). Desse modo, “Mães de Acari” tornou-se símbolo de uma narrativa humanitária.

Na peregrinação que as “Mães de Acari” foram trilhando em busca dos filhos muitas pessoas e organizações apareceram nos caminhos dessas mulheres. Em suas idas e vindas, mantiveram contatos com militantes de direitos humanos, autoridades públicas, a imprensa e os meios de comunicação de um modo geral. O Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) contribuiu com as primeiras orientações. A Anistia Internacional também passou a acompanhar o caso que também despertou o interesse da ex-primeira dama francesa Daniele Miterrand. Depois apareceu também a figura da advogada Cristina Leonardo do Centro Brasileiro em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CBDDCA), através da mediação do tenente-coronel da polícia militar Walmir Brum. As “Mães de Acari” também conheceram outras mães, influenciadas por umas e influenciando outras a se organizarem. Conheceram as Mães da Praça de Maio da Argentina, viajaram países contando suas histórias e assim foi se formando o grupo que passou e passa por momentos de fluxo e refluxo.

## **O assassinato de Edméia**

O momento da morte de Edméia, uma das mães até então mais atuantes no caso, é um marco importante na história do grupo. A morte de Edméia provocou um refluxo na participação das mães, especialmente daquelas que eram moradoras de favela, ao mesmo tempo em que reforçou a imagem das mães como um símbolo da luta pela paz na cidade

---

<sup>16</sup> Tomei conhecimento da idéia de “tecnologias de protesto” a partir de uma fala da professora Márcia Leite em uma oficina no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ). A idéia de “tecnologias de defesa” me foi sugerida por Luiz Antonio Machado da Silva.

do Rio de Janeiro.

#### “‘MÃE DE ACARI’ E OUTRA MULHER SÃO ASSASSINADAS NA PRAÇA ONZE

Edméia da Silva Euzébio, 47 anos, e Sheila da Conceição, 25 anos, foram mortas ontem à tarde, próximo à estação Praça Onze do Metrô. Edméia era uma das líderes do grupo “Mães de Acari”, que luta para encontrar os corpos de 11 jovens desaparecidos, após serem seqüestrados, possivelmente por policiais militares, em 1990. A primeira mulher morreu na Rua Júlio do Carmo. Sheila foi assassinada na esquina das ruas Carmo Neto e Afonso Camargo. (Reportagem de jornal não identificado, sem data – caderno de recortes de Tereza).

Preta, pobre e favela, Edméia da Silva Euzébio, líder das “Mães de Acari”, assassinada no dia 15 de janeiro, na Praça 11, virou símbolo internacional de Justiça. O Centro de Apoio das Populações Marginalizadas (Ceap), enviou, ontem, à Anistia Internacional de Londres, Inglaterra, uma foto de Edméia para ilustrar o relatório, de duas páginas, sobre o seqüestro, morte e sumiço dos corpos dos 11 jovens de Acari e o descaso das autoridades na investigação do crime e o assassinato de Edméia. O documento será distribuído em 140 países. (Reportagem do jornal O Dia, com a data de 04 de março de 1993, registrada manualmente – caderno de recortes de Tereza)

Marcadas pela dor, novamente foram surpreendidas com mais um crime: a morte de Edméia da Silva Euzébio, 47 anos, considerada uma líder do grupo. Quando ela saía do Complexo penitenciário Frei Caneca, numa visita que fazia a Jorge da Silva, a quem considerava como filho, foi assassinada com dois tiros na cabeça, morrendo próximo à Estação Praça Onze do Metrô. Um coro de lágrimas que expressava a revolta das “**Mães de Acari**” ecoou nos corredores de vários setores da sociedade. Entidades civis, parlamentares e outros segmentos cobraram, mais uma vez, uma elucidação por parte da Polícia e da Justiça, num caso que parece cada dia ter mais um capítulo de sangue e impunidade. (Reportagem de Kátia Argento – Jornal O Povo, 25/01/1993, sem identificação da página – caderno de recortes de Tereza)

#### “‘MÃE DE ACARI’ RECEBIA AMEAÇAS DE MORTE

Edméia da Silva Euzébio, de 47 anos, assassinada anteontem com três tiros na cabeça, vinha recebendo ameaças de morte, segundo denunciaram ontem as “Mães de Acari”, mulheres que tiveram seus filhos seqüestrados em Magé há quase três anos, de quem Edméia era considerada líder. Ela teria comentado as ameaças em seu depoimento na 10ª Vara Criminal do Fórum do Rio, há 10 dias, no processo que apura o desaparecimento dos jovens, cujos corpos nunca foram encontrados.

Durante o velório de Edméia ontem no Cemitério de Irajá, Marilene Lima e Souza, uma das “Mães de Acari”, disse que a vítima acusava Ubiratan da Cunha (que está preso no Esmeraldino Bandeira), Alberto Lacombe e Rubens “Jacaré” de terem participado do seqüestro. Os três acusados são da Favela de Acari e teriam ajudado policiais civis e militares na chacina, que teve repercussão internacional.

No dia do crime, Edméia esteve reunida com outras cinco integrantes do grupo no escritório de um advogado, em Nova Iguaçu até às 13h30m. Ela foi morta por volta das 16h, logo após deixar o Presídio Hélio Gomes, no Complexo Frei Caneca, onde fora visitar um amigo que cumpre pena. Um dos dois ocupantes de uma Parati vermelha com placa fria chamou Edméia e disparou. Sheila da Conceição, de 25 anos, acabou sendo morta porque assistiu ao crime.

O diretor do Centro de Articulação de População Marginalizada (Ceap) Ivanir dos Santos disse que já comunicou o crime à Anistia Internacional. Parentes e amigos de Edméia se recusam a colaborar com a Polícia, por temerem represálias. (Reportagem de jornal não identificado, com a data de 17 de janeiro de 1993, registrada manualmente – caderno de recortes de Tereza).



Fonte: Montagem a partir de material jornalístico e foto de Jaime Silva

No dia 22 de janeiro de 1993, o jornal O Dia noticiava que o delegado Jayme Lima, que investigava o assassinato de Edméia, na tentativa de desqualificar a vítima, lançou suspeitas de que Edméia teria sido assassinada por supostos traficantes com os quais ela estaria envolvida.

### Ser “mãe de bandido” e moradora de favela

#### “MÃES DE ACARI” FAZEM REUNIÃO MAS TÊM MEDO”

Após o ato ecumênico, que lembrou o 7º dia da morte de Edméia Silva Euzébio, 47, a equipe de O POVO, com exclusividade, acompanhou as “Mães de Acari” até a favela, distante cerca de 40 minutos da capela da Uerj, onde foi realizado. Durante o caminho, por várias vezes, algumas mães se levantaram no ônibus para verificar se havia alguém suspeito seguindo o veículo. Assim que chegaram, rapidamente saíram do coletivo entrando na Rua São Benedito, na favela, com a certeza de que naquele local elas estão seguras. Rapidamente uma casa serviu de ponto de encontro, onde numa conversa muitas vezes pontuada pelo choro, elas começaram a falar das suas dúvidas, rotina e esperança.

A dificuldade era uma característica comum entre todas. O dia-a-dia começava pela incerteza se ao amanhecer teriam o pão e o leite para oferecer aos filhos que ainda ficaram. Contando com o apoio do Ceap – Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, ainda procuram trabalhar fora na tentativa de suprir as necessidades básicas. A maioria, quando ocorreu o crime, perdeu o emprego ou o abandonou para poder acompanhar o trabalho da Polícia. Desempregadas e algumas até mesmo separadas, já que depois da tragédia alguns maridos resolveram sair de casa, elas ficam à margem do desespero, mas ainda mantendo esperanças.

Certamente estes últimos dois anos e meio têm sido uma prova de resistência em

todos os sentidos para o grupo. Marilene da Silva Souza, 41, mãe de Rosângela Souza, que na época do seqüestro tinha 19 anos, falou a respeito da indignação que elas sustentam em relação ao caso. *Há poucos dias ouvimos o coronel Lorangeira, que na época do crime era o comandante do 9º BPM (Rocha Miranda), dizer que nós não poderíamos ser chamadas de “Mães de Acari” porque estávamos nos comparando às Mães de Maio. Segundo ele, nós somos mães de 11 bandidos, enquanto as Mães de Maio eram de pessoas que morreram lutando pela democracia na Argentina. Fez alusão que nós seríamos ligadas ao tráfico de drogas, o que é uma inverdade. Minha vida é um livro aberto. Quando aconteceu o seqüestro eu trabalhava como supervisora de uma loja. Fiquei desempregada pra poder seguir as investigações da Polícia. Atualmente trabalho como fiscal feminina de uma fábrica de alimentos. Afinal precisamos comer e pagar nossas contas, desabafa.*

*Marilene completou o seu depoimento dizendo também que a vida dela é facilmente averiguável. – Se nós tivéssemos ligações com o tráfico não passaríamos dificuldade. Eu aceito críticas. Não podemos impor a opinião alheia mas não vamos admitir que nos desmoralizem e firam a nossa honra. Nem mesmo o crime de Edméia irá tirar nossas forças para continuarmos a lutar e buscar uma solução para o caso. (Reportagem do caderno de Tereza – Jornal O Povo, sem data)*

Nessa reportagem aparece a luta que as mães tiveram que travar contra a desqualificação a que foram submetidas por parte das autoridades policiais, o que aponta para o fato de que a construção da memória envolvendo eventos críticos como a chacina implica em vários embates e usos políticos. A luta por justiça é também uma luta pela memória e pela verdade. As lutas pela memória são sempre conflituosas, isso porque como a construção do passado se dá pelo presente não existe uma versão definitiva da história e os diferentes agentes sociais estão sempre em confronto na busca por legitimação de seus respectivos pontos de vista. E assim sendo, existe sempre a iminência dos excluídos da história tomarem a palavra e abandonarem o lugar de vítima para transformarem-se em sujeitos políticos.

Se a memória é uma ilha de edição, quem edita o que deve ser lembrado, quem se apresenta como os guardiões da verdade, quem será convidado a dar seu testemunho? Michael Pollak (1989) em seus estudos com sobreviventes dos campos de concentração percebe que as representações dominantes valorizavam as vítimas da perseguição política mais que outras. Dá o exemplo das mulheres condenadas por “vergonha racial”, delito que proibia as relações sexuais entre “arianos” e “judeus”. Cita também o silêncio coletivo dos sobreviventes homossexuais que temiam que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de um contrato de locação. Esta observação de Pollak ajuda a compreender a participação diferenciada das onze mães dos jovens desaparecidos.

No caso das “Mães de Acari”, atualmente são principalmente duas as mães que continuam a se movimentar em busca de informações e esclarecimentos, aparecendo em

público para denunciar o caso e é sobretudo a partir das duas que focalizo a análise<sup>17</sup>. Segundo a interpretação de Vera e Marilene a ausência ou pouca participação das outras mães se deve ao fato de seus filhos serem envolvidos com atividades criminosas, ou moradoras de favela, o que significaria um risco a mais de vida, como foi para Edméia, assassinada em 1993, ou ainda porque não seriam verdadeiramente mães.

Marilene e Vera são as mais atuantes das onze “Mães de Acari” – Edméia da Silva Eusébio, que estava com elas na linha de frente (foi assassinada) em 1993, depois de sair do presídio Hélio Gomes, onde fora visitar um preso que dizia ter informações sobre o crime. (...)

- Nós fomos as mais abusadas. Saímos dos nossos empregos e passávamos os dias atrás de pistas. Mas a sociedade achava que eles tinham que morrer mesmo – relembra Vera, uma vez que a maioria dos jovens desaparecidos morava na favela e três deles estariam envolvidos com roubo de cargas de caminhões, o que teria motivado o crime, cometido supostamente por policiais. (Jornal O Globo, 8 de maio de 2005)

### **O apoio do CEAP, da Anistia Internacional e de Daniele Miterrand**

O “Caso Acari” chegou ao conhecimento do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) quando o pai de Rosana, uma das jovens desaparecidas, contou o que havia ocorrido para um amigo de trabalho. Os dois eram ferroviários e o amigo do pai de Rosana era militante do movimento negro e tinha o contato com algumas entidades que atuavam nessa área. Levado ao CEAP por Arcélio, os familiares das vítimas passaram a ter o acompanhamento dessa entidade. O CEAP, que já tinha atuado em outros casos de chacina, elaborou um dossiê sobre o “Caso Acari” e com base nesse dossiê a Anistia Internacional, o Comitê de Solidariedade França-Brasil e a Fundação France-Libertés liderada pela ex-primeira dama francesa Danielle Miterrand, tomaram conhecimento do fato. A partir daí o caso teve uma repercussão internacional e mostrou a importância da denúncia internacional dos crimes contra direitos humanos praticados no Brasil.

A Anistia Internacional, entidade de defesa dos direitos humanos, que produziu três relatórios condenando a violação no Brasil, está exigindo que a polícia continue investigando o seqüestro e assassinato de 11 pessoas, entre as quais, oito menores, ocorridos, em Suruí, Magé, há um ano, cujos corpos até hoje não foram localizados. Noventa por cento das vítimas eram moradores da Favela de Acari e foram passar um fim de semana em Magé.

A cobrança da Anistia Internacional foi feita na sexta-feira passada ao secretário-executivo do Ceap (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas), Ivanir dos Santos, que está dando assistência jurídica e social aos parentes das vítimas. Foi a

---

<sup>17</sup> Como são pessoas reconhecidas publicamente e seus nomes já foram intensamente divulgados nos jornais e em livros mantive-os no original.

própria entidade internacional que lembrou a Ivanir que o caso de Acari completara 1 ano na sexta e perguntava se a polícia havia localizado os corpos e descoberto os assassinos.

- Esse (caso) entrou no relatório da Anistia sobre grupo de extermínio e tornou-se símbolo desse dossiê contra impunidade dos assassinos e pelo número de pessoas exterminadas de uma só vez – explicou Ivanir dos Santos. Segundo ele uma entidade de direitos ligada à Anistia enviará recursos para os parentes das vítimas. O dinheiro servirá para confecção de cartazes, com os retratos das vítimas, que será distribuído pelo Brasil, numa campanha contra a violência. (Reportagem do Jornal O Dia, assinada por Carlos Nobre – Sem data – Caderno de Recortes de Tereza)

#### Anistia mobiliza 52 países para denunciar Brasil por violação

Os governos da França e Suécia, além de outros 50 países já estão sendo mobilizados pela Anistia Internacional e denunciarão o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, que será realizada em junho, em Viena. Os governantes se mostram preocupados com o rumo das investigações do seqüestro de 11 menores, ocorrido em julho de 1990, que culminou no assassinato de uma das “Mães de Acari”, na última sexta-feira.

A informação é do secretário executivo do Centro de Articulação das População Marginalizada (Ceap), Ivanir Ribeiro, que lidera uma das entidades que acompanham o caso. Edméia da Silva Euzébio, 47 anos, mãe de um dos meninos assassinados, Carlos Henrique Silva Euzébio, foi a primeira mãe de Acari a depor sobre a chacina que abalou a sociedade brasileira. O depoimento aconteceu no dia 6 de janeiro e uma semana depois, Edméia foi perseguida e morta a tiros no bairro Cidade Nova.

Ivanir Ribeiro entrou em contato anteontem à noite com um representante da primeira-dama da França Danielle Mitterand. Venâncio Jorné faz parte do Comitê de Solidariedade França-Brasil e comunicou, ontem pela manhã, os fatos que ocorreram na sexta-feira. Daniele Mitterand esteve no Brasil em setembro, especialmente para conversar com as “Mães de Acari”.

Segundo o secretário do Ceap, a chacina ocorrida num sítio em Magé, era tido como um caso prioritário pelo governo brasileiro e pela Anistia Internacional. Desde o assassinato de Edméia, Ivanir Ribeiro repercute através das imprensas brasileira e estrangeira, o assassinato da mãe de Carlos Henrique. Ele espera que o governo francês tome medidas quanto aos Direitos Humanos no Brasil.

Nos próximos dias, começa a Conferência Mundial, reunindo países da América Latina. O Brasil, segundo Ivanir, deve ser denunciado pela Anistia Internacional.

No repertório de ações desenvolvido pelas mães registra-se desde peregrinações por cemitérios clandestinos, penitenciárias, até escavações de sítios e supostas covas, passando por participações na novela Explode Coração a convite da autora e simpatizante da luta das mães Glória Perez, participação em um show de Roberto Carlos, até a gravação de clipes musicais como o de uma música de Marcelo Yuka (ex-integrante da banda carioca Rappa), e aparições no programa Linha Direta da Rede Globo, até viagens à Europa a convite das Mães da Praça de Maio<sup>18</sup> e de Danielle Mitterrand para participarem de um Encontro de Mães e fazerem um *tour* político. Entre a denúncia local e a denúncia internacional as “Mães de Acari” percorreram vários caminhos, mantiveram contatos com outras mães,

---

<sup>18</sup> Em 1994 as Mães da Praça de Maio juntamente com Danielle Mitterrand organizaram o I Encontro de Mães de Desaparecidos, em Paris.

com lideranças políticas, artistas e construíram uma história de luta que mais tarde seria seguida por outras mães cujos filhos tiveram o mesmo triste fim. O capítulo seguinte é dedicado às estratégias utilizadas na construção da denúncia pública do “Caso Acari”.

## 2. DO LUTO À LUTA: A CONSTRUÇÃO DA DENÚNCIA PÚBLICA

### Do tempo do choque ao tempo da política

O *desaparecimento* político já foi bastante estudado pela literatura sobre ditadura e regime militar, destaco aqui os trabalhos de Ludmila Catela (2001) e Pilar Calveiro (2004) que me forneceram caminhos sugestivos para pensar a questão dos *desaparecimentos* contemporâneos. O *desaparecimento* provoca uma ação inversa à concentração de espaço-tempo requerida socialmente para enfrentar a morte. Os familiares dos desaparecidos, por muitos anos, esperam, buscam, abrem espaços. Esperam a volta do ente querido vivo, buscam pistas, informação precisa sobre o local, modo e data da morte, esperam o reconhecimento dos corpos e exigem respostas do Estado, exigem punições para os *desaparecimentos*.

Catela (2001: 140) argumenta que a figura do *desaparecido* interessa como provedora de material específico para a conformação de um sistema simbólico, onde predominam elementos tradicionalmente associados aos rituais de morte. No entanto, como categoria construída e desconstruída, com ritmos e espaços históricos e sociais, ela só pode ser compreendida como um princípio de oposição às idéias de morte. Em vez de marcar e facilitar a passagem do mundo dos “vivos” ao mundo dos “mortos”, os rituais colocados em cena para dar conta do *desaparecimento* de uma pessoa transformam a ausência do corpo em um capital de força política e cultural que se expressa sob o registro da denúncia. Sem corpo, sem um momento específico de luto e sem uma sepultura para a realização dos rituais de morte, Catela (2001: 142) propõe que o *desaparecimento* pode ser pensado como uma *morte inconclusa*.

O *desaparecimento* de uma pessoa provoca rupturas no cotidiano de quem fica. Com o *desaparecimento* dos filhos a rotina das “Mães de Acari” passa por transformações. Novas atividades que até então não faziam habitualmente parte de suas vidas cotidianas subvertem o tempo e o espaço dessas mulheres. O cotidiano que basicamente se resumia aos afazeres domésticos ganha novos contornos e novas cores. O *desaparecimento* altera a vida de quem fica, as coisas “saem do lugar” e a vida parece sair de foco. Afinal, como Vera faz sempre questão de salientar, “falta alguém na minha casa”. O *desaparecimento* passa a dividir e marcar o tempo e a memória de quem fica, a vida torna-se dividida em um antes e um depois do *desaparecimento* e esforços são direcionados no sentido de

restabelecer a rotina cotidiana rompida pelo choque do acontecimento. Rotina que só pode ser restabelecida com a volta de quem partiu ou com o esclarecimento do que aconteceu. Algumas perguntas não se calam para quem fica. Onde estão essas pessoas desaparecidas? Que fim teriam levado? Será que estão mortas ou há possibilidades de serem encontradas vivas? Se estiverem mortas, como tudo parece indicar e mesmo as mães reconhecem, onde foram parar os corpos? O que resta a fazer, então, além de sofrer?

Além de sofrer a perda e para compensar uma boa dose de culpa que elas revelam nas suas falas, o que resta a fazer é colocar-se em movimento. A primeira tarefa foi reunir todas as mães para se pensar no que fazer. As primeiras reuniões foram realizadas na casa de Edméia, em Acari. Em seguida começaram as buscas nos lugares onde possivelmente os jovens teriam passado e deixado vestígios. A procura e o clamor por informações correram por toda a região de Acari e foi ganhando outros espaços. Entre os moradores de Acari e os amigos dos jovens o apelo das mães ia despertando algum tipo de solidariedade. Mesmo depois de comunicar o sumiço dos jovens às autoridades policiais o trabalho paralelo de investigação das mães continuou. Os moradores de Acari também passaram a se movimentar na busca de informações.

A partir da vivência de um acontecimento trágico – o *desaparecimento* dos filhos – essas mães transitaram de um *tempo do choque* para um *tempo da política*<sup>19</sup>, na medida em que a partir do choque elas se constituíram enquanto sujeito político e começaram a aparecer na esfera pública para pressionar o Estado e reivindicar justiça e reparação.

### **A construção da denúncia pública**

A experiência das “Mães de Acari” pode ser pensada a partir das análises de Boltanski (1990) sobre a construção da denúncia pública, para quem dentro de um sistema de denúncia podem se distinguir três atores: uma vítima, um denunciante e um perseguidor – em relação ao “Caso Acari”, respectivamente, os 11 jovens desaparecidos, as mães e o Estado através dos policiais acusados de envolvimento no caso. A partir daí constitui-se um “jogo” entre eles, como um drama constituído pelo problema que é o motivo da denúncia. No sistema de denúncia trava-se um jogo de acusações e tentativas de responsabilização, onde cada uma das partes envolvidas vai levantar argumentos e provas para buscar fazer com que seus respectivos interesses ou reivindicações sejam

---

<sup>19</sup> A idéia de *tempo da política* está livremente inspirada em Palmeira (2002).

reconhecidos como justos. Desse modo, trava-se uma luta pela verdade: a luta pela justiça é também a luta pela verdade. As “Mães de Acari” atuam como denunciante de um Estado perseguidor, que cometeu uma violência injusta e inexplicável, exigindo que ela seja reparada na medida do possível.

O cerne da denúncia das mães é a maternidade partida. Elas enumeram uma série de fatores que consideram obstáculos ao exercício da maternidade – violência policial, drogas, ausência paterna e falta de compreensão dos maridos, as mentiras e as amizades perigosas dos filhos, o preconceito e o estigma contra a favela e o favelado – coisas do âmbito público e privado são arroladas. As mães buscam dar a elas a dimensão de problemas sociais sobre os quais o Estado deveria intervir. Diante da incapacidade e incompetência deste, elas operam com a lei do parentesco, recorrendo aos laços primordiais (mãe-filho) para se apresentar como uma espécie de procuradores legitimados pelos laços consangüíneos.

De outro lado, da parte do Estado, mais especificamente de alguns setores da polícia, busca-se desqualificar o denunciante. Neste sentido, a principal crítica contra as mães era a associação delas com o tráfico de drogas e sua representação como “mães de bandidos”, como acusava, por exemplo, o ex-comandante do 9º Batalhão de Rocha Miranda, coronel Emir Larangeira. Como foi visto, para ele os jovens morreram porque eram envolvidos com atividades criminais: quem teria desaparecido com os corpos seriam bandidos rivais, não a polícia. Eis as acusações recíprocas que constituem o sistema de denúncia da Chacina de Acari.

Boltanski (1990) argumenta que quem denuncia algo ou alguma coisa deve ser capaz de convencer as outras pessoas, associá-las a seu protesto, mobilizá-las. Para isso é necessário não só lhes assegurar que lhes diz a verdade, mas também, que ela merece ser explicitada, na medida em que para corrigir uma injustiça é preciso acusar o agente (o ser individual ou coletivo) responsável por ela. O autor de uma denúncia pública demanda, com efeito, ser seguido por um número indefinido, mas necessariamente elevado, de pessoas (por “todos”; por “todos aqueles que contam”; por “todos os homens de bem”, etc.). A causa que ele defende encerra uma pretensão à universalidade. Parte-se de um caso singular, mas exemplar, que diz respeito a todo mundo.

Deste modo, não existem limites naturais na medida em que o jogo de acusação pode ser revestido por qualquer um dos lados envolvidos. A determinação e a decisão sobre um caso litigioso estão ligadas às manobras argumentativas e comprobatórias e aos

efeitos de mobilização desenvolvidos em cada campo. As lutas se exprimem no vocabulário da dimensão entre aquilo que empregam ao estender, ao fazer “crescer”, “aumentar”, ou, ao contrário, ao “levar às suas justas proporções”, ao “esvaziar”, etc. Neste processo de construção da denúncia pública há o deslocamento do “caso particular” para o “interesse geral”, do singular e pessoal para o geral e coletivo (Boltanski, 1990: 256).

Este é o caso das “Mães de Acari”. Elas buscam mostrar que aquilo que aconteceu com seus filhos não foi uma exceção, mas sim uma regra e pode voltar a acontecer. O que as “Mães de Acari” pretendem, portanto, é tornar seu caso particular um caso exemplar, que diz respeito a todos. Como se sabe, em muito pouco tempo outras chacinas aconteceram e não param de acontecer, basta lembrar os casos da chacina da Candelária, Vigário Geral e Baixada Fluminense, para ficar apenas com as mais conhecidas. O depoimento a seguir de uma das mães revela a tentativa de tornar o caso vivido por elas exemplar, explorando a dimensão trágica do acontecimento e a possibilidade de voltar a ocorrer:

Mataram os nossos onze filhos, depois foram em Vigário Geral e mataram vinte e um, agora foram na Baixada mataram vinte e nove e fora quatro, cinco, seis, sete, nas comunidades carentes. Então, tem horas que nos desanima, mas a gente tem outras pessoas que nos puxam. Assim como as Mães da Praça de Maio que está aí há 28 anos, por que eu não posso estar aqui? Eu acho que eu vou lutar até o fim. Preciso lutar, preciso saber o que aconteceu com a minha filha. Nós tivemos uma denúncia incrível, uma denúncia que nos abalou a nossa saúde completamente, que nossos filhos teriam sido dados pros leões comerem e ao chegarmos no sítio encontramos dois leões, nesse sítio da denúncia. Acho que as autoridades não se interessaram, a veterinária foi e disse que o leão não ia comer gente e acabou a história. Porque somos onze mães pobres, onze favelados, como eles falam. Então não foi feito nada até agora. E nós recebemos em 94 essa denúncia e agora em 2005 recebemos a mesma denúncia. E vamos lutar, agora vamos nos unir, as mães. Vamos ao Ministério Público dar essa denúncia pra ver se fazem alguma coisa. (Depoimento de Vera – Mãe de Acari)

Nos vários eventos que acompanhei com a presença das “Mães de Acari” fui tomando conhecimento de novos casos. Em cada cerimônia, missa, passeata, homenagens, seminários, o protesto ia ganhando novos adeptos. Eram outros familiares de vítimas de violência, principalmente mães, que a cada nova tragédia, a cada bala perdida, a cada assassinato, a cada *desaparecimento*, a cada nova chacina, acabavam de se juntar ao grupo ou formavam novos grupos. Marilene sempre faz questão de chamar a atenção para o fato de que existe uma grande família que não pára de crescer no Rio de Janeiro, a “família de vítimas de violência”.

O que parece estar ocorrendo é, sim, uma ampliação do público, mas através de

uma *transformação da denúncia*: não é mais a generalização de um caso exemplar de *desaparecimento*, mas uma coleção de casos exemplares de *violência policial*. Isto demonstra como as próprias mães passam do *desaparecimento* para a violência e como o “Caso Acari” é apenas um “caso particular do possível”. Durante o acompanhamento etnográfico dos eventos o que pude constatar é que existe uma verdadeira *coleção de casos* de violência. Todos eles marcados por algumas características comuns, como a luta por acesso à justiça e a reivindicação por reparação.

No dia 13 de setembro de 2006 o Grupo Tortura Nunca Mais organizou com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) um evento chamado Fórum de Reparação com o objetivo de cobrar o compromisso dos candidatos a deputado estadual, federal e ao governo do Estado com a causa dos direitos humanos. Conversando com uma integrante do Grupo Tortura Nunca ela me disse que no fundo o objetivo do evento era contribuir na organização e mobilização dos movimentos sociais que atuam nessa área. Durante o evento diversas entidades, grupos, ou simplesmente pessoas, apresentavam suas denúncias, reivindicações e demandas para que os candidatos presentes fizessem compromisso com elas. Vera Lúcia juntamente com as outras “Mães de Acari” apresentaram uma carta solicitando que o *desaparecimento* forçado dos jovens fosse reconhecido pelo Estado através da emissão do atestado de óbito e que fossem adotadas as medidas necessárias para o pagamento de pensão aos familiares das vítimas de Acari.

Note-se, a seguir, que a carta tem dois momentos totalmente diferentes: o primeiro denuncia a injustiça e pede reparação moral; o segundo é uma demanda estritamente jurídico-administrativa e econômica, baseada no mesmo “mundo comum” que permite o pedido de reparação. Nesta passagem, a crítica que pede reparação se transforma instrumentalmente, converte-se em mera condição (meio) para a obter o atestado de óbito e a pensão e já não é mais uma reivindicação de justiça.

Rio de Janeiro 13 de setembro de 2006

**EXMOS SRS CANDIDATOS A PARLAMENTAR OU A GOVERNADOR PELO ESTADO DO RJ:**

Nossos filhos desapareceram há longos 16 anos em uma verdadeira chacina.

Até o momento não obtivemos do Estado uma resposta esclarecedora sobre o violento episódio ocorrido com nossos filhos.

Após tanto tempo necessitamos, em caráter de urgência, do atestado de óbito de nossos filhos, pois sabemos que, após 5 anos de desaparecimento, é direito da família obtê-lo.

Estamos, ainda, reivindicando que se complete o pacote de medidas adotadas para o pagamento de pensão aos familiares das vítimas de Acari (Lei 3421), bem como o total esclarecimento do episódio e o julgamento dos culpados por mais essa tragédia ocorrida neste Estado.

VERA LUCIA FLORES LEITE  
E AS DEMAIS “Mães de Acari”

A dinâmica do evento funcionou com a organização de várias mesas-redondas onde a cada rodada um grupo de pessoas, representando ou não entidades, apresentavam seus casos e suas reivindicações. Numa dessas rodadas estavam Vera Lúcia, uma das “Mães de Acari”, e Maria<sup>20</sup>, uma moradora de Vigário Geral que contou uma história recente muito parecida com o “Caso Acari”. Em um depoimento comovente e em tom de desespero e chorando Maria contou o caso do filho que foi seqüestrado e encontra-se desaparecido desde 13 de dezembro de 2005. O depoimento é longo, mas merece ser citado na íntegra:

Meu nome é Maria, eu estou feliz por estar aqui. Sou mãe de um rapaz de 16 anos que desapareceu no dia 13 de dezembro de 2005, na comunidade de Vigário Geral. A reportagem diz oito, mas foram dez. Foram treze seqüestrados, três foram liberados, porque eram marinheiros. Os outros dez foram condenados porque não tinham documento. Os traficantes da favela vizinha pagaram cinquenta mil reais para os policiais do 16º Batalhão colocarem o carro blindado, chamado caveirão, dentro da comunidade de Vigário Geral, às duas horas da manhã. Meu filho estava vindo da casa da namorada, viu alguns rapazes. Alguns estavam na rua, em um campo de futebol, e outros dentro de casa dormindo. As vítimas foram escolhidas aleatoriamente, como diz os três que foram libertados. O rapaz foi falando: “esse é traficante, esse aqui é, e aquele não é”. Os policiais estavam armando de levá-los para o DPO: “Se vocês não deverem nada vocês vão voltar”. E o menino disse que ele perguntou para o meu filho: “Teu documento!?”, ele disse “Eu tenho o protocolo da identidade, mas está com a minha mãe”. Ele disse “Vou levar para o DPO, se você não dever nada você volta”. Na divisa da comunidade (...) colocaram eles nus, amarraram eles, colocaram dentro do carro blindado e “Vamos levar pro DPO”, entregaram na mão do traficante da favela rival, do lado. Eu não sabia que meu filho estava passando por aquilo porque muitas das vezes ligavam para ele ir pra lá. Como ele gostava de baile funk e cantava rap, ele vivia dentro dessa comunidade. Eu fui saber no dia seguinte, no meu trabalho, porque dormia na maioria das vezes na casa da minha mãe. Eu fui saber no meu trabalho. Quando eu cheguei na comunidade de Vigário Geral para procurar o meu filho, eu fui até a divisa, junto às outras mães e vi um rapaz sem camisa, de frente para o DPO e os policiais, gritando: “Não foi esse o trato que nós fizemos. Vocês ganharam muito, para agora a imprensa toda estar aqui e estar acontecendo o que está acontecendo”. E aí eu perguntei para as outras pessoas que estavam ao meu lado “Quem é esse homem?”. “Esse o dono da boca aqui do lado, é o homem que levou os nossos filhos”. E aí, eu naquele desespero, várias repórteres tirando foto dele. Ele ordenou os policiais do DPO que tomassem a fita, o filme dela. Condenou os policiais o traficante, dono da boca. Que os policiais tomassem a fita dela. Eles tomaram o filme dela e de lá para cá eu venho sofrendo ameaças. Hoje faz nove meses que eu estou sem o meu filho e hoje de manhã eu ouvi uma pessoa dizer para mim assim: “É, Maria, nove meses. Foi tempo suficiente de você fazer outro”. Eu não quero outro. Eu quero o meu filho. E eu estou nove meses

<sup>20</sup> Por motivos de segurança e para preservar o anonimato estou usando um nome fictício.

lutando e os três policiais estão desviados. O rapaz, – um dos rapazes – que era traficante junto com esse que pegou o meu filho, eu fui lá na antiga Avenida Rio Branco, ele reconheceu todos os policiais, principalmente os policiais corruptos. Os quatro policiais que receberam os cinquenta mil ele apontou. E realmente, os policiais que estavam de serviço no DPO, naquele dia, foram os que receberam os cinquenta mil reais. Um mês depois eles prenderam um traficante e o outro traficante estava preparado para matar as mães, aí eu fechei a minha boca e fui procurar. Na última sexta-feira, eu acordei de manhã (...), ligaram para mim, eu estava já dormindo, na casa da minha mãe. Eu catei todas as minhas coisas e tornei a fugir novamente, estou desde o dia treze de dezembro sem deitar numa cama em casa (fala chorando), porque eu não posso. Ele [o traficante] está nas ruas. O juiz falou que colocou ele na rua porque não tem denúncia. O exame de DNA deu confirmado, três estão confirmados, que realmente as vítimas foram torturadas na casa onde eles comeram. Só que o juiz não aceitou a denúncia, porque ele disse que não há corpo não há crime. Mas foi confirmado. Então, o que quem mora numa comunidade ia fazer na outra duas horas da manhã? Uma comunidade que tem uma ocupação que chega seis horas da noite para sair seis horas da manhã, meio dia... E os moradores de dentro da comunidade viram o caveirão entrando, os traficantes pendurados com a blusa da PM e de bermuda, entrando na comunidade e pegando o pessoal no meio da rua. Hoje estou sem o meu filho e a comunidade não fala nada.

Seqüestro, *desaparecimento*, tortura, violência policial, maternidade partida, os fatos lembram muito o “Caso Acari”. O depoimento de Maria reforça o sentido das denúncias das “Mães de Acari” de tentar tornar o “Caso Acari” um caso exemplar, de mostrar que ele não foi uma exceção e o que aconteceu diz respeito a todos, pode acontecer de novo.

Isso é um ponto o meu argumento de que a “favela” introduz uma barreira à generalização da denúncia e à participação dos moradores em um “mundo comum” em condições de igualdade. Aponta para a desproteção dos favelados. Ou seja, “favela” converte-se em um dispositivo do repertório de poder que impede a “transformação da força em grandeza”: deixa de haver um “equivalente” que distribui grandes e pequenos em um continuum de posições intercambiáveis (Boltanski; Thévenot, 1990). De acordo com a política da justiça, à qual, segundo Boltanski (1993), se contrapõe a política da piedade, a distinção principal entre os homens refere-se não às condições de felicidade ou sofrimento dos indivíduos, mas à sua qualificação.

Seguindo esta linha de raciocínio, a tentativa de “transformação da força em grandeza” empreendida pelos diversos grupos de mães e familiares de vítimas de violência se dá via associação numa espécie de rede de apoio e solidariedade, para obterem maior eficácia na denúncia, almejando a socialização de cada caso<sup>21</sup>. Busca-se mobilizar as pessoas que passam por situações semelhantes de sofrimento para em seguida buscar o apoio e a compaixão daqueles que não-sofrem e não passam pela mesma situação.

---

<sup>21</sup> É importante notar, a partir do depoimento de Maria, que os obstáculos enfrentados pelas mães vêm tanto da ação corrupta e violenta da polícia como da ação violenta dos traficantes.

A fase de elaboração e construção da denúncia pública é um importante momento na produção de um acontecimento enquanto *acontecimento político*, ou seja, o fato ganha uma dimensão explicitamente política e torna-se uma *causa*. O momento da denúncia pública aparece como um “detonador” do acontecimento político, uma disputa e uma busca pela legitimação pública dos interesses por parte do denunciante. É nesse processo de “justificação” da denúncia, de buscar provar que uma injustiça foi cometida e necessita ser reparada, que vão se constituindo os sujeitos políticos com todas as suas potencialidades e fragilidades. O repertório acionado ao longo da justificação e sua denúncia da violência estatal, do qual a luta em torno do significado da categoria “favela” continua sendo um elemento central, vai permitindo a constituição de novas identidades sociais.<sup>22</sup>

Em relação ao “Caso Acari” pode-se identificar cinco estratégias utilizadas para a denúncia pública: (1) os depoimentos-testemunhos das mães em eventos diversos; (2) as práticas de luto reivindicativas de justiça (3) a denúncia internacional através da Anistia Internacional; (4) a denúncia via meios de comunicação; (5) e o registro da denúncia em livros. A seguir apresento cada uma dessas estratégias.

### **O testemunho em eventos**

Antes de apresentar alguns trechos das falas das “Mães de Acari” pretendo retomar a idéia de *coleção de casos exemplares* para comentar brevemente um outro testemunho que foi apresentando em um dos eventos organizados nas escolas. O caso é interessante porque ressalta mais uma vez a desproteção dos direitos dos favelados.

Durante a pesquisa do material jornalístico para esta dissertação eu havia registrado o caso de um estudante, morador da favela Pedreira, na Pavuna, que havia incendiado um ônibus. Segundo a reportagem, como forma de protesto pelos maus serviços prestados pela empresa de ônibus. O caso virou notícia nacional e internacional. Saiu estampado em todas

---

<sup>22</sup> Não é demais lembrar que o caso Acari aconteceu durante o governo Moreira Franco, mas seus desdobramentos se deram no segundo governo Brizola. Desde o primeiro mandato, Brizola vinha buscando implementar uma política de segurança pública que levasse em conta os direitos humanos das classes populares, a favela passando inclusive a ocupar uma certa centralidade na tentativa de se criar uma identidade social positiva para os pobres. O primeiro mandato de Brizola foi entre 1983-1986, início da “abertura política”. Nesse período buscou-se implementar mudanças na Polícia Militar, mas a resistência por parte da corporação foi grande. A “linha dura” da PM entendia que o respeito aos direitos humanos dos segmentos pobres, dos favelados particularmente, era um obstáculo ao trabalho dos policiais. O resultado foi a derrota eleitoral na eleição seguinte para Moreira Franco, cuja promessa de resolver o problema da violência em curto prazo pautava-se claramente no repúdio ao paradigma do respeito aos direitos (Hollanda, 2005).

as capas do jornais e na Internet.

Pouco tempo depois eu ficara sabendo que este rapaz era estudante da escola em que eu trabalhava e estava cumprindo pena alternativa através da prestação de serviços comunitários na escola. Aproveitei a ocasião do evento com as “Mães de Acari” para convidá-lo a falar sobre o seu protesto.

Em seu depoimento José contou que recorrentemente estava tendo problemas para utilizar o transporte público porque o cartão RioCard, que dá direito ao passe livre para estudantes da rede pública, nunca ficava pronto. Segundo ele, toda vez que tentava embarcar explicava sua situação ao motorista e ao trocador, apresentava sua carteira estudantil e argumentava que por motivos burocráticos o RioCard ainda não ficava pronto.

Ele contou que certa vez, entrou no ônibus e decidiu que se não o deixassem embarcar também não desceria. Nessa ocasião, o ônibus estava cheio e muitas pessoas iam da Baixada Fluminense para trabalhar no Centro e começavam a ficar nervosas com o constrangimento criado. O clima foi ficando tenso, até que ele resolveu que seria melhor descer para não ser agredido.

A situação se repetiu várias vezes. Diante da constante recusa do motorista e do trocador em aceitar que ele embarcasse José foi perdendo a paciência. Após se dirigir nove vezes à Coordenadoria Metropolitana de Educação e outras tantas vezes à escola em que estudava, e não obter nenhuma solução satisfatória, decidiu tomar uma atitude extrema: queimar um ônibus. Desceu do ônibus e dirigiu-se a um posto de gasolina que se localizava próximo ao ponto. Comprou alguns litros de gasolina, voltou ao ponto e parou o próximo ônibus que passava.

Ao entrar no ônibus comunicou aos passageiros que iria queimar o ônibus. Segundo José, o desespero foi geral. Afinal, a cidade ainda vivia o trauma do ônibus da Linha 350 (Passeio-Irajá), que havia sido incendiado por traficantes, matando alguns passageiros e ferindo outros. Queimar ônibus com pessoas dentro vinha se tornando algo comum.

Segundo a narrativa de José, os passageiros pediram que ele esperasse que eles saíssem do ônibus primeiro, para depois botar fogo. José disse que podiam sair, que ele queria apenas queimar o ônibus. Olhou para um lado e para outro para ver se havia algum segurança por perto ou alguma câmera filmadora. Identificou uma câmera na parte da frente do ônibus. Decidiu começar o fogo por ali. Jogou a gasolina, colocou fogo, depois desceu e foi embora. Ao passar em frente a um local onde funcionava uma boca de fumo e pó (próximo ao mesmo local onde eu fora agredido, como contei na introdução deste

trabalho), a “rapazeada do movimento” o chamou e perguntou o que havia acontecido. Ele respondeu que tinha colocado fogo no ônibus.

A “rapazeada do movimento” deu-lhe um coro, depois ligaram para o “chefe” e perguntaram o que deviam fazer com “o rapaz que botou fogo no ônibus”. Segundo José, eles queriam matá-lo, mas sem a ordem do “chefe” não podiam. O “chefe” mandou que dessem outro coro nele e depois chamassem a polícia. Após praticamente espancarem José os traficantes chamaram a polícia. Quando ela chegou, José, já todo machucado, passou pelos carros da polícia e saiu correndo para dentro da favela. Nas palavras do próprio José:

Aí eu fui de frente pra polícia assim. Aí eles pensavam que eu ia me entregar pra eles. Aí eu saí correndo. Ah, eu saí correndo e todo arrebitado e correndo. Aí escutei o primeiro tiro, falei: “Ih, pegou”. Aí eu falei “ih, num pegou não”. O segundo tiro eu disse “ih, pegou também”, “ih, num pegou não”. Eu falei “o terceiro eu num vou esperar não que vai pegar”. Aí eu parei, aí foi aí que aconteceu aquilo, né, gente. Então o que eu quero dizer, eu num tenho muita... eu fiquei assim é... muito feliz naquela comunidade, né, apesar de [que] muita [gente] achou que era um ato de maluquice, graças a Deus num teve... ainda bem que eu não uso drogas se não iam falar que eu tava drogado, né. Mas eu vi que naquele lugar lá muita gente tem amor por mim. Isso aí foi uma forma de protesto porque esses motoristas são despreparados, apesar que daquele incidente pra cá eles melhoraram um pouquinho. Eu sinto que eles melhoraram um pouquinho. É possível que a empresa chamou eles pra uma reunião(...). Aí eu tô entrando nos ônibus aí, agora eu tô com o Riocard, eles nem pedem mais o RioCard.

Antes de sua fala José havia lembrado que a empresa de transporte Flores já havia sido acusada de matar e desaparecer os corpos de dois jovens que uma vez entraram pela porta de trás sem pagar passagem. Também fez referência aos protestos organizados pelo movimento negro norte-americano contra as leis racistas que delimitavam os lugares onde os negros podiam sentar no ônibus.

Todos os testemunhos apresentados neste evento tinham algo em comum: a narração da dor, a negação dos direitos e a dificuldade de acesso à justiça.

\*\*\*

Na contra-capá do livro “História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das catástrofes”, Márcio Seligmann-Silva (2003) comenta um aforisma de Walter Benjamin intitulado “Narração e Cura”, onde Benjamin fala do poder do fluxo da narração de levar consigo a doença para longe, até a sua foz. Ele escreve que “assim como a dor é uma barragem, que resiste ao fluxo da narrativa, do mesmo modo é claro que ela é rompida onde a correnteza se torna forte o suficiente para levar consigo tudo o que encontra para o mar do esquecimento feliz”. É nesse sentido que deve ser entendido o testemunho das

“Mães de Acari”, um testemunho que busca representar uma situação histórica determinada, a *chacina* de Acari, marcada pela extrema violência e que exige uma narração. Narração que visa não só ao “esquecimento” (ou seja, a um afastamento da dor), mas também ser um testemunho no sentido jurídico e histórico do termo, portanto, uma forma de reparação.

Diante da ausência daqueles que passaram diretamente pela situação limite, daqueles que foram e estão desaparecidos, quem aparece para falar em seus nomes são as mães. O testemunho dessas mães representa uma tentativa de lutar pela memória dos filhos, de limpar dos estigmas e dos estereótipos que tentam marcar a escritura dessa memória. O próprio corpo das mães, cansado, mitigado, de tanto procurar pelos filhos desaparecidos aparece como testemunho dessa luta. Durante esses dezesseis anos de busca de informações, de esclarecimentos e dos corpos, Tereza teve uma gravidez psicológica, Vera desenvolveu uma diabete emocional chegando a ter um dedo amputado, Marilene reclama de uma dor de cabeça que nunca cessa.

Além da filha desaparecida, Vera Flores, perdeu ainda o marido, que resolveu se separar culpando-a pelo *desaparecimento* da filha, e perdeu também um genro assassinado durante um assalto. Numa noite chuvosa de 14 de setembro de 2006, uma terça-feira, presenciei um desses testemunhos de Vera Lúcia, em evento organizado por mim na Escola Vinicius de Moraes. Esse evento contou também com a presença de familiares de outras vítimas de violência que têm atuado na *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*. A convite de Vera Lúcia estiveram presentes Patrícia, irmã de Wagner, sobrevivente da chacina da Candelária; José Luiz da Silva (mais conhecido como “Zé Luiz”), morador de Irajá que perdeu o filho atingido por uma bala perdida e dona Júlia, que perdeu um genro assassinado pela polícia.

A seguir apresento algumas falas de Vera e Marilene nos eventos que acompanhei.



Evento na Escola Vinicius de Moraes - Vera Lúcia falando para estudantes  
Foto: Fábio Araújo

#### “NUM TEM CORPO NUM TEM CRIME”

Pra quem não me conhece eu sou Vera Lúcia, sou uma das “Mães de Acari” e perdi minha filha no dia 26 de julho de 1990, há dezesseis anos. Ela saiu, foi fazer um passeio em Suruí, Magé e de lá ela foi retirada por seis policiais que queriam jóias e dinheiro desse grupo. Eram onze crianças e os policiais queriam jóias e dinheiro, como o grupo não tinha, eles eram oriundos de uma comunidade carente, eles não tinham esse dinheiro, então eles disseram pra dona do sítio que iriam levá-los a uma delegacia mais próxima e até hoje esse jovens não apareceram. A justiça diz que num tem corpo num tem crime, mas eu tenho certeza que houve um crime porque falta minha filha em casa e eu a tive, quer dizer, tenho certeza que ela nasceu, ela tem uma certidão de nascimento, mas a justiça diz que não existe isso porque num tem corpo num tem crime. E há dezesseis anos, já se faz, que eu estou lutando à procura dessa jovem. Assim, é muito triste porque por uma mentira dela, tá, ela saiu de casa dizendo que ia fazer, entregar umas bijouterias, que ela fazia... ela dava uma aula na favela de Acari, porque quando nós mudamos pra comunidade eu morava fora da favela, ela foi pra favela e viu muitas meninas-mãe muito novinhas e ela quis passar esse curso que ela tinha feito pra essas meninas e de lá ela resolveu lá e fizeram um curso de bijouterias para essas meninas e alguns meninos se interessaram e também entraram no curso e as convidaram para esse sítio na casa da avó de um dos meninos. Só que eu, quer dizer, morava fora da comunidade e não conhecia a comunidade, conhecia pela fama, né, que a gente lê no jornal a favela de Acari parece que é uma coisa assim monstruosa, hoje eu sei que num é nada disso que é só fama. (Vera)

Dentre as representações sociais construídas sobre as mulheres ao longo da história, a imagem da mãe que sofre – a *mater dolorosa* – sempre constituiu um dispositivo discursivo e de poder demarcando o lugar das mulheres na sociedade e na política. Esta mesma questão também foi o centro nevrálgico de combate do movimento feminista, em suas diferentes variações. A naturalização da maternidade – ou seja, a capacidade biológica do corpo da mulher transformada em destino social – como destino e condição da mulher

foi questionada e combatida por diversas teóricas do feminismo e pelos movimentos feministas (apenas como exemplo, cf. Badinter, 1985). A crítica feminista, com todas as suas variações teórico-políticas, compartilha o ponto de vista de que as diferenças biológicas não devem se traduzir em hierarquias sociais. Nesse sentido, algumas autoras defendem que o feminismo foi capaz de produzir uma crítica epistemológica que contribuiu para pensar a construção do outro e da alteridade.

Para Marilene o poder da mulher vem da maternidade, enquanto Vera chega a dizer que a dor da perda vem do útero. É a partir do tradicional papel de mãe reservado à mulher que elas entram no campo político para denunciar a maternidade partida.

Olha o que eu acho. Dizem que ser mãe é padecer no paraíso. É. É por quê? Desde o momento em que você coloca um ser humano no mundo você se divide. Você pode ter dez filhos e você vai ser estar ali em cada pedaço daquele filho, em cada um daquele filho. Então, se um pedaço te falta já te quebra. Mesmo que você tenha os nove pedaços, um te faltou. Aquele é insubstituível, mesmo que você tenha a possibilidade de vir a ter um outro filho. Aquela parte sua vai sangrar eternamente, porque a perda de um filho é uma coisa, assim, inexplicável. A mulher não tem dimensão do poder que ela tem de transformação. Agora, a maternidade é dádiva de Deus, porque ela é, assim, única. Ter aquela dádiva de carregar um ser humano durante nove meses dentro do seu ventre, passar por todas as transformações que a gente passa no nosso corpo... Porque quando a gente tem a nossa puberdade, a gente transforma nosso corpo, aquele corpo lindo de mulher, e a maternidade destrói isso tudo. (Marilene)

Uma mãe só perde o poder de exercer seu papel de mãe quando o filho mente, quando os filhos enganam as mães para sair de casa para a diversão, ou quando fazem amizades (perigosas). Aqui está toda uma representação da juventude como uma fase sem limites, sem medos, onde os amigos são mais importantes que a família.

Minha filha foi [viajar] e deixou um bilhete. Eu trabalhava num colégio israelita e ela deixou um bilhete dizendo que ia vender umas bijouterias com a patroa dela em Belo Horizonte e de lá ela foi passear nesse sítio e aconteceu essa atrocidade. Para a mãe é uma coisa muito dolorosa, porque a gente acha que o filho nunca mente. Eu tinha impressão que minha filha jamais iria mentir para mim, porque também eu não a eduquei para isso. Eu achava que ela não ia nunca fazer isso comigo e ela mentiu e até hoje nós estamos nessa luta. (Vera)

Há toda uma construção moral do que seja uma mãe. Mãe protege, mãe cuida, mãe sente a dor de parir e por isso ela nunca consegue esquecer. Mãe é a base da família. Pai não é sempre família, pois pais esquecem, pais seguem a vida adiante, abandonam a família e vão embora. Mas a mãe é quem coloca um filho no mundo, por isso ela é a base. Vera quase chegar a propor um modelo alternativo de família nuclear: filhos e mãe. Ao mesmo tempo em que denuncia a ausência dos pais, aponta para a socialização da

maternidade.

Nós éramos onze mães e hoje realmente somos dez mães, porque não temos um pai presente. E meu marido, um escrivão de polícia, (...), em momento nenhum saiu para me acompanhar, para me dar um apoio. Porque a minha filha saiu de mim. Ele achou que eu não devia mais procurá-la, [porém] eu vou procurar enquanto viver. Porque ele não é da minha família, mas a minha filha é, saiu de mim. Então eu tenho o direito de procurar. E as outras mãezinhas também lutando muito sem os seus maridos, sem os seus companheiros, mas estamos ali na luta. Temos essas assim um pouco afastadas, mas sempre que nós temos uma reuniãozinha elas vêm, embora com muito medo. E têm também muito medo de falar, mas elas sempre estão presentes e querem saber o que aconteceu com os filhos delas. Então, nós, assim, abraçamos aqueles filhos e hoje eu digo que eu sou mãe de todos os jovens. Porque eu tenho o maior cuidado, eu não admito que um policial chegue perto de um jovem e aborde ele em má situação. Eu estou brigando, eu brigo mesmo, eu sou uma brigona da Cinelândia. (Vera)

Note-se que a defesa do filho vai ao ponto de “descriminalizar” seus roubos, deslocando a culpa moral para um ente abstrato-geral, a sociedade.

Eu não quero que eles batam nos meninos de rua. Eles roubam? Roubam. A sociedade que fez isso. Eles estão jogados na rua, ninguém dá um apoio a esses jovens. A São Martinho leva pra instituição, dá banho, dá comida e solta na rua. Então esses jovens... é sobrevivência, eles roubam sim. Agora não admito que eles batam. Então hoje eu num moro em comunidade por conta disso, porque se eu morar em comunidade eu não vou durar um mês, porque eles vão me matar. Porque eu não vou deixar que isso aconteça. Então eu estou lutando. (Vera)

Outro tema que aparece nos relatos das mães é a morte e a marcação da autoridade e do poder diretamente sobre os corpos, alimentando aquilo que Taussig (1993), em outro contexto, chamou de “cultura do terror e espaço da morte”.<sup>23</sup>

Hoje eu sei que minha filha foi dada para os leões comerem. Eles foram retirados, levados para um sítio de um policial, chamado João Bistene, que tem o vulgo de Peninha. Hoje ele é falecido. Lá ele tinha a prática de criar leões e jacaré, e dava esses corpos dessas pessoas para os leões comerem. A última denúncia que eu tive foi de que ela foi dada para os leões comerem. De que colocaram um braço dela na jaula, que o leão arrancou o braço e ela desmaiava. [Depois] jogaram dentro da jaula o corpo dela. Minha filha foi a oitava a ser dada para esses leões comerem. Nós chegamos no sítio, depois dessa denúncia. Encontramos os leões, encontramos o jacaré, mas infelizmente esse policial já havia sido assassinado. (Vera)

Apesar da visibilidade que o caso alcançou ele jamais chegou a ser solucionado e nenhuma medida reparatoria foi tomada. Além disso, outros casos e situações vieram a acontecer realimentando o medo.

---

<sup>23</sup> O “espaço da morte” é discutido no capítulo 4.

Sobre o “Caso Acari”, realmente, nada se fez. A favela continua a mesma coisa, os mesmos policiais entrando, destruindo. Há poucos dias um helicóptero desceu e apanhou um rapaz trabalhando no fundo da casa, numa oficina mecânica. Ele pegou o cara no helicóptero, levou e até hoje não apareceu. E a mãe desse rapaz tem pavor de encontrar com uma Mãe de Acari. Porque nós queremos que ela denuncie, porque se as pessoas passarem por uma porção de coisas e ficarem dentro das suas casas, aí eu perdi. Ela [a mãe] falou para mim, “eu perdi”. É assim que se perde um filho? Eu não sei se ela pariu esse filho. Sinceramente. Porque ela não procura. Ela tem pavor de procurar. Até porque ela vai continuar morando na comunidade e é perigoso. Mas eu acho que maior do que o meu medo é eu não saber o que aconteceu com a minha filha. Eu quero saber. Eu tenho medo? Tenho. Um dia desses eu peguei um ônibus, quando passou na Praça XV, o cara, “Mães de Acari” e correu para trás do ônibus. Eu falei, “foi pegar uma arma”. E eu vim saltando e pegando outro ônibus, saltando e pegando outro ônibus. Morrendo de medo. Saltando e pegando carona, porque nem o dinheiro de passagem eu tinha. Eu tenho medo? Tenho. Eu não pude continuar na Fazenda Botafogo, eu morava ali. Todo dia era ameaça, bilhetinho: “Vamos fazer o mesmo que fizemos com os onze. Pára de falar.” Aí mataram a Edméia para nos intimidar. Nós continuamos, quer dizer, nós somos abusadas. (Vera)

Toda vez que via uma foto, fosse das Mães da Praça de Maio da Argentina ou fosse das “Mães de Acari” na escadaria da Câmara Municipal, na Cinelândia<sup>24</sup>, dando a volta na praça ou sentadas em silêncio com as fotos dos filhos, lembrava-me do título do livro de Gabriel Garcia Márquez, “Cem anos de Solidão”, onde o abandono e a espera de algo que nunca vem marca a vida das pessoas em Macondo, o vilarejo descrito pelo escritor. A quantidade de anos variava, mas a solidão era a mesma. Marilene, por exemplo, conta que houve épocas em que ela saía durante a semana para as buscas e investigações e nos finais de semana aguardava sentada, solitariamente, na calçada de sua casa, que alguém aparecesse com alguma informação ou que Rosana mesmo chegasse de volta.

Eu dou graças a Deus, porque além da minha filha eu tenho mais quatro filhos e esses quatro filhos eu criei. Minha colega costuma dizer que os filhos dela foram criados igual batata. E os meus foram juntos, porque a gente só andava juntas. Eu saía, ligava para Vera, “Vera, vamos Vera”, e a gente saía juntas. Quer dizer, eu fiz trabalho de detetive muito tempo. Fiz trabalho de investigar, de saber. Sabe o que eu fazia? Durante o dia eu ficava dentro da favela, da comunidade de Acari. Porque eu tinha certeza que alguma coisa tinha que sair dali. À noite, onze horas, eu estava fazendo a comida, arrumando a casa, lavando a roupa, para no outro dia ir para as ruas [buscar informações], porque aquilo me incomodava. Isso foi um período. No outro período, durante a semana, nos dias úteis eu estava nas ruas, mas final de semana eu sentava na minha porta e ficava esperando. Eu juro por Deus que eu não estou mentindo. Eu não estou fazendo teatro.

---

<sup>24</sup> “As Mães de Acari e as mães de outras crianças desaparecidas formaram as Mães da Cinelândia: entre 150 a 180 mães que se reuniram durante 5 anos, todas as segundas-feiras à tarde, nas escadarias da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, para um protesto em que ostentavam cartazes com fotos de seus familiares, faixas com pedidos de informação, e realizavam denúncias. Celebrizaram-se nacionalmente ao serem retratadas por Glória Perez na novela *Explode Coração*, da TV Globo. Ao longo dos anos 1990, participaram de muitos protestos, atos e manifestações contra a violência por ocasião de homicídios, desaparecimentos e seqüestros; apoiaram outras mães e campanhas; participaram de homenagens (a) e ritos fúnebres de outras vítimas” (Nota de rodapé - Pereira, 2004: 158). Cf. Anexo 3, com fotografias das Mães de Acari e Mães da Cinelândia na escadaria da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Eu sentava na minha porta e ficava esperando. As pessoas chegavam: “Marilene, vamos para um churrasco, vamos lá pra casa, vamos conversar”. Eu não queria, eu queria ficar ali sentada para ver se alguém chegava e falava, ou ela mesma chegasse em casa e falasse: “Oh! Estou aqui, não aconteceu nada”. Ou, “aconteceu, mas eu consegui sair”. E aí você espera milagre. Quando chegou uma noite eu acordei e falei: “Acabou!”. Porque é uma coisa incrível esse [laço] mãe-filho. Eu lembro, porque você vai vivendo, seus filhos vão crescendo, você vai para aquela labuta e um dia, você não esquece, está tudo lá guardado. Você não esquece, mas tá ali. Você pensa que esquece. Teve uma noite que eu, quando acordei de manhã, via a Rosana no primeiro passo, via a Rosana pequenininha com um aninho, via o cabelinho da Rosana. Aquilo veio nítido na minha mente. E ali você... Sabe? Você acostumou... eu lembro que eu cheguei pra prima do meu ex-marido e falei “Solange, aconteceu uma coisa muito ruim e eu não vou conseguir ver a Rosana de novo”. E aí, bom, depois você vê...cai a ficha, né. É duro pra você estar negando isso.

A construção de uma solidariedade na dor da maternidade partida foi a forma que essas mães encontraram para lidar com esse fato: o *desaparecimento* e a suspeita admitida da morte de seus filhos. É dessa realidade que ganha ênfase uma “nova” figura para o imaginário materno: transformação da *mater dolorosa* em *mães que lutam*. Freitas (2000), que escreveu uma tese de doutorado sobre as “Mães de Acari”, sugere que o envolvimento delas nessas lutas – a partir do que seria seu lugar na esfera privada – possibilitou, dentro de seus limites, a construção de uma nova identidade relacionada às suas práticas na esfera pública que gerou mudanças também na dimensão privada, devido à circulação nos diferentes espaços.

No dia-a-dia delas é possível perceber as continuidades e rupturas que essas vivências – da dor provocada pela violência (policial) e do processo organizativo que deflagra – possibilitaram para suas vidas. Não se trata, porém, de qualquer mãe. Essas mães tiveram recursos subjetivos para reagir ativamente, de modo que a *chacina* pode deflagrar o desenvolvimento de uma causa (Boltanski, 1990) que as uniu. A partir do estatuto de mãe e sua imagem coletivamente compartilhada elas conseguiram estabelecer o fio condutor que congregasse a todas em uma rede de solidariedade capaz de produzir um movimento de denúncia “ajustado” (justesse, Boltanski, 1990) ao mundo público. Essas mulheres aproveitaram um elemento do imaginário coletivo para criar laços e conquistar um mínimo de legitimidade para sua luta. A imagem da mãe e suas dores funcionou como um dispositivo eficaz nessa busca publicização e solidariedade para com suas denúncias e reivindicações.

Em outras palavras, o estatuto da maternidade possibilitou a incursão dessas mulheres no espaço público, a partir de um lugar tradicionalmente atribuído à esfera privada. Nesse processo, essas mulheres criaram uma identidade coletiva e transformaram

sua auto-imagem, modificando também, em consequência, o significado histórico da maternidade, por mais tênue que seja este sub-produto.

Ao falar sobre o acontecimento dramático que viveram e denunciar a violência policial, as “Mães de Acari” mobilizam criticamente um amplo repertório coletivo que constitui o conjunto de dispositivos cognitivos da imagem materna e seu lugar na concepção de mundo coletivamente compartilhada. Assim, falando da maternidade, acabam (re)constituindo por extensão toda a imagem da mulher, esta mãe em potencial.

#### SER MÃE É PADECER NO PARAÍSO

Olha o que eu acho. A relação da mulher com a maternidade. Dizem que ser mãe é padecer no paraíso. É. É, por quê? Desde o momento em que você coloca um ser humano no mundo você se divide. Você pode ter dez filhos e dez vezes você está ali em cada pedaço daquele filho, em cada um daquele filho. Então se um pedaço te falta já te quebra. Mesmo que você tenha os nove pedaços, um te faltou, aquele é insubstituível. Mesmo que você tenha a possibilidade de vir a ter um outro filho, aquela parte sua vai sangrar eternamente, porque a perda de um filho é uma coisa assim inexplicável. Não tem explicação. Agora, eu acho que a mulher, perante a sociedade, ela é esse ser forte que os homens levam a fama, mas que está dentro é dá mulher. A mulher é um ser humano que não tem dimensão do poder que ela tem de transformação. Agora, a maternidade é dádiva de Deus, porque ela é única. Porque a gente carregar um ser humano, você ter aquela dádiva de carregar um ser humano durante nove meses dentro do seu ventre, passar por todas as transformações que a gente passa no nosso corpo... Porque quando a gente tem a nossa puberdade, a gente transforma nosso corpo, aquele corpo lindo de mulher. E a maternidade destrói isso tudo. Você convive com aquilo... aquele amor grande que vem naquele pedaço de ti e da pessoa que você ama. Apesar de que hoje em dia a gente está tendo filho aí à deriva. Por isso que se abandona, porque não se faz filho com amor, se faz filho por prazer. Aí acontece um acidente que vem a ser depois abandonado, que as pessoas é que têm que tomar conta. O Estado, claro, tem a sua parcela [de responsabilidade], mas eu acho que nós também temos que ter nossa consciência de saber nos proteger. Para quando for ter uma relação não ter um filho indesejado, que futuramente será um filho abandonado. Então eu acho que é por aí, a mulher ela tem a força, a coragem, que é dada ao homem mas que a mulher tem de sobra. Só que no caso da maternidade é só uma, mais uma qualidade que Deus deu para a mulher. Eu, assim, só me entristeço, porque o homem ele é parte de uma mulher. Ele sai de dentro da mulher. O que me entristece é que às vezes uma mulher não coloca um bandido, não coloca um traficante. Ela não gera no seu ventre um traficante, um bandido, um assassino, uma prostituta. Ela não gera, ela gera um ser humano. Agora, infelizmente, nós temos que ver que o país que nós vivemos, que nós trazemos esses filhos, é que transforma esses filhos em nada. (Marilene)

Como ser mãe é tudo e os filhos merecem tudo, como afirmam Vera e Marilene, eles merecem até que suas mães invadam as ruas, as praças, as repartições públicas. E aqui se delineia outra dimensão para a atividade materna: a luta e a militância.

#### SER MULHER, MÃE E MILITANTE

Eu, mãe de família, apesar do pai dos meus filhos pagar pensão pros filhos, mas eu tinha que sobreviver também como ser humano. Então aí que ficou a militante, ficou a que tem que fazer o papel de mãe e pai, da subsistência pra gerar o alimento e a mulher. A mãe ficou um pouco de lado. Porque meus filhos, eu tenho que agradecer a Deus todos

os dias, porque casaram muito cedo e as mulheres graças a Deus conseguiram contribuir pra que eles... eu tô dizendo que eles teriam que ser tudo honesto, mas eu tô dizendo porque o meio em que eu vivo a maioria dos jovens que eram amigos dos meus filhos eu fui no enterro deles, infelizmente. Envolvidos de alguma forma com o tráfico ou com algum tipo de criminalidade, infelizmente, né, mataram. (Marilene)

A dimensão da luta nunca esteve propriamente ausente, mas ganha destaque público (político) após a experiência traumática vivida. Marilene chegou a se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT) e pensou até em se candidatar a vereadora, mas afirma ter medo de desviar a direção da luta:

Às vezes eu penso [em se candidatar], mas tenho medo. Eu tenho medo. Primeiro, política é uma coisa que requer muito dinheiro e a gente não tem isso. E às vezes eu caio no medo de mudar a direção da luta, entendeu, tornar a luta partidária. Hoje em dia a gente não quer, eu quero que ela seja supra-partidária. [Que] estejamos em todos os locais que nós possamos, apesar de que eu de uns nove anos pra cá venho militando no PT, mas sem essa coisa de... às vezes penso nisso. Por quê? Porque seria uma forma também de transformar algumas coisas, você ter o poder... (Marilene)

Retomando uma linha de análise esboçada logo na introdução desta dissertação, quando me referi à *experiência do choque*, é possível relacionar dor/trauma/situação crítica/ publicização/transformação da auto-imagem e da identidade. A partir da experiência do choque provocado em uma situação crítica – a *chacina* – em torno da dor as mães construíram uma rede de solidariedade buscando publicizar sua denúncia. No processo de denúncia, investigação, reivindicação de justiça e reparação, a auto-imagem e identidade das mães são transformadas de *mães que sofrem* para *mães que lutam*. Novas nuances da imagem materna e do estatuto da maternidade são enfatizadas.

Eu não digo que perdi minha identidade porque eu batalhei pra que isso não acontecesse, mas eu perdi muita coisa nesse momento, principalmente a saúde, que é uma coisa relevante. Eu não vou recuperar. (Marilene)

Por outro lado, o choque, caso não seja superado, traumatiza, amedronta e bloqueia os sentidos e as ações. Em relação à experiência das “Mães de Acari” o choque não se resumiu ao *desaparecimento* dos filhos, o medo permanente passou a acompanhá-las. Recebiam ligações e bilhetes de ameaças, em certas ocasiões andando pelas ruas eram seguidas, em outras o medo já era tanto que, achavam e sentiam que estavam sendo vigiadas, mesmo sem o estar. Algumas experiências, nesse sentido, vividas pelas “Mães de Acari” foram relatadas por Vera e Marilene:

Fomos muito ameaçadas por policiais que mandavam recadinho, bilhetes, pra

comunidade de Acari, dizendo que nós calássemos. Porque se nós continuássemos, íamos morrer como os onze. Eles iriam fazer o mesmo que fizeram com os onze. E no dia três de janeiro, a Edméia, uma das mães, moradora da comunidade, foi dar um depoimento por carta precatória, lá pra Magé. Só que ela deu o depoimento na cidade e esse depoimento ficou quinze dias na delegacia, para qualquer policial ler. Porque ela escreveu o que disse e resultado: dia quinze de janeiro ela foi executada na entrada do metrô da Frei Caneca. Isso aí abalou um pouco o grupo. Quer dizer, somos um grupo de onze mães, ficamos dez. Algumas ainda moradoras da comunidade, recuaram um pouco, até porque a gente tem que respeitar o medo delas. (Vera)

Quando aconteceu o fato da morte da Edméia, o CEAP ficou meio preocupado e quando a gente tinha que ir para lá fazer reunião eles mandavam um táxi vir buscar a gente. Eu me lembro como se fosse hoje, eu trabalhava na Piraquê, eu estava de cabelo enrolado, um lenço na cabeça e a Vera veio me buscar. No caminho para ir buscar a Tereza, a outra mãe, aí ela virou e falou assim: “Marilene, hoje estava bem falando na rádio Tupi sobre a Edméia”. Olha, você sabe que o motorista entrou no assunto! Aí ele falou assim: “Ah, é uma daquelas “Mães de Acari” que mataram, né!? Vão morrer todas”. Olha, o cara falando pra gente. Ele não reconheceu a gente. E eu era a que aparecia pra caramba, mas só que como eu estava de cabelo preso, acho que ele não me reconheceu. Aí ele virou, e eu estava com rolinhos [no cabelo], aí ele virou e falou assim: “Vão morrer todas. Elas estão escondidas, mas elas vão morrer. Sabe por quê? Porque é tudo mãe de bandido. O tráfico é que banca elas”. Aí eu falei: “É mesmo, né, moço. Safadas”. Esse taxista levou a gente até a porta do Ceap. Aí quando fui pegar a Tereza falei: “Tereza, quando você chegar dentro do carro não fala nada que é Mãe de Acari, fica na tua, porque o homem tá esculachando com as mães”. Eu falei assim mesmo. Aí ela foi e falou: “É mesmo?”. “É, ele arrasou com a gente, ele disse que nossos filhos eram bandidos, que a gente ia morrer mesmo. Que ia morrer uma por uma e que estão falando, estão reclamando, mas os filhos eram bandidos mesmo! O cara imaginou o que quis e o que não quis e a gente ouvindo. Aí quando chegou lá no Ceap, na rua da Lapa, onde era o Ceap, me deu vontade de me identificar e falar: “Oh, senhor, o senhor acaba de carregar o restante das “Mães de Acari””. Mas aí a Vera me beliscou assim e falou: “Não fala nada”. Porque a Vera ficou apavorada. A Vera, olha pra você ver, criou uma coisa de neurose, que já teve vezes da Vera, a gente estar dentro do ônibus assim, a Vera do nada levantar “Vamos embora, vamos embora, e a gente ter que descer”. No dia da entrega da medalha da Edméia, (...) o cara deixou a gente na Presidente Vargas. O taxista parou o carro, disse que estava escangalhado e mandou a gente descer, nem cobrou, porque a gente estava falando. Elas [as outras mães] começaram a conversar, aí ele falou: “Vocês saíram dali, daquele evento ali?”. Aí a Nenê [filha de Edméia] falou assim: “É, porque a minha mãe, a Edméia, recebeu a medalha”. “Edméia é aquela mãe que morreu?”. Aí não demorou, ele parou assim perto da Candelária o carro. Foi e falou assim: “Olha, é que o carro escangalhou, vocês não precisam pagar nada não, pode pegar um outro carro”. Foi embora e largou a gente ali, era onze e pouca da noite. (Marilene)

Apesar do medo e da não resolução do caso após mais de dezesseis anos as mães ainda se movimentam em busca de informações. Como uma mãe poderia estar tranqüila se os filhos estão desaparecidos, e pior, sabendo que os culpados pelo *desaparecimento* ou morte estavam impunes? Mesmo que os culpados não tenham sido responsabilizados e que o objetivo das mães de achar os corpos também não tenha se concretizado, para Marilene os anos de luta valerem a pena, porque contribuíram para que elas crescessem enquanto ser humano.

Porque o objetivo das “Mães de Acari” era achar os seus filhos. Não acharam? Com certeza que não. Por quê? Porque não depende só de nós. Agora nós dependemos, nós temos uma coisa que eu tinha medo alguns anos atrás e hoje ele é a favor de quem fez: o tempo. O tempo derrubou todas ou quase todas as possibilidades. Existe a coisa de que crime não é perfeito, isso eu tenho que acreditar. Mas se alguém da minha família achar pelo menos um osso que identifique que ela foi assassinada, né, porque os suspeitos estão apontados. E aí vocês vão dizer: “Poxa, adiantou você estar na luta, você se expor?”. Adiantou. Sabe por quê? Porque hoje a Rosana não é uma anônima, Rosana é conhecida em qualquer lugar do país. Se você chegar num lugar e falar “Você lembra do ‘Caso Acari’?”. Alguém vai falar pra você: “Ah, são aquelas mães que os filhos foram para Magé”. Alguém vai falar alguma coisa. Isso é importante? É. Sabe por quê? Porque nós passamos, nós fomos incomodadas e passamos a incomodar e é isso que nós temos que fazer. Nós temos que incomodar o que nos está incomodando. E o que está incomodando a juventude atualmente é o fato desse extermínio.

Em relação à reivindicação por reparação e justiça as “Mães de Acari” expressam posições ambíguas. Ao mesmo tempo em que elaboram práticas de luto reivindicativas de justiça, após dezesseis anos de peregrinação e nenhum esclarecimento ocorrido em relação ao “Caso Acari”, a resignação e a descrença aparecem em seus discursos. Sempre que discursam e falam, em eventos e cerimônias, sobre o “Caso Acari”, Marilene e Vera manifestam uma postura ambígua de apostar na possibilidade da Justiça (enquanto instituição), mas ao mesmo, desconfiam dela, restando apenas “acreditar na justiça divina” (na esfera sociocultural e ético-moral), como dizem as duas, mas não na “justiça dos homens” (na esfera político-institucional e jurídico-legal). Entretanto, mesmo recorrendo ao repertório religioso, a postura continua ambígua e contraditória, alternando crítica e resignação (mas não desistência). A religião permeia o movimento de demanda por justiça, em três sentidos pelo menos: na ação (através da apropriação dos ritos fúnebres), na crítica e na resignação sem desistência (o papel da *mãe que luta* é vivido como *missão*)<sup>25</sup>.

Quem é mulher sabe que ter um filho não é brincadeira, que dirá perder. Perder para uma pessoa que eu pago os meus impostos e eles recebem do meu dinheiro. Ninguém nunca perguntou “A senhora quer descontar os imposto?”, ninguém nunca perguntou. Mas descontam e eles recebem, eles são pagos com o meu dinheiro, eles teriam o direito de tomar conta de mim e da minha filha e não matá-la. Entendeu? Então, hoje, eu tenho pavor dessa farda e o governador, que é o Anthony Garotinho, falou que se eu não perdoasse, se eu não aprendesse a perdoar eu nunca teria paz. Então eu nunca vou ter paz, porque esses ... esses homens que destruíram essas onze crianças nunca mais vão ser perdoados. Eu não tenho esse coração. Sinceramente, eu sou uma pessoa... tenho certeza que eu sou uma pessoa boa, mas eu não perdoo quem fez isso com a minha filha. Infelizmente, eu já entrei pra igreja, no crente “Ah, tem que perdoar”, “Então eu vou sair”, aí eu me retirei. Infelizmente, eu não tenho como perdoar, só Deus vai fazer isso, talvez, daqui a uns anos ele passe a perdoar. Entendeu? Mas eu não tenho coragem de perdoar um homem desse, que destruiu minha filha e que eu vejo que tá destruindo todas as famílias. (Vera)

---

<sup>25</sup> Sobre a idéia de *missão* nos movimentos de mães conferir Leite (2003).

Olha só, centro de macumba, igreja católica, igreja batista, igreja num sei o que, igreja que faz revelação, tudo nós fomos, tudo, tudo. Por fim agora cansamos. Agora quem vai é outra mãe, aí ela, essa semana passada ela até teve aqui, ela falou: “Olha, lá no lugar que eu freqüente disseram que até o final do ano a gente vai ter uma resposta disso”. A Vera foi num centro aí disseram pra ela que eles tão tudo mortos, porque diziam que a filha dela tava viva, então eles disseram “Oh, eles não estão mais aqui”, mas que vai demorar muito pra gente achar isso. Aí, lá na igreja da revelação da minha colega, da outra mãe, disseram que a gente tava muito perto de descobrir e que a gente ia ter uma vitória muito grande porque a gente ia descobrir tudo e tava muito perto de descobrir. Aí, quer dizer, são essas coisas assim, que vai no teu emocional. (Marilene)

Em entrevista realizada com Marilene para esta pesquisa perguntei a ela se era praticante de alguma religião, sua resposta expressava ao mesmo tempo um sentimento religioso, uma crença em Deus e uma grande descrença em relação à Igreja como instituição. Dando a entender que ter uma religião é muito importante para os outros, sobretudo para os jovens, mas não para ela. Depois de anos de luta e poucos resultados a fé na igreja ficou abalada. Sobre o fato de ter ou não uma prática religiosa Marilene fez a seguinte consideração:

Não. Eu creio muito em Deus, meus filhos são cristãos, eu tenho um filho que é pastor, creio muito em Deus e eu tenho uma dificuldade um pouco assim... nas religiões, porque eu sou um pouco rebelde, eu acho que eu que tenho que saber o que é melhor pra mim, não é um homem que, pecador igual a mim, que tem que ditar as minhas regras, dizer que eu não posso fumar, que eu não posso beber, que não pode... eu não bebo, eu não fumo. Eu não bebo por questão de saúde, não fumo porque não me faz bem. Então é a minha opção, eu acho que eu que tenho que saber o que é melhor pra mim. Entendeu? Eu num sou, sabe. Acho que a juventude tem que se pegar mesmo com as religiões, as igrejas têm que estar sempre prontas pra receber os jovens e os jovens estão muito perdidos e aí com essa questão da droga, de que os jovens sabem tudo, eles num sabem nada. Não, eles precisam de orientação sim e a orientação religiosa é sempre bom. Entendeu? Agora, eu não, eu sou um pouco rebelde mesmo, sempre fui, sempre fui. Acho horrível a macumba que a mãe de santo fica sentada e os filhos de santo ficam trabalhando, acho um absurdo. Acho um absurdo o pastor chegar ali e falar pra mim que eu não posso sentar num bar e beber uma cerveja quando ele faz coisa pior, né, que aconteceu. Eu tava numa igreja, o pastor foi assassinado por um menino de programa por causa de trinta reais que ele ficou devendo ao menino de programa, né, ele era caso desse menino e ele ficou devendo trinta reais, então ele foi assassinado com seis tiros, arrancaram os órgãos dele, pintaram com ele. Entendeu? Então eu acho que é por aí, não sou contra. Eu observo muito essa coisa das comunidades... cada comunidade agora tem uma, abre sua própria, a sua própria igreja, com a sua própria denominação. Tem denominação de tudo quanto é [jeito] (...) O que é a justiça divina? Você faz, faz, faz, aí tem a morte como prêmio? Que eu acho que a morte é um prêmio. Porque a gente num sabe o que vai acontecer. Céu? Inferno? Céu, inferno, é coisa do homem, num sei... Ninguém veio cá contar isso. O que é céu-inferno? Acho que céu-inferno é isso aqui, o que nós aprontamos. Isso aqui. (Marilene)

Nem a religião consegue explicar e reconfortar Marilene (embora, como foi dito, ela viva sua *luta* – sua *peregrinação?* – como missão). Ela dá a entender que a religião, em seu aspecto formal e institucionalizado, é importante, mas para os outros. Nesse caso nem a religião consegue funcionar como um lenitivo, não há para ela qualquer autoridade

religiosa capaz de se aproximar de sua dor e amenizar o sofrimento. Nesse sentido, ela dispensa mediadores e tem dificuldade de reconhecer a compaixão. O tom de sua fala é sempre de denúncia e indignação diante da maternidade partida. Se a maternidade, que representa o que há de mais sagrado para ela, não foi respeitada, então não há mais expectativa de alívio.

Mesmo que tenha havido alguma solidariedade, a percepção da indiferença generalizada parece ter sido ainda maior. Pela leitura que as mães fazem do *desaparecimento* dos filhos e das respectivas reações públicas, percebe-se a denúncia de uma alteridade agonizante, partida. A partir do *desaparecimento* dos filhos elas sentem o vínculo social rompido ou fragilizado, na medida em que a relação com os outros – com a “sociedade” de um modo geral – é colocada em xeque, uma vez que poucos expressam sua solidariedade diante do sofrimento exposto. Desta forma, o desgosto que se associa ao sentimento de isolamento toma uma dimensão política; afinal, não se trata de uma morte qualquer, que poderia ser tomada como um acontecimento privado e trivial; trata-se de um *desaparecimento* forçado, provocado pela conduta criminosa de um grupo de extermínio.

Este processo pode ser compreendido como uma forma de denunciar a perda do vínculo social através da manipulação pública daquilo que Marcel Mauss (2001) [1921] chamou de “expressão obrigatória dos sentimentos”. As mães sempre falam da falta de respeito, da falta de solidariedade, da invisibilidade, da falta de respeito e de reconhecimento. É como se elas exigissem que as pessoas chorassem com elas e reclamassem justiça para atualizar o vínculo, como se dissessem “na medida em que vocês não compartilham meus sentimentos e não se revoltam contra os que o provocaram, estão nos tratando desrespeitosamente e desconsiderando a nossa comum humanidade”. Isso fica claro na primeira manifestação de rua realizada em frente à Sede da Polícia Civil quando as mães e os familiares das vítimas levaram um cartaz com os seguintes dizeres: "Não somos Medina, não temos dinheiro, mas também somos humanos". Isso porque o “Caso Acari” ocorreu na mesma época do seqüestro do empresário Medina e a atenção pública bem como todo o efetivo policial estava voltado para resolver esse caso.

### **Práticas de luto reivindicativas de justiça**

Um ritual bastante expressivo, rico de significados e que nos permite compreender um pouco, ou bastante, sobre as condições de vida das classes populares atualmente tem

sido o encontro de mães que perderam seus filhos assassinados pela polícia, grupos de extermínio ou milícias. Elas encontram-se em praças públicas, na frente da Câmara Municipal, em manifestações religiosas, trazendo sempre consigo retratos dos filhos desaparecidos e/ou mortos, e fazendo do silêncio sua arma de protesto e denúncia. São os rituais para a dor (Leite, 2004; Catela e Novaes, 2004), onde o luto é transformado em uma causa de luta. Se não propriamente em uma causa, pelo menos em seu embrião enquanto exposição e protesto público.

Em sugestivo trabalho, Koury (1993) buscou compreender as estreitas relações entre ausência de cidadania e luto. Ele analisou o trabalho de luto entre pessoas que viviam de mendicância, no trânsito entre o campo e a cidade. Percebeu que o processo de luto era mesclado pela tensão resultante da perda abrupta de referenciais simbólicos relacionais que construíram a pessoa ao longo de sua vida. Mostrou como o anonimato e a banalidade no trato público da morte nesses casos provocava um esfacelamento da pessoa, aprofundando suas dificuldades de integração social. É possível relacionar estas considerações com a análise mais geral de Elias (Elias, 1987, *apud* Catela e Novaes, 2004), que sugere que a dessacralização dos costumes, a forma cada vez mais individualizada de lidar com a morte associada à modernidade, levou as pessoas a lidarem solitária e isoladamente com a morte. A dor do enlutado desperta cada vez menos reconhecimento público e a expressão obrigatória dos sentimentos, como forma de solidariedade, passa a ser ignorada (ou é superficial e hipócrita), enfatizando ainda mais a solidão do homem comum e seu isolamento no mundo privado.

O movimento deflagrado pelas “Mães de Acari”, acredito, parece representar uma alternativa a esta tendência, na medida em que no centro de seu repertório cognitivo e moral estão *práticas de luto reivindicativas de justiça*, com os ritos fúnebres e as práticas de luto operadas como dispositivos de demandas por justiça. As mães de *desaparecidos* escolheram um local para suas reivindicações que pode ser considerado o “postal político” e também cultural do Rio de Janeiro: a Praça da Cinelândia. Foi ali que elas se sentaram, em silêncio - mas com suas presenças mudas buscaram se fazer ouvidas. E foi assim que atingiram a mídia.

É verdade que o grau de participação das mães oscila muito, passando por “altos e baixos”. Para muitas é difícil sair de onde moram (geralmente muito longe) para ir ao centro do Rio de Janeiro. Isso sem contar com a falta de apoio de familiares e enfrentando as restrições de maridos e filhos, além do fato de que elas também têm que trabalhar. Não é

possível dizer que as mães chegaram a constituir uma agenda própria de ação política referente ao “Caso Acari”. A participação delas está geralmente associada a atividades desenvolvidas *com* ou *por* outras organizações. Ultimamente têm participado das ações organizadas no âmbito da *Rede de comunidades e movimentos contra a violência*, que agrega diversos casos de “familiares de/e vítimas de violência”.

Como quer que seja, a atitude das mães de ocupar o espaço público para a denúncia influenciou na organização de outros movimentos de mães que perderam filhos/as assassinados/as pela polícia e por grupos de extermínio. Elas não estão mais apenas na praça, nem estão em qualquer praça na medida em que a Cinelândia foi transformada em um espaço simbolicamente identificado com o poder. É esse espaço que invadem (e incomodam) com sua dor. Ali, se sentam com cartazes que trazem os retratos e os dados dos seus filhos, bem como a data e o local em que *desapareceram*. Sentam-se nas escadarias da Câmara de Vereadores e ali, quietas, tornam públicas suas demandas.

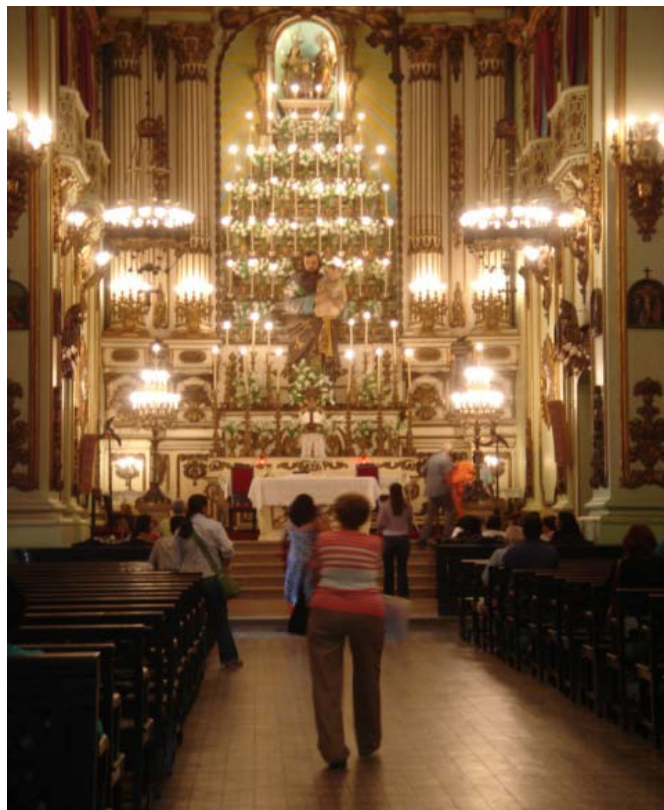
Durante as manifestações, algumas mães penduram em si mesmas as fotos. Esta exibição da imagem do *desaparecido*, associada à pessoa que a transporta, permite mostrar o laço familiar primordial, da maternidade. Por outro lado, esta é a forma mais “personalizada”, por contraste com a generalização coletiva das fotos no contexto de uma marcha ou outra manifestação. Trata-se de um jogo duplo, entre a socialização desta imagem com o público e a demarcação individual de um pertencimento familiar.

## **26 de julho – a data como suporte de memória**

Durante os dezesseis anos de *desaparecimento* as mães realizaram vários eventos para lutar contra o esquecimento e preservar a memória dos filhos desaparecidos. É muito comum a realização de missas e outras cerimônias religiosas. Em 26 de julho de 2006 assisti a uma missa organizada pelas mães. A missa realizada na Igreja São José, no centro do Rio de Janeiro, começou às 11:00 horas da manhã. Na parte da frente da igreja, ao lado direito do altar estavam as “Mães de Acari” e demais familiares das vítimas. A igreja encontrava-se bem vazia.



*Durante a missa as mães ficaram concentradas do lado esquerdo da igreja  
Foto: Danielle Barros*



*Igreja São José, no centro do Rio de Janeiro, vazia  
Foto: Danielle Barros*

Além das “Mães de Acari” estavam presentes outras mães e familiares de vítimas de outros casos de violência, como por exemplo, a mãe de um líder comunitário da Pavuna que foi assassinado por traficantes em razão de conflitos relacionados a distribuição de casas populares na região. Esta informação me foi passada por Vera enquanto eu lhe mostrava as fotos que havia tirado da missa. Em um encontro que tive com ela na sede da *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência* ela ia me explicando o caso de cada uma das pessoas que apareciam nas fotos.



*A presença de mães de outras vítimas de violência*  
Foto: Danielle Barros



*Uma mãe segurando panfleto com foto do filho assassinado*  
Foto: Danielle Barros

Durante toda a missa as mães eram fotografadas e filmadas por jornalistas,

enquanto algumas delas exibiam cartazes com a foto e a data do *desaparecimento* dos filhos. No decorrer da missa as mães eram solicitadas para entrevistas e reportagens. Em um certo momento Marilene leu um texto contando a trajetória do caso até os dias de hoje. Lembrou a ocorrência de outras chacinas como a de Candelária e Vigário Geral e chamou atenção para uma diferença do caso delas em relação a estes outros casos: a ausência dos corpos. Enquanto na Candelária e em Vigário Geral os corpos dos mortos puderam pelo menos ser enterrados, no “Caso Acari” após mais de dezesseis anos os corpos continuam *desaparecidos*. Em tom de indignação Marilene denunciou a indiferença com que foram tratadas durante todos esses anos e fez referência à Zuzu Angel, mãe de um *desaparecido político*, para dizer que: é um desacato retirar o direito de uma mãe enterrar seu filho.

#### “UM ENTERRO CRISTÃO AOS ENTES QUERIDOS”

Há exatos 16 anos, nesta mesma data, o retorno dos onze jovens, em sua maioria menores de dezessete anos, [foi cancelado]. Foram retirados de nossas vidas, sem qualquer tipo de explicação, vítimas de extermínio. Agora, mais do nunca, temos esta certeza. As denúncias nos levam a crer que estes jovens, pegos pelo fator surpresa, que não tiveram sequer o direito de defesa, foram barbaramente torturados e conforme denúncia, parte de seus corpos teriam servido de alimento a um casal de leões, em um sítio em Mauá. Nosso drama, longe de ser solucionado pois um dos denunciantes, não sabemos quem o diz, aponta este local, já apontado desde o princípio do inquérito. Um grande buraco ao lado da jaula desses animais seria a cova comunitária desses jovens. O que separa nós mães dos restos mortais dos nossos filhos é o grande muro: o da indiferença de uma Justiça que há dezesseis anos nos vira as costas. O outro, o que fecha o sítio, já que este foi vendido com todos os corpos que ali possam haver. Se buscamos na imprensa uma forma de denúncia, delicadamente somos intituladas de globetes. O tempo, nosso maior inimigo, torna o “Caso Acari” diferente. Diferente de Vigário, diferente de Candelária e de outras grandes *chacinas*, onde os corpos, maior prova de um crime, foram expostos a toda a sociedade. Nos transformaram assim de impotentes a incompetentes. Com certeza, as palavras ditas por Zuzu Angel, falam a nós, que no seu desespero diz que “desacato é tirar o direito sagrado de uma mãe enterrar o seu filho, já que morto”. De Rosângela de Souza Santos tenho além das fotos de sua infância, uma certidão onde consta o seu nascimento, nada mais sabemos. O desânimo é evidente, não sabemos contra quem lutamos ou quem luta contra nós. O que nos resta? Acreditar na justiça divina, que no seu devido tempo, o tempo de Deus, possamos ser compensadas com o direito de transpormos esses muros e chegarmos a um único objetivo: um enterro cristão aos nossos entes queridos. (Marilene)

#### **A morte de João Hélio e a manifestação na Candelária...**

A revolta, os protestos e as manifestações de indignação diante da morte violenta não são as mesmas em todos os casos, variam em intensidade e força conforme o perfil da vítima, sobretudo no que diz respeito às variáveis de classe e local de moradia. Há também uma forte dimensão moral que traduz percepções e representações em relação à vítima, que

inclusive influi muito na intensidade da indignação ou da falta dela. É como se houvesse necessidade de atestado de bons antecedentes para que a moral humanitária seja evocada em sinal de compaixão pela vítima. Quando ocorre uma morte violenta, um conjunto de perguntas com uma forte carga moral logo se coloca, com o objetivo de saber se a vítima era passível de compaixão ou não. Quem era a vítima? Era uma pessoa do “bem”, “boa” gente? Ou seria um menino de rua? Ou seria um bandido? Ou um favelado? Ou um traficante? Estas perguntas orientam a conduta de diferentes agentes envolvidos em cada caso particular: dos meios de comunicação, dos observadores (aqueles que recebem a notícia), da polícia, de mães e familiares, etc. Afinal, toda construção e classificação da noção de pessoa, na qual se expressam as hierarquias sociais, contêm também uma valoração moral.

Em relação à cidade do Rio de Janeiro, geralmente é quando morre uma pessoa de classe média – em que pese a imprecisão desse termo – que a indignação coletiva se manifesta com maior força. Quando morre um favelado, por exemplo, o clamor e a indignação despertados são muito menores e nos protestos que ocorrem em decorrência dessas mortes geralmente há menos gente, um número reduzido de manifestantes, que muitas vezes se resume apenas à família e alguns amigos, o que aponta para a dificuldade desses segmentos sociais de transformar casos individuais em causas coletivas. A não ser quando se trata de *chacinas*, que traumatiza pelo volume de mortos e provoca uma indignação mais generalizada – mas não por muito tempo. Mesmo tendo se tornado um caso emblemático e após toda a repercussão, inclusive internacional, o “Caso Acari” já não é capaz de aglutinar tanta gente nem conserva a força política do momento inicial. Boa parte de seu desdobramento inicial deveu-se à conjuntura em que ele ocorreu, o conturbado segundo mandato de Leonel Brizola: o caso galvanizou a atenção, concentrando assim as disputas e conflitos políticos daquele momento. Marilene, em suas falas, faz questão de observar que ela sempre chamava a atenção para o fato de que o tempo seria um inimigo, e constata que tinha razão. Segundo ela, com o tempo as pessoas comuns e as autoridades responsáveis foram se desinteressando, ficou cada vez mais difícil encontrar provas para fazer o processo andar e muitas pessoas que poderiam ajudar a elucidar o caso morreram sem ser ouvidas pela justiça. Além disso, há também uma espécie de competição de horrores: muitas outras *chacinas* se acumulam, desconcentrando a atenção e tornando mais difícil manter a visibilidade de um caso mais antigo e evitar que caia no esquecimento.

Pude perceber o acerto das observações de Marilene. Em julho de 2006 e

posteriormente em fevereiro de 2007 acompanhei duas missas-protesto, a primeira relacionada ao “Caso Acari” e a segunda relacionada ao “caso João Hélio”<sup>26</sup>. Na missa de dezesseis anos da *chacina* de Acari a igreja encontrava-se praticamente vazia, como se pode perceber pelas fotos já apresentadas na seção anterior, enquanto na missa de sétimo dia de João Hélio a igreja estava completamente cheia, não havendo espaço para todos em seu interior. Muita gente acompanhava do lado de fora, nas escadarias da igreja da Candelária. O governador Sérgio Cabral esteve presente e chegou a fazer um discurso durante a missa.

Enquanto discursava, lamentando a morte de João Hélio e prometendo tomar providências em relação aos “problemas violência e da segurança pública”, Sérgio Cabral chegou a ser vaiado. O fato de ter ido à missa prestar solidariedade à família de João Hélio não foi suficiente para conter a dor, a raiva e a indignação de muitos familiares de vítimas de violência. Mesmo tendo o padre pedido silêncio e solicitado que todos respeitassem aquele “espaço sagrado”, dizendo que ali não era lugar de política, os gritos e palavras de ordem continuaram. O fato de o governador chegar a se expor durante a missa para prestar explicação e anunciar medidas para alterar o quadro de violência no Rio de Janeiro, que segundo ele seriam tomadas em caráter de urgência, mostra a dimensão e o sentido que o caso ganhou.

Havia toda uma simbologia de protesto e denúncia que reafirmava o caráter político da missa, evidenciando a conexão entre ritual religioso e política, que nem os apelos do padre lograram desfazer. Misturaram-se, no evento, elementos próprios das práticas religiosas, e protesto político. Com terços e bíblias na mão misturados com cartazes, faixas, palavras de ordem e camisas com as fotos de parentes vítimas de violência, as pessoas que compareceram à igreja interpelavam o governo a se pronunciar sobre o que vinha sendo entendido como “crise da violência”, constituída sobretudo pela ocorrência continuada de assassinatos, *desaparecimentos* e balas “perdidas”. O protesto começava dentro da igreja e estendia-se para fora dela, com as escadarias da Candelária repleta de gente, faixas, fotógrafos e a imprensa. As mães aproveitaram para expor as fotos dos filhos e denunciar cada um dos seus casos. E lá estava Vera, lembrando o “Caso Acari”.

---

<sup>26</sup> No dia 15 de fevereiro foi realizada uma missão em homenagem ao garoto João Hélio que morreu após ser arrastado por sete quilômetros ao ficar preso no cinto de segurança do carro da mãe durante um assalto. A crueldade e o sofrimento envolvido nesse tipo de morte foi capaz de evocar um sentimento de compaixão em nível nacional. O “caso João Hélio” suscitou muitas reações e protestos.



*Vera com a foto da filha Cristiane durante manifestação na Candelária  
Foto: Fábio Araújo*



*Vera com outras “mães de vítimas de violência”  
Foto: Fábio Araújo*

Mas se todos estavam ali para denunciar a violência e reivindicar soluções, havia imprecisões e divergências em relação às medidas a serem tomadas. Podia-se identificar uma polarização entre dois tipos de palavras de ordem e reivindicações políticas. Um deles voltava-se sobretudo para políticas repressivas de controle, solicitando endurecimento penal, defendendo mais punição, redução da maioria penal, etc.; alguns chegavam a pedir castigos físicos. No outro pólo estavam as propostas de investimento em políticas sociais como forma de combater a violência.

O primeiro tipo usava palavras de ordem como “Olho por olho, vamos arrastar os assassinos pelas ruas” e frases criticando entidades e organismos ligados à defesa dos direitos humanos que enfatizavam o respeito aos direitos mesmo durante os procedimentos repressivos. Por exemplo, na menção à Ordem dos Advogados do Brasil: “A OABosta não quer leis duras para seus clientes ricos”. O segundo tipo de reivindicação dos manifestantes, incluindo as “Mães de Acari”, aparecia em expressões do tipo: “Quando falta educação sobra violência” e “Queremos respeito”.

É importante dizer que parte das associações de mães de vítimas de violência compartilha da visão que defende o endurecimento do sistema penal. Esse talvez seja o “lado obscuro dos direitos humanos” (Singer, 2003: 274). Mas a posição de Vera e Marilene, as duas mães que participam há mais tempo e com maior presença nos movimentos, não é essa. Elas acham que o que precisa ser feito é investir em políticas sociais que garantam o direito à infância, à adolescência e à juventude (muito embora não usem a linguagem dos direitos em muitos momentos de suas falas, esta é uma associação que pode ser feita sem dificuldade).

No ato estavam presentes vítimas de violência, parentes e amigos de vítimas, estudantes e muitos outros que estavam ali porque achavam que a responsabilidade de fazer alguma coisa para controlar a violência no Rio de Janeiro é de todos. Após a missa, a manifestação continuou com uma passeata que seguiu pela Avenida Rio Branco, rumo à Câmara Municipal, na Cinelândia, o cartão político da cidade. Podia-se perceber diferentes reações de quem passava pelo local ou trabalhava nas proximidades. Dos ônibus, muitos passageiros reclamavam da interdição de uma das pistas que atrapalhava o trânsito, outros olhavam, curiosos, a passeata. Do alto dos prédios uma chuva de papéis picados sinalizava o apoio ao protesto, enquanto na rua os manifestantes convidavam quem passava e quem estava nos prédios a se a eles.

Havia também os que olhavam com desprezo e desaprovação – houve até

momentos de tensão, inclusive confronto físico. Presenciei a seguinte ocorrência, enquanto os manifestantes pronunciavam seus gritos de protesto e suas palavras de ordem, um rapaz, que passava pelo local acompanhado de uma garota, começou a gritar e xingá-los, chamando os manifestantes de vagabundos e dizendo que tinham mesmo que morrer. Algumas mães, sentindo-se ofendidas, partiram em direção ao rapaz e tentaram agredi-lo com socos, tapas e golpes, usando suas bolsas. Uma delas estando com as mãos ocupadas contentou-se em jogar água de uma garrafa que portava no rapaz. Em revide, este partiu para agredir as mães. A cena despertou a indignação dos demais manifestantes, que prontamente passaram a defender as mães. Após o incidente, a manifestação seguiu até a Cinelândia, onde os manifestantes ocuparam as escadarias da Câmara Municipal e fizeram o ato final do protesto.

### A denúncia internacional

Como fica claro na citação a seguir, o núcleo da denúncia das “Mães de Acari” é que por serem mulheres, negras, pobres e faveladas elas são discriminadas pelo preconceito que impede seu acesso à justiça. Assim, vocalizam uma demanda por respeito e justiça<sup>27</sup>, que segundo elas, só passou a ser reconhecida como legítima quando a Anistia Internacional encaminhou uma denúncia internacional sobre o caso. A partir daí o caso passou a ter uma repercussão internacional. A convite daquela instituição, Vera e Marilene chegaram a fazer um *tour* pela Europa para divulgar o caso.

O caso avançou um pouco porque a Anistia Internacional tomou conta desse caso e mandou algumas cartas pressionando assim o nosso governo, pra que a coisa andasse e se procurasse esses onze jovens, mas nós sabemos que nós somos de uma comunidade carente, da favela de Acari, e que **é difícil procurar onze pobres**. Porque nós já encontramos, aí, casos de pessoas que já encontraram seus filhos, mas sempre de alta patente, nunca pobres e pretos. Infelizmente, é o que tá acontecendo no nosso caso, um **desrespeito** incrível, **fomos muito discriminadas, muito desrespeitadas** no início, mas assim que a Anistia Internacional tomou conta do nosso caso **passamos a ser mais ou menos respeitadas**. (...) Hoje eu tenho o respaldo da Anistia Internacional, já viajei esse mundo todo pra fazer reuniões, na Bélgica, na Alemanha, duas vezes na França, na Itália, todos os lugares desse mundo afora eu já viajei. (Vera)

---

<sup>27</sup> Vidal (2004) vem estudando as demandas por respeito entre as camadas populares urbanas brasileiras. Ele examinou como a categoria nativa de “respeito”, usada por moradores de uma favela de Recife (Brasília Teimosa) e por empregadas domésticas do Rio de Janeiro, “permite denunciar aqueles que recusam a reconhecer o pleno pertencimento à sociedade dos indivíduos em situação de inferioridade social (...)” . “Essa demanda por respeito expressa nas camadas urbanas populares brasileiras mostra (...) a importância do sentimento de pertencer à sociedade como forma de (...) pertencimento à humanidade” (Vidal, 2004: 20).

Nós fizemos muita divulgação internacional, toda a imprensa internacional que vinha e procurava falar com a gente, nós fazíamos a denúncia, e chegou aos ouvidos da Anistia Internacional e a Anistia Internacional... acompanhou muito, até hoje ela acompanha. Toda vez que vem algum representante da Anistia, de Londres, eles fazem questão de ver as mães, né. Por quê? Porque a... eles fizeram uma... tipo de uma adoção, cada país da Europa adotou um dos jovens, não pra... pra... pra... sustentar a gente não, pra divulgar e procurar divulgar no país e pressionar aqui o Brasil. (Marilene)

## **A denúncia via os meios de comunicação**

Os meios de comunicação têm sido um importante dispositivo de produção de sentido e significado político na vida social contemporânea. Por um lado, ajudam a cristalizar certos estigmas sociais e a legitimar as políticas de criminalização da pobreza e das lutas sociais. Por outro, tem aberto um importante espaço para a publicização de certas demandas sociais, como é o caso das que são portadores os movimentos e redes de mães e familiares de vítimas de violência. A meu ver, essa abertura aos pontos de vista populares por parte dos meios de comunicação dominantes parece estar relacionada ao fato de que o repertório desses movimentos, ao se basear no pressuposto geral e abstrato de busca pela paz, acaba na maioria das vezes diluindo o conteúdo das divergências políticas específicas. Em outras palavras: o léxico que expressa a demanda permite levá-la ao conhecimento público, mas à custa de tornar a reivindicação anódina, esvaziando uma “verdadeira” publicização da denúncia.

De qualquer maneira, está-se diante de uma forma de ação coletiva distinta dos modelos tradicionais da prática política, ligados aos partidos políticos e aos sindicatos. A linguagem dos sentimentos da qual esses movimentos de mães se valem parece mais palatável aos meios de comunicação. Talvez a explicação seja a estratégia discursiva adotada para generalizar a demanda por justiça: evitar a ênfase na relação entre injustiça, segregação social e opressão política. A *rationale* que as mães apresentam revelam tratar-se de uma crítica “interna” a um mundo comum. Segundo elas, aparecer na mídia é uma possibilidade de divulgar o caso para um número maior de pessoas, aumentando também a possibilidade de que apareçam informações sobre o caso e que as autoridades policiais e judiciais sejam provocadas a tomar alguma medida referente ao andamento do processo penal. Por isso é sempre preciso “incomodar”, como dizem elas, sem deixar o caso cair no esquecimento. O “núcleo duro” da crítica fica, por assim dizer, soterrado pelo repertório adotado para manifestá-la. Esquemáticamente, ele poderia ser apresentado da seguinte

maneira: a) “queremos paz, que é o oposto da violência sob a qual vivemos” (incidentalmente, note-se que, aqui, o oposto de “paz” não é “guerra”); b) para isso, é preciso um mundo justo que expresse a comum humanidade, em que a base das hierarquias sociais seja não a aquisição de superioridade pela força, mas pelo mérito de ações voltadas para o bem de todos; c) assim, a justiça, único meio de atingir a paz, é incompatível com a opressão e a discriminação; d) logo, não haverá paz sem a eliminação completa da opressão, que impede a existência de um mundo comum instaurando, em consequência, a “crise de violência” que se abate sobre todos, independente de suas posições de superioridade ou inferioridade (Boltanski; Thévenot, 1991). Fica no horizonte, portanto, a interpretação de que o repertório do movimento de mães, mais do que trazer à tona o conflito propriamente político, de uma certa maneira o reprime, deixando-o apenas presente nas entrelinhas de sua “judicialização”.



*A imprensa filma e fotografa enquanto Marilene lê um depoimento durante a missa de 16 anos  
Foto: Danielle Barros*



*Vera em manifestação na Candelária  
Foto: Fábio Araújo*

Sempre que algum veículo de comunicação aparece para cobrir os eventos, as mães logo se prontificam a pegarem seus cartazes e suas fotos para aparecerem diante das lentes da câmeras dos repórteres. Essa imagem das mães segurando as fotos dos filhos provocou um impacto tão forte que a escritora de novelas da Rede Globo, Glória Perez, chegou a convidá-las para participar de cenas da novela “Explode Coração”. Segundo a autora, ela se sentiu sensibilizada por também ter passado por uma experiência dolorosa de perda familiar quando teve sua filha assassinada.

### **O registro como denúncia: os livros sobre as “Mães de Acari”**

Dois livros foram escritos pelo jornalista Carlos Nobre para contar e celebrar a experiência das mães e o “Caso Acari”. Ambos constroem uma imagem das “Mães de Acari” a partir das peregrinações e contatos que elas vão travando na busca pela elucidação do crime. Numa espécie de relato jornalístico-testemunhal, o autor constrói o caso como uma espécie de “drama social” e vai apresentando situações nas quais as “Mães de Acari” interagem com outros atores, mostrando os percursos trilhados.

O primeiro, ““Mães de Acari”: uma história de luta contra a impunidade”<sup>28</sup>, contou com o prestigioso prefácio da ex-primeira dama francesa Danielle Miterrand, que tomou conhecimento do caso através do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap). Contou também com um elogioso texto na contra-capá assinado por Tânia Maria Salles Moreira, Promotora de Justiça da 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias que teve uma importante atuação em denúncias e investigações de grupos de extermínio na Baixada Fluminense. Foi escrito aproveitando a viagem que Marilene e Vera fariam à Europa, a convite de Danielle Miterrand e das Mães da Praça de Maio, para participar do *I Encontro de Mães de Desaparecidos*. O objetivo era, aproveitando a ocasião da viagem, usar o livro para denunciar o caso fora do Brasil. Da perspectiva deste trabalho, sua relevância está nas referências as mães com quem não pude manter contato pessoalmente: Ana, Joana e Tereza.

#### ANA

Além da dor emocional, Ana, a mãe de Hudson, sentia também dores físicas, mal-estar constante e usava calmantes para tentar amenizar a ansiedade, a angústia e o sofrimento. “Veja que coisa... Eu não conseguia acreditar que tinha perdido meu filho. Era demais para mim. Vivía tomando Diazepan para me acalmar. Acordava de madrugada com o corpo trêmulo. Meu corpo não agüentava. Naquela época eu nem penteava os cabelos. Vivía com uma touca na cabeça”. Ana sentia-se envelhecida precocemente. “Vi minha foto de touca na cabeça. Meu Deus, eu estava com a aparência de uma velha. E eu não sou velha! Aquilo me deixou chocada. Aí, passei a participar mais das coisas, a falar nas

---

<sup>28</sup> Este livro de Carlos Nobre também foi alvo das críticas do coronel Emir Larangeira (2004: 151-52): “Talvez o livro não justifique situar seu autor como escritor, não há nele qualidade que recomende a honraria, além de se incorrer no risco de ofender os verdadeiros artistas das letras. Entretanto, esse livro acabou se tornando importante prova, na medida em que Carlos Nobre teve o cuidado de gravar as entrevistas que fez com diversas pessoas e autoridades públicas, fixando no texto suas empolgadas opiniões, mentiras e até loucuras com elogiável habilidade. Não de escritor, é claro! (...) O livro, apesar de seu conteúdo sedicioso (ou exatamente por causa dele), foi deveras badalado. Tem prefácio de Danielle Miterrand, esta que garantiu incentivos financeiros da Fundação France Libertés para sua edição por meio do CEAP – Centro de Articulação das Populações Marginalizadas -, ONG dirigida pelo notório petista Ivanir dos Santos, figura política que, por conta da entidade que dirige, tem conseguido larga projeção midiática aqui e no mundo. Outra personalidade destacada é a promotora de justiça Tânia Maria Salles Moreira, que gravou seu recado na orelha da capa. (...) A promotora também mereceu do autor um particular agradecimento: “Sem a clarividência de Tânia Maria Salles Moreira muitas passagens deste livro estariam nubladas.” E foi essa mesma promotora quem espantou o mundo jurídico do Rio de Janeiro ao apologizar o uso da maconha em seus despachos ministeriais, aos quais passou a juntar texto de sua autoria a respeito da *cannabis sativa*, assim constringendo juízes ao pedir arquivamento de processos criminais favorecendo traficantes. Demais, ela teve problemas com alguns seus colegas que não misturam dever de ofício com ideologias”.

entrevistas, a buscar a vida novamente. Voltei ao que era” (Nobre, 1994: 46). Entrou em um estado de prostração, desanimou-se diante da vida: “Antes chegavam os repórteres fazendo perguntas e eu não estava nem aí para o mundo. Vivia igual a um zumbi, aqui em Acari. O *desaparecimento* do meu filho, um rapaz lindo, educado, fino, me arrasou” (Nobre, 1994: 46).

Ana reclamava da cobrança da família, da culpa que recaiu sobre sua pessoa em razão dela ser a mãe. “Qualquer dor, não sei, a gente lembra logo da mãe da gente. Até os seis anos, ele foi criado pela avó, minha mãe” (ibidem: 46). A maior cobrança, parece, vinha da própria mãe, no sentido de que ela não soubera educar o filho, mantê-lo afastado das “más influências”: “Minha mãe me disse que eu era culpada pelo seqüestro do meu filho. Ela não admitia que Toninho tivesse desaparecido. Achava que eram as amigas dele... Mas como a gente ia proibir ele de andar por aí, na favela? Vou te falar uma coisa: não me sinto culpada. Aconteceu porque tinha de acontecer, apesar de ter dito a ele para não ir ao passeio porque... Não sei, fiquei com medo” (ibidem: 47).

## JOANA

As mães souberam do *desaparecimento* dos filhos através de uma reportagem publicada no jornal O Povo. Segundo esta, os jovens haviam sido seqüestrados. “Toda vez que meu filho era espancado, eu sentia as pancadas no meu corpo” (Nobre, 1994: 44). Essa frase de Joana, mãe de Édson, revela que o drama da ausência dos filhos provocava dores e sofrimentos tanto emocionais quanto físicos. Joana trabalhava na limpeza de um hospital, e tanto lá como em casa, sentia o corpo cansado e ferido. Segundo a narrativa de Carlos Nobre, Joana sentia-se como se estivesse passando por um interrogatório, pendurada em um pau-de-arara e isso dava a ela a certeza de que Édson estava sendo torturado enquanto era mantido como refém. “Por incrível que pareça, quando faltavam três dias para o Guinho completar 17 anos, meu corpo voltou ao normal. Não sentia mais o inchaço das pancadas. Parece que limpou tudo. Aí eu pensei: acho que o Édson parou de apanhar ou foi morto” (ibidem: 45).

Nesse período Joana também teve que recorrer a calmantes para manter uma vida normal. Depois que Joana passou a ter sensações de espancamento, “sua relação com Édson passou a outro nível do inconsciente” (ibidem: 49). Como disse Joana, segundo o autor: “Quando os sonhos de tortura terminaram, eu tive outro tipo de sonho. Estava

deitada na cama e o Édson chegou. Estava bonzinho, muito bem. Abriu a porta, pulou em cima de mim, em cima das irmãs e foi embora. Essa imagem dele, tão feliz, eu nunca mais esqueci. Daí em diante ele não apareceu mais” (ibidem: 49).

## TERESA

Teresa, mãe de Luiz Carlos, provavelmente foi quem apresentou o caso mais contundente de somatização. Sua história tem certa especificidade. Casou contra a vontade da mãe, porque seu marido era alcoólatra. O primeiro filho (Wilson) começou a apresentar problemas de saúde aos três anos – além de deficiência mental tinha epilepsia, o que o obrigava a tomar uma medicação constante. O segundo (Carlinhos) morreu aos dois meses. O terceiro e último foi Luiz Carlos que, tal como seu irmão, apresentava problemas mentais, por isso era apelidado de “Maluquinho”. Todas essas experiências levaram-na a esterilizar-se aos 30 anos de idade (Freitas, 2000: 74).

Após o *desaparecimento* de Luiz Carlos, Tereza chorava pelos cantos, se recusava a reconhecer que o filho tinha sido vítima de uma tragédia e teve uma gravidez psicológica. Ao contrário de outras mães, não quis participar das buscas em Magé. “Fiquei doente logo que soube” (Nobre, 1994: 44). O primeiro sinal da doença foi o crescimento da barriga. “O doutor me examinou, fez perguntas e pediu que eu voltasse ao hospital. Quando voltei, me mandaram de novo ao tal ginecologista. Estavam me jogando um para cima do outro. Na minha casa, toda pesada, aquele barrigão, comecei a pensar. O que é isto? Que barrigona é essa?” (Nobre, 1994: 44). As amigas já estavam começando a providenciar o enxoval para o bebê, mas Teresa teve uma intuição de que o enxoval só deveria ser concluído quando o bebê nascesse. O médico resolveu encaminhar Teresa para uma psicóloga, que após ouvir o drama da gravidez inesperada de Teresa, tentou, em primeiro lugar, confortá-la, dizendo que o bebê poderia representar uma nova vida.

Teresa passou a freqüentar uma igreja evangélica. Essa igreja também foi cenário dos sonhos de Teresa. Segundo Nobre (1994: 50), ela se via reconfortada pelo sermão do pastor, que falava sobre os vivos e os mortos. De repente, carros da polícia chegavam na igreja para fazer uma operação para prender um traficante infiltrado entre os evangélicos. No sonho, Tereza saía correndo da igreja para ir avisar Luiz Carlos. “Eles não podem saber que o Luiz Carlos está em casa. Vou correndo ver se ele continua lá”.

Nesta seqüência, Teresa passou pelas mãos de ginecologista, psicóloga, igreja

evangélica. Uma amiga sugeriu que procurasse também um terreiro, pois parecia “troço feito”. Tereza aceitou o conselho e, na primeira consulta, em Coelho Neto, a mãe-de-santo disse que aquela barriga era mesmo “coisa feita”. “Na época, em 1990, ela pediu cerca de Cr\$ 50 mil para desfazer o trabalho que tinham feito contra mim. Eu e minha mãe fomos à Caixa Econômica Federal, tiramos o que tínhamos e demos o que ela pediu. Depois disso, minha barriga começou a diminuir e sumiu” (Nobre, 1994: 51).

O segundo livro: ““Mães de Acari”: uma história de protagonismo social”

O segundo livro, publicado em 2005, atualiza a história onze anos depois do primeiro livro ter saído. Ao contrário do primeiro, este foi alvo de críticas por parte das mães. Segundo Marilene, por exemplo, o livro foi escrito à revelia das mães, que só ficaram sabendo de sua existência pelo convite para o lançamento. O próprio conteúdo também é objeto de crítica. Marilene enumerou dois pontos de que não gostou: de terem sido chamadas de lobistas sociais (Nobre, 2005: 141-47), e dos comentários sobre as críticas das mães a respeito de pessoas com quem elas interagiram durante o desenvolvimento do caso, as quais seriam de caráter confidencial e não deveriam ser tornadas públicas.

Outra crítica das mães diz respeito aos direitos autorais do livro, mas não se refere apenas ao livro de Carlos Nobre. Marilene e Vera argumentam que muitas pessoas ou entidades se aproveitaram da história delas para ganharem dinheiro ou dividendos políticos. Essa crítica é dirigida explicitamente, por exemplo, ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP). Havia intenções de se fazer um filme a partir do livro de Carlos Nobre. A esse respeito Marilene fez o seguinte comentário:

Existe essa história [do filme]. Eu não sei se... porque quem chegou com essa história foi o Carlos Nobre. Mas não foi avante não, não foi avante. E eu estou torcendo para não ir. Sabe? Não tenho interesse nenhum em fazer filme para ficar enriquecendo bolso de ninguém. Entendeu? Até porque as mães também não têm essa [pretensão]. Nós não temos pretensões. O nosso objetivo é nossos filhos. Não tenho pretensão de enriquecer, não quero nada disso. Eu quero a minha filha, saber onde está minha filha, o que aconteceu, e esse direito, essa pensão de dois ou três salários, para minha sobrevivência. Não é enriquecer, ficar famosa. Isso não me interessa. Nem eu e tenho certeza que nenhuma das mães. (...) A gente vai entrar com uma ação. Não contra ele, mas para que ele não seja comercializado, o livro não venha a ter fins lucrativos. Porque ele está vendendo o livro. Pode ter vendido um ou dois, ele não vai enriquecer, mas ele está vendendo. Então nós não estamos tendo nada com o livro. Então, que seja revestido lá

para o Centro Cultural<sup>29</sup>. Entendeu? Esse é o nosso interesse. Agora, eu não sei. Não sei. Porque esse filme implica em que a gente vai ter que dar direitos autorais, aí ele vai ter direito autoral sobre uma coisa que não é dele, que é minha: que é minha história e a história das outras mães, filhos nossos. E aí implica em muita coisa que a gente acaba se aborrecendo. No princípio, quando na época o “Caso Acari” ia virar filme, o Ceap junto com o Nobre começaram a discutir e acabou não tendo o filme e eu acho que Deus vai colocar a mão dele, sabe, e falar: “Oh, não, não tem que ser”. Porque, sabe, é desgastante você lidar com as pessoas. (Marilene)

---

<sup>29</sup> Trata-se do Centro Cultural Areal, fundado pelas “Mães de Acari”.

# O testemunho de um sistema perverso

Livro do jornalista Carlos Nobre denuncia a dor das 'Mães de Acari'

UCLINTON FARIAS ALVES  
JORNALISTA E ESCRITOR

A nova edição do livro *Mães de Acari: uma história de protagonismo social*, de Carlos Nobre, só lembra vagamente a velha brochura lançada em 1994 (Relume Dumará), na qual vinha o singular prefácio de Danielle Mitterrand, então primeira-dama da França, de companhia com um depoimento da promotora de Justiça da 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias, Tânia Maria Salles Moreira.

O livro atual, além de reforçar os propósitos na direção de "uma história de luta contra a impunidade", amplia em muito a nossa visão sobre a ação do crime organizado no país, especialmente ao redor das grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, e, neste caso específico, na Baixada Fluminense.

Carlos Nobre, ao falar da experiência de vida vivida por Marilene Lima e Souza, Vera Lúcia Leite Flores, Edméia da Silva Eusébio, Teresa Souza Costa, Ana Maria da Silva, Joana Euzimar dos Santos, Laudicena Oliveira do Nascimento, Denise Vasconcelos, Ednéia Santos Cruz, Maria das Graças do Nascimento e Márcia da Silva retrata, simbolicamente, a dor de milhares de mães que, numa circunstância ou outra, também perderam seus filhos e entes queridos, seja para os grupos de extermínio, seja para o tráfico de drogas, ou, ainda,

para a vingança comandada por maus policiais, parte do qual é tema desse livro.

Naquele primeiro livro, Carlos Nobre, um experiente jornalista investigativo, que já conquistou dois Prêmios Esso, trouxe à baila o emocionante depoimento de 11 mulheres, as "loucas de Acari", cujos filhos, entre 16 e 32 anos, foram sequestrados e mortos misteriosamente na localidade de Suruí, em Magé. O crime, conferido a policiais, até hoje não foi solucionado, e os corpos dos jovens e adultos chacinados continuam sendo procurados pelos seus familiares.

Na publicação de 1994, Carlos Nobre revelava a luta de 11 mulheres, todas faveladas, em busca de justiça aos crimes praticados. Por essa luta, vista assim gloriosa, receberam o epíteto de "Mães de Acari", corporificando um movimento que representa, até hoje, a expressão mais forte em favor dos direitos humanos no Brasil.

O resultado do reflexo desse movimento de mulheres intemoradas, e que o autor denomina "protagonismo social", direciona e promove o desdobramento do novo livro. Com ele, Carlos Nobre nos dá exemplos de outras experiências de organizações femininas, formadas a partir das tragédias sociais e de vidas.

O caso mais notório surgiu durante a ditadura militar argentina, nos anos 1970, com as "Locas de la Plaza de Mayo", ou o caso das irmãs conhecidas como "Las Mariposas", que abalou os alicerces políticos da República Dominicana, cuja in-

surreição provocou a morte do general Trujillo, mandatário da nação. Sem contar ainda as investidas de mulheres fortes, como Mari Pereira Soares, que após ir 40 vezes a uma delegacia de polícia, sob toda sorte de ameaças, por não se conformar com a impunidade, enfrentou

**No mundo inteiro existe um forte movimento por desaparecidos**

um grupo de extermínio a fim de que a justiça fosse estabelecida, em uma região onde a lei tinha peculiaridades especiais para ser cumprida.

No mundo inteiro existe um forte movimento por desaparecidos, seja da Bósnia, Índia, França, Argentina, Iraque, países africanos, Estados Unidos, ou de qualquer outra parte. Es-

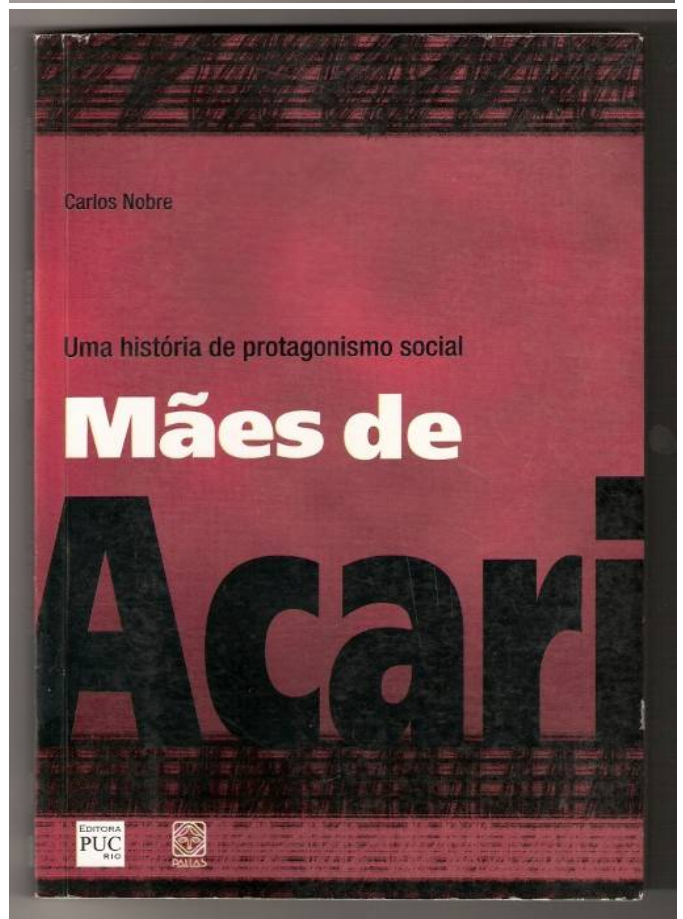
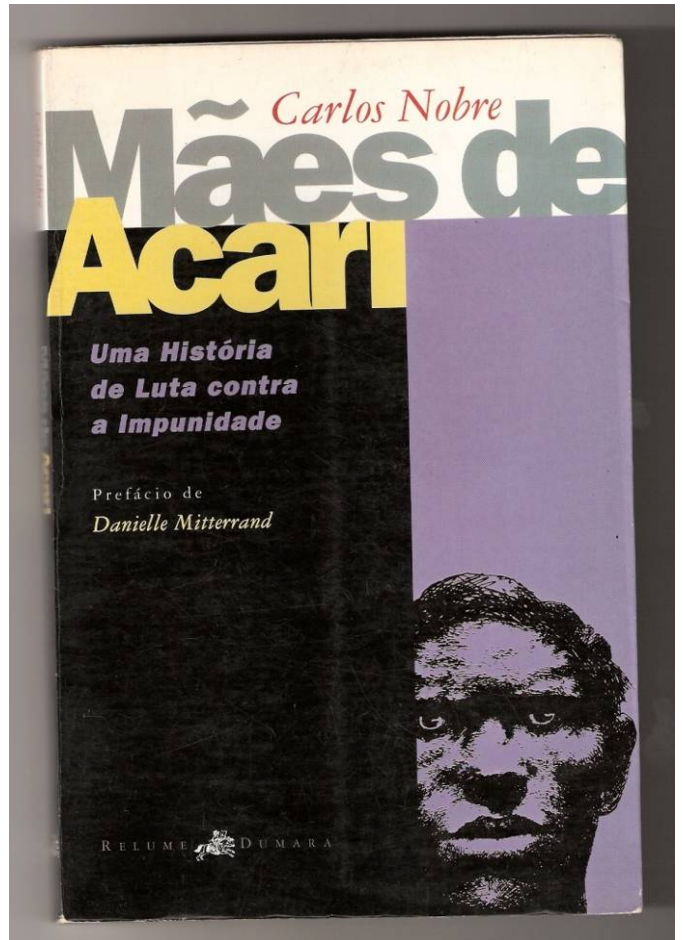
se movimento exemplar, em busca de uma certeza, a do encontro com a morte, representado para essas mulheres oriundas de uma confortável vida de classe média ou de uma favela, a corrosão do caráter social que acaba por atingir a todos, homens, mulheres, adultos, jovens e crianças.

No Brasil, pela sua característica multirracial, as maiores vítimas desse sistema perverso têm sido sempre as comunidades pobres e faveladas. O exemplo disso está nas chacinadas de Vigário Geral e da Candelária. Como é o caso dos filhos das "Mães de Acari", elas que até agora não só sobreviveram à tragédia, mas que continuam dando para o mundo o testemunho vivo que lutar pela dignidade da vida ainda é uma tarefa que vale a pena enfrentar corajosamente.

Alencina Toraldo



PROTESTOS e missas marcaram as manifestações contra a polícia e o crime...



Em relação ao conteúdo do segundo livro, um aspecto que desejo assinalar é o registro das já mencionadas viagens à Europa. Foram duas, uma a convite de Danielle Miterrand e outra da Anistia Internacional. Como foi dito, Danielle Miterrand tomou conhecimento do caso a partir de contatos com o CEAP, que mantinha relações com entidades francesas ligadas à defesa dos direitos humanos. Danielle Miterrand esteve no Brasil em setembro de 1992, onde conheceu as “Mães de Acari” em uma reunião na sede do CEAP, ouviu suas histórias, prometeu apoio e solidariedade.

#### A VISITA DE DANIELLE MITERRAND E O ENCONTRO DE MÃES DE DESAPARECIDOS EM PARIS

Prometeu a apoiar a produção de um livro contando a história das mães e, ao mesmo tempo, convidou-as a participar do Encontro de Mães de Desaparecidos Políticos de 1994, em Paris. Nesse encontro estariam presentes as Mães da *Plaza de Mayo*, que desde os anos 1970, procuravam por seus filhos desaparecidos durante a ditadura militar Argentina. Do encontro iriam participar, ainda, mães que tinham perdido filhos na Guerra da Bósnia, mães indianas, mães russas, enfim, uma gama de mulheres que, em várias partes do globo, tinham uma única proposta: barrar a violência e reencontrar os corpos dos filhos desaparecidos em circunstâncias de extermínio político e social. (...) No início de 1994, Vera e Marilene receberam o convite formal para participarem do encontro de mães de desaparecidos em Paris. Para elas fora, em última análise, uma espécie de consagração íntima da luta que vinham mantendo no Rio de Janeiro, e que emocionava o Brasil. Isto porque os brasileiros já torciam francamente para que as “Mães de Acari” encontrassem os corpos dos filhos e que a justiça punisse os assassinos. (...) No final do encontro, todas as mães produziram um documento sobre seus casos específicos, mostrando em que grau estava a situação jurídica e policial. No documento brasileiro, além de se contraporem às injustiças e ao extermínio de jovens, as mães chamaram atenção para o assassinato de Edméia, uma das líderes do grupo, quando buscava informações sobre o paradeiro dos filhos. Depois, o documento final do encontro foi entregue à secretaria-executiva da ONU, que o redistribuiu, com a chancela da organização mundial, a milhares de organizações de direitos humanos espalhadas pelo mundo e aos governos das mães que estiveram no encontro de Paris (Nobre, 2005: 33-4).

Mais tarde, Vera e Marilene voltariam de novo à Europa a convite da Anistia Internacional.

#### O TOUR POLÍTICO PELA EUROPA COM O APOIO DA ANISTIA INTERNACIONAL

A viagem a Paris teria uma nova edição. Dessa vez, o convite partira da Anistia Internacional, entidade de grande prestígio mundial, sediada na Inglaterra e com filiais em diversos países. A entidade luta pelo cumprimento dos direitos humanos em todo o mundo. A Anistia Internacional convidara as “Mães de Acari” para fazer um *tour* político, em 1996, por seis países europeus (Itália, Suíça, Dinamarca, Alemanha, Inglaterra e Áustria). Com um roteiro previamente traçado por essa famosa organização de direitos humanos, o objetivo era buscar apoio na Europa para criar condições materiais de o movimento das “Mães de Acari” continuar atuando para encontrar os corpos dos filhos e, assim, obter financiamento para um projeto mais amplo, isto é, fazer um levantamento do número de crianças e adolescentes

desaparecidos no Brasil. E, ao mesmo tempo, garantir apoio para os parentes das vítimas. (...) Como o movimento das mães suscitara o ressurgimento de outros casos graves de desaparecidos no Brasil, elas acharam que deveriam dar apoio aos novos grupos de mães que não sabiam como encaminhar as queixas e temiam chegar às portas das delegacias. Na verdade, as “Mães de Acari” – com o *tour* de 20 dias por países europeus – queriam não só fixar a marca do grupo em setores estratégicos de direitos humanos nos países visitados, como também estimular no Brasil, após sua volta, o surgimento de organizações de mães de vítimas do aparelho policial e dos grupos de extermínio. A intenção mesmo era estimular as novas militantes a perderem o medo da polícia e, ao mesmo tempo, denunciarem à opinião pública que a morte de pobres era regra, e não exceção, num país tradicionalmente injusto contra as classes populares. (...) Vera lembra que, antes do retorno ao Brasil, a Anistia Internacional e as diversas entidades envolvidas na visita das “Mães de Acari” adotaram a seguinte estratégia: cada nação apadrinharia um dos onze desaparecidos de Acari. Isso se refletiu em milhares de cartas vindas dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, cobrando, das autoridades federais e estaduais, a solução para o “Caso Acari”. A pressão chegou ao ponto de determinados organismos públicos receberam 150 cartas por dia. (Nobre, 2005: 36-40)

No capítulo seguinte, procuro estabelecer um diálogo entre a experiência das “Mães de Acari” e a das Mães da Praça de Maio.

Mães de Acari, da praça de maio e outras tantas por aí  
Entre o conflito e a indecisão

As vítimas não encontradas  
Somos todos nós  
Os que não demos adeus e nem rezamos  
Nos cemitérios clandestinos da justiça

Não se preocupe comigo  
Mas eu não volto mais pra casa não

Não se preocupe comigo  
Mas com o que me aconteceu  
Eu sumi, e eles podem levar um outro filho seu  
Sem corpo, sem prova, sem prova, sem crime  
O sal da lágrima fica no gosto e ao costume da língua  
Em duas falas diferentes

As vítimas não encontradas  
Somos todos nós  
Os que não demos adeus e nem rezamos  
Nos cemitérios clandestinos da justiça

(Não se preocupe comigo – Marcelo Yuka)

### 3. CONTRAPONTO ARGENTINO: PASSADOS PRESENTES

É possível propor, sem deixar de levar em conta os diferentes contextos e significados, uma certa aproximação entre a experiência das “Mães de Acari” com experiências forjadas no bojo da luta contra as ditaduras latino-americanas, particularmente no que diz respeito às “causas primeiras da luta” – a morte e o *desaparecimento* de pessoas – e aos formatos de protesto. Nesse sentido, a experiência das Mães da Praça de Maio, da Argentina, parece ter sido não só inovadora como também instituinte de novos formatos de protesto. Sem dúvida, a eficácia simbólica conquistada proporcionou às mães ocuparem um importante espaço público e este êxito inspirou, no Brasil, tanto o Grupo Tortura Nunca Mais como, posteriormente as “Mães de Acari” a travarem suas lutas, neste último caso mesmo que de maneira mais espontânea e inconsciente, como Marilene dá a entender:

Olha, você sabe... Eu antigamente não sabia que existia. Pra você ver, eu, apesar de ver muita televisão, ouvir falar das Mães da Praça de Maio, eu nunca tive a pretensão de imitar, entendeu, porque cada caso é um caso. Não tinha, não existia na gente essa pretensão de imitar as Mães da Praça de Maio.

Para os fins desta pesquisa, o que desejo ressaltar é o uso político que é feito da maternidade e da morte neste tipo de processo social. As práticas reivindicativas aqui referidas partilham de “modelos de agir social” elaborados a partir da tensão entre a vida (representada pela maternidade) e a morte.

#### **Os rituais de protesto das Madres de Plaza de Mayo**

Logo que as “Mães de Acari” se colocaram em movimento e começaram a aparecer na imprensa e nos meios de comunicação de um modo geral, surgiram referências e comparações com as Madres de la Plaza de Mayo, da Argentina. Jornais e revistas passaram a associar a luta das “Mães de Acari” às conhecidas “Locas da Praça de Maio”, começando a referência pela nomeação atribuída ao grupo (Locas de Acari) e passando pelas causas da luta, particularmente a procura dos filhos desaparecidos.

No dia 21 de agosto de 1991, a *Revista Isto é* publicou uma matéria com o título

Locas de Acari<sup>30</sup>, contendo acima deste título, em letras menores, a expressão “Extermínio de Menores”. Em seguida, no primeiro parágrafo, a associação com as *madres* argentinas:

A triste história das “Madres de la Plaza de Mayo”, as argentinas que até hoje procuram os filhos desaparecidos na ditadura militar, tem uma réplica no Brasil. A milhares de quilômetros de Buenos Aires, na favela de Acari, miserável localidade da zona norte do Rio de Janeiro, um grupo de Mães também consome seus dias numa procura insana – e salvo um milagre, inútil. Seus filhos sumiram na repressão dos grupos de extermínio que, só no ano passado, matou 427 menores no Estado Rio. A ação dos assassinos, desta vez, criou um símbolo – as “Mães de Acari”, como ficaram conhecidas as seis mulheres que, há mais de um ano, buscam pistas do paradeiro dos filhos. (Istoé Senhor, 21/08/1991, p.28)

Conexões visíveis ou ocultas, lembradas ou esquecidas, podem ser estabelecidas entre a atuação dos “familiares de vítimas da repressão política” de ontem e os “familiares de vítimas de violência policial” de hoje, como se estes dois momentos históricos, numa espécie de montagem surreal, pudessem revelar conexões esquecidas ou ocultas do presente com o passado através da justaposição de imagens. Imagens onde violência e poder se ritualizam e se reatualizam. Várias ações e imagens unificam estes dois momentos: o seqüestro pela polícia, a tortura, a morte e o *desaparecimento* de corpos. A categoria *desaparecido* reveste-se carregada de significado e eficácia simbólica, sendo quase impossível enunciar esta categoria sem remeter a suas referências acumuladas nas experiências dos familiares dos desaparecidos políticos. Na Argentina, por exemplo, entre os diversos organismos de direitos humanos envolvidos na questão dos presos e desaparecidos políticos, chega-se a falar em 30.000 desaparecidos, o que revela uma nação perfurada pelo “espaço da morte” e pela “cultura do terror”, tal como descrita em outro contexto por Taussig (1993).<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Sobre a matéria publicada na Revista Isto é, conferir Anexo 1.

<sup>31</sup> Nesse ponto vale a pena assinalar uma diferença fundamental entre a experiência dos “familiares de vítimas da repressão política” e os “familiares de vítimas de violência policial”, qual seja, uma diferença de classe e de “imunidades sociais”. Enquanto os presos políticos tiveram toda uma legitimação em suas reivindicações por direitos humanos e suas versões e memórias foram privilegiadas e reconhecidas como as fontes mais legítimas para contar este período da história as “Mães de Acari” (e outros movimentos de mães e familiares de pobres vítimas de violência) tiveram antes que romper duplamente com a condição de falar de um lugar de despossuído e de um lugar criminalizado. Os dados do projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, mostram que o perfil dos atingidos pela repressão militar era predominantemente das classes médias, tendo a maioria dos denunciados ou processados cursado o ensino superior, tendo concluído ou não. Num país em que a escolarização ainda não foi suficientemente democratizada isso é um dado importante. Com isso não quero dizer que as classes trabalhadoras ou classes populares não sofreram com a ditadura ou não participaram da luta contra a repressão, quero apenas sugerir que na construção da “denúncia pública” - tal como Luc Boltanski (1990) a define - os presos políticos e seus familiares, mesmo que também tenham sido criminalizados sob rótulos como “subversivos” ou “terroristas”, tiveram maior sucesso na busca de visibilidade para a violência sofrida.

O terror produzido pelos regimes militares deixou marcas em praticamente todos os países da América Latina. Ariel Dorfman, citado por Taussig (1993: 26), conta que existe no campo chileno uma história sobre o que acontece quando uma criança é raptada por uma bruxa. A fim de quebrar a vontade da criança, as bruxas quebram os ossos e costumam as partes do corpo de maneira anormal. “A cabeça é virada para trás, de um tal modo que a criança tem de andar de ré. As orelhas, os olhos e a boca são costurados. Essa criatura recebe o nome de *Imbunche*, e Dorfman sente que a junta militar sob Pinochet fez cada chileno e o próprio Chile em um Imbunche.” Ainda que os ossos de cada chileno não tenham sido quebrados, cada chileno se sente como um Imbunche. De tão arbitrário, o controle chegava a ser absurdo e constituía-se assim em um espaço de mortos na terra dos vivos – as pessoas se tornam semelhantes a coisas, alimentando e reforçando a densidade mítica do espaço da morte. O mundo oficial se empenha em criar uma realidade mágica. Dificilmente se encontra algum oficial militar que assuma e reconheça a existência da tortura e da morte provocada nos porões da ditadura. Da mesma forma que os nazistas negavam a existência dos campos de concentração. A monstruosidade da experiência concentracionária era tal que os oficiais se divertiam alertando aos prisioneiros que, de tão absurdos que eram os acontecimentos, ninguém acreditaria nos relatos dos que porventura sobrevivessem (embora todos os cuidados fossem tomados no sentido de apagar qualquer vestígio da existência dos campos).

Os *desaparecimentos* começaram em 1974-75 nos campos de concentração argentinos. Pilar Calveiro escreveu uma tese de doutorado refletindo sobre sua própria experiência de seqüestro, por um comando da Aeronáutica em 7 de março de 1977, e como prisioneira política em um centro clandestino. Ela afirma que para o prisioneiro a vida não se move, não vem ou vai, a vida sem afetos, a vida em meio da dor é quase como a morte e ainda assim o homem está vivo, a morte antes da morte. *Campo de concentração* é apresentado, no texto de Calveiro, como um conceito político que toma sua energia de um intento de reconstruir a figura do humano sob o império do terror e da tortura, desse limite do político, segundo a autora, consagra-se a emergência dos “depósitos de corpos condenados” (Calveiro, 2004). Um poder que produz relações reificadas, onde a pessoa humana é hierarquizada em graus de humanidade e no limite desumanizada. Daí surge uma nova classificação de pessoa: *a pessoa matável*.

Mas diante da morte pode surgir também um “sentimento mais vívido pela vida”

(Taussig, 1993: 29). As Mães da Praça de Maio<sup>32</sup>, ao longo do tempo, construíram um riquíssimo repertório de símbolos e práticas políticas. Diante de um poder baseado no terror e que asfixia qualquer possibilidade de comunicação, elas desenvolveram diversas práticas para conseguirem comunicar-se publicamente. Comunicação que ia no duplo sentido de identificar quem estava passando pela mesma situação – a do *desaparecimento* de familiares, os filhos principalmente – e por outro lado, denunciar e mobilizar apoio e solidariedade na luta contra aquilo que seria um inimigo comum contra o qual todas as forças e todos os esforços deveriam se dirigir: o estado militar totalitário. Nesse processo cria-se a identidade social e política dos “familiares de desaparecidos políticos”.

A condição feminina<sup>33</sup> e o uso político do repertório da maternidade, que remete aos *laços primordiais*, foi manipulada por estas mulheres para generalizar o apoio, criando a categoria de “familiar da vítima”, em uma estratégia de legitimação pública e ao mesmo tempo demarcação de fronteiras identitárias. Isso ocorre tanto entre as Mães da Praça de Maio como entre as “Mães de Acari”.

Em um documento intitulado *História De Las Madres De Plaza De Mayo*<sup>34</sup>, que reúne basicamente os discursos pronunciados por Hebe Bonafini, sem sombra de dúvida a mais conhecida e polêmica das *madres* argentinas, são relatadas as primeiras movimentações das mães dos desaparecidos.<sup>35</sup>

Embora diversas entidades e organismos atuem no campo dos direitos humanos na Argentina, cada uma com questões específicas, uma questão faz com que muitas delas se comuniquem: o *desaparecimento* político. Este tema está no centro do campo dos direitos humanos. Outras entidades têm se dedicado a questões como o da violência policial contra as classes populares nos dias de hoje, porém mesmo nesses casos percebe-se uma referência forte aos movimentos de luta contra a ditadura, sobretudo em relação à experiência organizativa das *madres* e aos formatos de protesto que estas desenvolveram.

---

<sup>32</sup> As Madres de Plaza de Mayo tiveram sua primeira ruptura em 1987, formando-se então duas entidades. Ambas levam o nome Madres Plaza de Mayo e uma delas agregou a expressão Linha Fundadora, ficando com os seguintes nomes: *Asociación Madres Plaza de Mayo* e *Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora*. Conta-se que um dos motivos principais do “racha” é a postura intransigente de Hebe Bonafini, uma das figuras mais importantes entre os organismos de direitos humanos. Entre as divergências das duas organizações consta os diferentes posicionamentos referentes à indenizações, exumações e ao uso individual ou coletivo dos nomes e das fotos dos desaparecidos políticos nos eventos e rituais das mães.

<sup>33</sup> Também no caso do Grupo Tortura Nunca Mais, embora haja a participação de alguns homens, as mulheres são ampla maioria.

<sup>34</sup> Todas as citações a seguir, em espanhol, referem-se a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* (1999).

<sup>35</sup> Ilustrando os discursos de Bonafini há uma série de fotos, algumas dessas fotos podem ser visualizadas no Anexo 2.

Na verdade, existe uma forte disputa pelos usos políticos da memória sobre a ditadura e nesse contexto, vem se estabelecendo uma ponte entre a ditadura e as lutas sociais e políticas de hoje. Neste processo muita coisa se ritualiza e reatualiza.

Não é meu interesse aqui mapear o campo dos direitos humanos na Argentina; desejo apenas apontar que, a partir dos *desaparecimientos políticos* que se tornaram comuns na Argentina (chega-se a falar em 30.000 mil desaparecidos), forjaram-se nesse país perfurado pelo terror do espaço da morte ricas experiências de protesto que têm apoiado e alimentado muitas lutas sociais nos dias de hoje. Ênfase aqui sobretudo as experiências das *madres* e dos movimentos de familiares, porque se relacionam mais diretamente com a atuação das “Mães de Acari”. Evocando sempre os laços primordiais (entre o filho e a mãe sobretudo) e ressignificando a maternidade, foram sendo elaborados rituais de protesto e práticas simbólicas ricas de significados políticos. São essas "tecnologias de protesto" que pretendo assinalar, pois, acredito eu se trata da manipulação criativa de um universo simbólico que articula morte e maternidade, misturando a linguagem religiosa com a linguagem política. Eis entre as duas experiências um princípio de semelhança.

### **A praça, a marcha, os pañuelos, as fotos: as armas dos fracos**

Hebe Bonafini, que teve três filhos desaparecidos pelos militares argentinos, conta que as primeiras movimentações começaram com idas e vindas ao Ministério do Interior, polícia, igreja, partidos políticos ou alguns políticos que lhes davam alguma abertura. Havia ainda algumas organizações de direitos humanos: a Liga, a Assembléia, Familiares, que também acudiam as *madres*. Cansadas de bater nas mesmas portas e não conseguirem nada decidiram ir à praça e elaborar uma carta solicitando uma audiência com o presidente para que lhes dissessem o que havia se passado com seus filhos.

Y así fuimos por primera vez un sábado. Nos dimos cuenta que no nos veía nadie, que no tenía ningún sentido. Era un 30 de abril. Decidimos volver a la otra semana un viernes. Y a la otra semana decidimos ir el jueves.

Mucha gente se pregunta por qué habiendo otros organismos las madres fuimos a la Plaza, y por qué nos sentimos tan bien en la Plaza. Y esto es una cosa que la pensamos ahora, no la pensamos ese día; y cuánto más hablo con otra gente que sabe más que nosotros, más nos damos cuenta por qué se crearon las Madres. Y nos creamos porque en los otros organismos no nos sentíamos bien cerca; había siempre un escritorio de por medio, había siempre una cosa más burocrática. Y en la Plaza éramos todas iguales. Ese "que té paso?", "como fue?". Eramos una igual a la otra; a todas nos habían llevado hijos, a todas nos pasaba lo mismo, habíamos ido a los

mismos lugares. Y era como que no había ningún tipo de distanciamiento. Por eso es que la Plaza agrupó. Por eso es que la Plaza consolidó.

Cuando nos dimos cuenta que íbamos avisándonos unas a las otras que los jueves a las tres y media nos reuníamos en esa Plaza, en un banco, no caminábamos, no marchábamos. Algunas íbamos un rato antes, las que vivíamos más lejos, porque ese sentirnos bien... Ustedes saben que en esa época éramos despreciadas, las familias nuestras pasaron a ser las familias de los "terroristas", se nos cerraban las puertas, así que era poca la gente con la que una podía conversar. Pero con las madres éramos todas iguales, nos pasaba lo mismo, veíamos la misma gente.

Y esto que fuimos descubriendo a partir de conversar con tanta gente, nos muestra ahora cómo ese sentirnos igual es tan importante. Sentirse igual.

El tema de cómo fuimos creciendo. Tomamos la decisión de que algunas madres fueran al Departamento de Policía, otras al Ministerio del Interior, otras casa por casa, a convocar a que las madres vinieran a la Plaza. Era muy difícil ir al Departamento de Policía y sentarse, cuando una veía una madre que lloraba o que estaba muy mal, convocar-la, pero se hacía. Ir casa por casa también era una cosa muy difícil, porque esa casa por casa implicaba que a una la siguieran con un auto, o que llamaran a la policía a ver quién era esa mujer que venía a preguntar si había un desaparecido, o que simplemente no le abrieran las puertas, o que sintiera una madre que era otra madre la que la convocaba y nos recibiera bien. De cinco casa, tres seguro no nos abrían o no nos atendían o nos desconfiaban, pero había dos que sí recibían nuestra mensaje.

En un principio les decíamos qué nos parecía que había que hacer, a quién había que ver. Y así fue creciendo la Plaza. (p. 6-8)

Com as primeiras ações foram se desenhando e trilhando caminhos. Tomando-se ao braço, aferrando-se umas às outras, foram solidificando seus pensamentos e crescendo a tomada de consciência. Segundo Hebe Bonafini, uma vez que as *madres* não saíam mais da praça os militares passaram a pedir que elas não aparecessem mais, queriam tirá-las da praça, mas elas insistiam em dar volta ao redor da pirâmide da Praça de Maio.

.... entonces un día vinieran y le pidieron el documento a una madre, y la madre se lo dio. Y ya esa madre quedaba bastante asustada porque nosotras creíamos - todavía muy ingenuas - que no sabían ellos quienes éramos nosotras, entonces el que ya supieran el nombre asustaba. Otro día, otra vez. Y un tercer día, un tercer jueves, cuando le piden el documento a una decidimos dárselos todas el documento; claro, el "cana" con 300 documentos (que ya casi éramos) qué iba a hacer, no le servían para nada. Y sirvió para que, en vez de estar muy pocos minutos en la Plaza - como estábamos en ese tiempo - nos quedáramos muchísimo rato, hasta que nos dio el documento una por una de vuelta, nos identificó. Realmente fue una acción para nosotras, primero, de unidad, de mucha unidad (porque todas o ninguna), y después también parar a la "cana" para que no nos pidiera más documentos, porque la "cana" dijo si ahora en vez de dárnoslo una nos lo dan todas ya no nos sirve más, porque era una acción intimidatoria. (p.9)

As *madres* também faziam ações quando pessoas famosas, celebridades - principalmente se fossem norte-americanos - visitavam o país. Por exemplo, num momento em que ninguém saía às ruas, um grupo de cerca de 30 *madres* agitava seus *pañuelos* durante a visita de Terence Todman, alto funcionário do governo norte-americano, para dizerem que seus filhos estavam desaparecidos – pois, segundo Hebe, não havia outra

coisa a fazerem senão molestar a ditadura. Nesta ocasião, o presidente Videla enviou um emissário para mandá-las embora, ameaçando não atendê-las se não saíssem. Diante da ameaça as opiniões divergiam, algumas mães achavam melhor irem embora para que Videla aceitasse recebê-las, outras entendiam que o melhor era ficar já que não seriam mesmo atendidas. De qualquer modo, a intenção era aproveitar a presença de jornalistas internacionais para fazerem sua denúncia. Ações deste tipo fizeram com que o caso fosse publicado em muitos jornais.

Em meio aos eventos oficiais do Estado ou da Igreja sempre apareciam as mães gritando e indagando o paradeiro de seus filhos desaparecidos. Assim, conseguiram fazer com que a imprensa se interessasse e numa dessas ocasiões uma foto das *madres* deu a volta ao mundo. Mas, segundo Hebe Bonafini, não deu a volta ao país, porque na Argentina nada sobre a situação política ou sobre elas era publicado e muito pouca gente se inteirava do que estava acontecendo.

Até então as *madres* não usavam os lenços e se comunicavam apenas às quintas-feiras na praça ou em alguma pequena reunião, em algum bar ou no adro de uma igreja. O uso dos *pañuelos* começou quando as *madres* se preparavam para participar de uma marcha organizada pelos organismos de direitos humanos que estavam atuando naquele momento. No mesmo mês, a igreja organizava uma marcha com um milhão de jovens. Bonafini conta que as *madres* decidiram participar de ambas: a dos organismos de direitos humanos, marcada para o dia das mães e a da igreja, prevista para os primeiros dias de outubro. Mas elas não sabiam como se identificariam, já que vinham de lugares diferentes e muitas nem se conheciam. Começaram a pensar em como se identificar:

Entonces empezamos a ver cómo nos identificaríamos, y una dijo "vamos a ponernos un pañuelo". "¿Un pañuelo..., y de qué color?, porque tiene que ser del mismo color. "Y bueno, blanco". "Y, che, y si nos ponemos un pañal de nuestros hijos" (que todas teníamos esa cosa de recuerdo, que una guarda). Y, bueno, el primer día, en esa marcha a Luján, usamos el pañuelo blanco que no era otra cosa, nada más ni nada menos, que un pañal de nuestros hijos. Y así nos encontramos, porque ese pañuelo blanco nos identificaba. En el tiempo en que llegamos a Luján nos dimos cuenta que mucha gente se acordó, después de algunos días, que esas mujeres de pañuelo blanco habían sido capaces, alrededor de la Plaza de Luján, de gritar y pedir - rezando, por supuesto - por los desaparecidos. O sea que todo el mundo que estuvo esa vez en Luján se enteró que había desaparecidos en el país y que las Madres, rezando, pedíamos por ellos. Fuimos luego a la marcha que hicieron los organismos, donde 300 de nosotros (gente de los organismos) fuimos presos, nos emboscaron y llevaron a la cárcel, a la comisaría. Y bueno, fuimos todos los organismos, entre los que llevaron presos se equivocaron y llevaron también a algunos periodistas extranjeros y a las monjas - casualmente -, y esto hizo que el mundo inmediatamente se enterara de lo que pasaba. Pero nosotras en la comisaría tampoco nos quedábamos quietas. A medida que nos identificaban y nos preguntaban quiénes éramos y nos mandaban a

un lugar, decidimos rezar también en ese lugar. Pero rezábamos pidiendo para que no fueran tan asesinos los de esa comisaría; o sea que mientras tanto aprovechábamos el rezo para decirles asesinos y torturadores a los que teníamos ahí adelante. Y era una acción muy fuerte, muy fuerte, pero como era dentro del rezo, del Ave María y del Padre Nuestro, como hay tanto respeto, y los milicos se la pasan haciéndose la señal de la cruz cuando entran y salen de las comisarías, no podían decirnos nada, porque entre Padre Nuestro y Ave María los acusábamos de asesinos. (p. 11-12)

Nas idas e vindas à praça muitas *madres* passaram a ser seqüestradas ou presas e o medo era contagiante. Chegaram a pensar em abandonar a praça para irem à busca das que faltavam. Além dos filhos desaparecidos agora também eram muitas as *madres* seqüestradas. Segundo o relato de Hebe Bonafini, Azucena Villaflor de Vincenti, grande liderança nesse primeiro momento, defendia que os meios jurídicos já estavam sendo buscados por outros organismos, já havia gente impetrando habeas corpus e tomando outras providências legais, e que às mães cabia ocupar a praça, fazer a denúncia pública e registrar os casos de *desaparecimento*. Elaboraram, então, uma lista com os nomes, datas, locais e circunstâncias dos *desaparecimentos* e passaram a encaminhá-la aos jornais para que fosse publicada. Azucena foi seqüestrada na esquina de sua casa, na manhã do dia 10 de dezembro, quando saía para comprar o jornal La Nación, onde seria publicada a lista com os nomes dos desaparecidos.

Em 20 de dezembro de 1977 começaram a aparecer cadáveres provenientes do mar nas praias da província de Buenos Aires. Cemitérios clandestinos começaram a ser examinados e com as escavações ossadas começaram a surgir. Em 2003 o intendente de General Lavalle informou que haviam sido localizadas nove tumbas no cemitério da cidade. O juiz determinou novas escavações com a Equipe Argentina de Antropología Forense (EAAF). Os resultados dos exames realizados no Laboratorio de Imunogenética e Diagnóstico Molecular (LIDMO) de Córdoba determinaram que os restos mortais pertenciam a um grupo de pessoas seqüestradas entre os dias 8 e 10 de dezembro de 1977. Em 8 de julho de 2005 o juiz recebeu o informe de que um dos restos mortais era de Azucena Villaflor. Os restos de Villaflor foram incinerados e suas cinzas enterradas aos pés da Pirâmide de Maio, no centro da Praça de Maio. Isso aconteceu em 8 de dezembro de 2005, ao término da vigésima quinta Marcha de Resistencia das *madres*. O local foi escolhido pelos filhos sobreviventes.

Até hoje, no chão da praça encontram-se vários desenhos e imagens que fazem referência às lutas dessas mães e à questão dos *desaparecidos* políticos. Nele vê-se desenhadas silhuetas, fazendo referência aos corpos dos *desaparecidos* e também os

famosos *pañuelos*. A praça tornou-se um importante lugar de memória (cfr. Farias, 2006).

Mesmo após vários seqüestros e mortes de muitas *madres*, elas decidiram seguir na praça. Azucena havia ensinado o caminho e, nas palavras de Hebe Bonafini, "era realmente un lugar donde nosotras nos comprendíamos y sentíamos ese encuentro que, sin darnos cuenta, sentíamos con nuestros hijos" (p.15).

Em 1978 a Copa do Mundo foi realizada na Argentina. Nessa época, segundo as *madres*, intensificou-se a repressão e com isso aumentou também o número de seqüestros. A praça era cada vez mais vigiada, as manifestações mais reprimidas, de modo que a cada ato muitas *madres* eram levadas presas.

Nos llevaban presas a cada rato. Nos golpeaban. Ponían perros en la Plaza. Nosotras llevábamos un diario enroscado para cuando nos echaban los perros. Nos tiraban gases. Habíamos aprendido a llevar bicarbonato y una botellita de agua. Para poder resistir en la Plaza. Todo esto lo aprendimos ahí, en esa Plaza. (p.16)

Muitos eventos eram organizados pelos setores da igreja que apoiavam a ditadura, para mostrar que não se passava nada no país. As *madres* aproveitavam-nos, para se encontrar e decidir o que continuariam a fazer. Entre uma reza e outra, entre um Pai Nosso e uma Ave Maria, definiam quando e onde se encontrar.

Quando se iniciou a copa muitos jornalistas estrangeiros estavam no país e, segundo Hebe, os rituais de protesto foram tão fortes que conseguiram mobilizar a atenção. Na Holanda, por exemplo, ao invés de transmitir a abertura, a televisão mostrou as *madres* marchando na praça. Em consequência da cobertura, começaram a surgir grupos de apoio às *madres* pelo mundo todo, como o SOLMA (Solidariedade às Mães da Praça de Maio), que se reunia em frente à embaixada argentina na França, reproduzindo alguns dos rituais elaborados pelas *madres*, como a prática de reunir-se no local todas às quintas-feiras.

Outras atividades que realizaram foram: viagens à Europa e Estados Unidos para solicitar audiências, apoio e solidariedade, principalmente de entidades e organismos internacionais ligados à defesa dos direitos humanos. Em 1980 fizeram o primeiro de uma série de boletins, construíram um escritório para reunir-se e criaram o primeiro lema do grupo: "Aparición con vida". Em 1981 fizeram o primeiro Poemario, poemas escritos em momentos de dor, que eram por si mesmos uma denúncia. Começaram as primeiras Marchas da Resistência com o objetivo "conseguir un espacio y un gobierno constitucional que nos permitiera salir de esa noche de horror con la esperanza, todavía, de encontrar a algunos de los desaparecidos y, sobre todo, el castigo a tanto responsable que ya teníamos

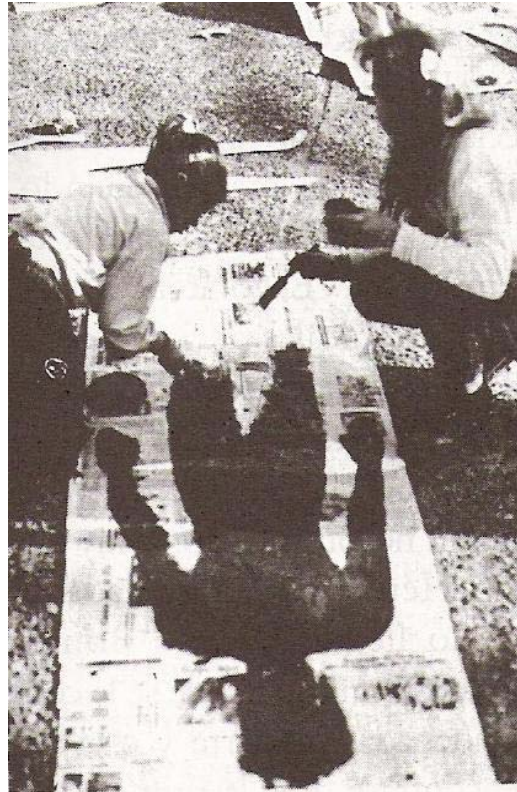
en nuestras listas, que ya teníamos identificados y que creíamos - también ingenuamente - que íbamos a poder condenar" (p.25). Durante a guerra das Malvinas, em 1982, enquanto alguns se perguntavam como podiam estar na praça enquanto o país estava na guerra *las madres* disparavam contra a ditadura: "Las Malvinas son argentinas, los desaparecidos también". Em 1983 *las madres* fazem as silhuetas, representando a presença dos desaparecidos nas ruas. E assim foi a cada ano, escrevendo documentos, indo à praça, desenvolvendo rituais de protesto, fazendo denúncias internacionais, deixando suas marcas inscritas nas cidades e passando a ocupar um importante espaço político. O repertório desenvolvido foi amplo e criativo.

Se por um lado a ditadura desenvolveu técnicas de extermínio e *desaparecimento* físico de pessoas, através dos campos de extermínio e dos centros clandestinos de detenção, por outro lado, nas ruas e nas praças, as *madres* e os familiares dos desaparecidos desenvolviam "tecnologias" (rituais) de protesto capazes de reafirmar publicamente a noção de pessoa. Diante da ausência do corpo, de um momento específico do luto e de uma sepultura, a pessoa reaparecia ressignificada através de rituais de morte (Catela, 2001) e sobretudo do uso das silhuetas, fotografias e máscaras<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Conferir Anexo 2: Galeria de imagens das Madres de Plaza de Mayo.

### Confecção de silhuetas



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

### 9 de Julho de 1990 – Manifestação na Catedral



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

## Marcha das máscaras aos tribunais – 25 de abril de 1985



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

A representação do corpo ausente nas silhuetas e as fotografias expondo o rosto dos desaparecidos buscava, através de um trabalho da memória, suscitar a compaixão e a sensibilidade para as denúncias. A referência aos corpos desaparecidos, muitos provavelmente torturados, sofridos, despertam a compaixão: "essa compaixão passa a ser entendida como um imperativo de ações mitigatórias" (Laqueur, 1992). Deste modo as *madres* foram construindo uma narrativa humanitária, tendo o corpo "não apenas como o locus da dor, mas também como o elo comum entre os que sofrem e os que ajudariam" (ibidem: 240).

O corpo também é, sem dúvida, objeto da misericórdia cristã. Laqueur (1992: 241) observa que "a narrativa humanitária expõe os lineamentos de causalidade e ação humana: a ação mitigatória é representada como possível, eficaz e, portanto, moralmente imperativa". A narrativa humanitária descreve um sofrimento específico - no caso das *madres* o *desaparecimento* dos filhos - e oferece um "modelo para a ação social precisa". A morte inconclusa (Catela, 2001) dos filhos desaparecidos, uma morte que não teve fim porque os corpos não foram encontrados, é capaz de estimular a imaginação moral. Foi nesse leito de luta que as mães souberam explorar e atuar, criando um repertório político rico e mobilizador.

Assim como os *pañuelos*, o uso de fotografias igualmente consolidou-se como um "dispositivo ritual" para comunicar uma "experiência de ausentamento" (sic) (Aguirre, 2002: 127). Quando começou a ser usada nos protestos e publicadas nos jornais, a

fotografia passou a funcionar como um dispositivo que criava um elo entre quem passava por aquela situação e quem não passava ou não tinha informação sobre o que ocorria no país. Estes observadores se perguntavam: quem seriam aquelas mulheres marchando na praça e portando consigo fotografias com rostos de pessoas? Quem seriam aquelas pessoas retratadas nas fotografias? Quem seriam os *desaparecidos*? O que faziam? O que desejavam? O que foi feito com os corpos que não apareceram até hoje? Os rostos expostos publicamente - e com eles a identidade - ausentes até então, ganham visibilidade nos rituais promovidos pelas *madres* e nas páginas dos jornais, dissolvendo o anonimato e questionando o princípio de impunidade.

Esses repertórios de ação surgiram de maneira muitas vezes espontânea e inconsciente. Os próprios caminhos trilhados, as experiências vividas, foram neles se cristalizando. As armas da luta se fizeram no decorrer dela. A própria falta de recursos para lutar tornava-se um recurso político: o simples estar na praça, a prática de carregar as fotografias dos filhos, a idéia de marchar ao redor da pirâmide da praça localizada em frente ao palácio do governo, tudo isso criou um sentimento de identidade e pertencimento de um grupo de pessoas a uma mesma causa, além da crescente solidariedade dos observadores.

Um dos aspectos fundamentais da "cultura do terror" (Taussig, 1993), fomentada por regimes autoritários ou totalitários é a produção social do isolamento, do desenraizamento, do bloqueio da comunicação, de maneira tal que a alienação social vivida torna incomunicável e incompreensível as situações-limite ou eventos críticos desse porte. No momento mesmo em que acontecem é difícil ter noção do impacto e do alcance dos dramas provocados. Só depois de algum tempo a sociedade argentina e o mundo começaram a ter conhecimento sobre o que se passava na ditadura. A eliminação das provas e vestígios, bem como a divisão social do "trabalho sujo" tinha exatamente o objetivo de fragmentar a nação, de tornar cada pessoa incomunicável, suas conexões cortadas e a produção de um sentido comum bloqueada pelo medo e pelo terror. Afinal, como afirma Taussig (1993: 25), "a inefabilidade é o traço mais marcante deste espaço da morte".

Como protestar eficazmente contra o terror? Eis a questão subjacente às que perpassa as preocupações e ações das mães. É também um problema que se coloca para os pesquisadores que trabalham com situações-limite: como escrever eficazmente sobre o terror? Que mediações são possíveis entre a situação vivida e a linguagem? Como

representar a catástrofe? Em que consistem os efeitos de verdade e poder gerados através das políticas de representação?

Pode-se dizer que há uma tentativa, por parte das mães, de exorcizar o “espaço da morte” através da manipulação de símbolos e rituais ligados a ela mesma. Mas o fantasma da morte continua a rondar porque faltam os corpos, faltando os corpos a morte continua inconclusa (Catela, 2001).

A ritualização do agir social em torno desta questão coloca em evidência determinados aspectos da vida social. Nesse sentido, tanto as mães argentinas como as de Acari colocam em evidência o espaço da morte. O ritual, portanto, não possui apenas o sentido de colocar sob controle algum aspecto dramático da vida; ele também pode potencializar o conflito – o drama – inserindo uma pitada de desordem na ordem. Tamanha é a intensidade do profano (aqui manifestado sobretudo através dos *desaparecimentos* e da morte violenta), que já não é mais possível evocar o sagrado sem trazer com ele o profano, o não-dizível.

### **O universo simbólico da morte**

Tanto a experiência das Mães da Praça de Maio, como a das “Mães de Acari” (e se pode acrescentar a do Grupo Tortura Nunca Mais) podem ser pensadas a partir das relações entre luto, sociabilidade, justiça e prática política. Diante da ausência dos elementos fundamentais que compõem o sistema simbólico dos rituais fúnebres, é a partir de uma morte que não teve fim – ou “morte inconclusa” (Catela, 2001) – que mulheres-mães começam a se mover no espaço público.

A meu ver, a força simbólica presente no tipo de ação política das mães descrito nesta dissertação, vem exatamente da associação entre os significados da maternidade e os da morte. Nesse sentido, embora não seja meu objetivo aqui reconstruir as mudanças de atitude diante da morte, convém apontar algumas transformações que vêm ocorrendo no trato com ela nas sociedades contemporâneas. Com isso seria possível situar as experiências das mães no contexto das mudanças e permanências nos hábitos, costumes e rituais relacionados ao universo simbólico da morte.

Desde os tempos mais remotos a morte sempre foi um momento de ritualização das emoções. Sua experiência é incomunicável, não pode ser transmitida. A maior aproximação possível é o estado de luto pela morte de outrem, uma vez que a própria

morte não pode ser compartilhada pelo sobrevivente que é aquele que não viveu a experiência da morte. Assim, é através da morte do outro que cada um percebe, indiretamente, sua finitude. É através da condição de enlutado, da vivência da dor da perda de alguém, que se aproxima da morte e, nesse sentido, ela pode ser experimentada coletivamente enquanto acontecimento social.

Coulanges (1981) escreveu belas páginas sobre as crenças antigas em relação à morte e aos mortos. Conta que as mais antigas gerações acreditavam em uma segunda existência, para além da vida terrena encarnando a morte não como decomposição do ser, mas como uma simples mudança de vida. Durante muito tempo, acreditou-se até que a alma acompanhava o corpo nesta segunda existência – a alma e o corpo eram enterrados juntos no mesmo túmulo. Segundo Coulanges, os ritos fúnebres antigos mostram que ao colocar o corpo em um túmulo acreditava-se depositar ali algo vivo. No final da cerimônia fúnebre era costume chamar por três vezes a alma do morto pelo nome que este havia usado em vida e fazer votos de vida feliz debaixo da terra. Acreditava-se que a vida continuaria debaixo da terra, lá conservando o “usual sentimento de bem-estar e de sofrimento” (Coulanges, 1981: 17). Escrevia-se sobre o túmulo para afirmar que alguém ali repousava, o que era uma forma de personalizar a morte, presente ainda nos dias de hoje, embora ninguém acredite mais que alguém esteja vivo ali debaixo da terra.

Na Antigüidade, supunha-se tão fortemente que a vida continuava após o sepultamento que nunca se deixava de enterrar junto com o morto os objetos dos quais julgava-se ele viesse a necessitar: vestidos, vasos, armas, etc. “Derramava-se vinho sobre o seu túmulo para lhe mitigar a sede; deixavam-lhe alimentos para o apaziguar na fome. Degolavam-se cavalos e escravos, pensando que estes seres, encerrados com o morto, o serviriam no túmulo, como o haviam feito durante a sua vida” (Coulanges, 1981: 17).

Já Walter Benjamin escreveu que a modernidade nasce sob o signo da morte. E para viver esta dimensão trágica da modernidade é preciso uma constituição heróica, pois ela aparece como algo que submete o indivíduo, um impulso desproporcional sobre a força humana. Daí o autor dizer que o enfraquecimento do indivíduo leva-o a buscar refúgio na morte, de modo que “a modernidade deve manter-se sob o signo do suicídio, selo de uma vontade heróica, que nada concede a um modo de pensar hostil” (Benjamin, 1989: 74).

Benjamin argumenta que o progresso e o desenvolvimento da ciência e da técnica trouxeram consigo a destruição da transmissão e da troca de experiências, depauperando a arte de narrar e intercambiar experiências. O modo de produção capitalista revolucionou as

condições de vida e além da exploração econômica ele realiza a espoliação das lembranças. Uma sociedade tão fragmentada e marcadamente individualista, como as sociedades industriais modernas, tende a destruir os vínculos sociais, não havendo condições nem lugar para a comunicação das experiências. A tarefa de lembrar exige uma experiência compartilhada entre quem rememora e quem escuta a narração, estabelecendo-se assim uma comunidade de destino. Nesse sentido a morte, que já é por excelência uma experiência incomunicável, adquire um impacto ainda maior na sociedade de indivíduos, na medida em que passa a ser vivenciada de maneira isolada, não publicamente. O luto carrega em si uma dimensão afetiva que lembra ao homem sua mortalidade e lembra também que o outro faz parte de si, e vice-versa.

Em resumo, na modernidade a morte, enquanto um fenômeno social, passa a ser vivida individualmente, expulsa da experiência coletiva, bloqueando o que Mauss (2001) chamou de “expressão obrigatória dos sentimentos”. O “processo civilizador” (Elias, 1987) suscitou mudanças na sensibilidade coletiva, e é nesse contexto que ocorre a interdição da morte e a não exposição pública do sofrimento.

Diante da racionalização da vida moderna (processo que afeta inclusive as religiões), a sensibilidade relativa aos domínios do sagrado cede, abrindo espaço para uma maior centralidade das coisas profanas. Substitui-se do discurso religioso com sua sensibilidade para o domínio do sagrado por uma atitude enérgica voltada para práticas sanitárias ligadas às exigências dos processos de urbanização das cidades. Neste movimento, emergiu um discurso médico-sanitarista que atinge os costumes e hábitos diante da morte. No contexto de mudanças científicas, tecnológicas e urbanísticas que marcam o início da modernidade, os processos relativos à morte e às formas de lidar com ela passam por reconfigurações caracterizadas sobretudo pelo distanciamento em relação ao moribundo e pelo fato de o processo de morrer tornar-se do cada vez mais técnico e racional.

A doença passa a ser vista não mais como um sinal para o preparo da boa morte, deixou de ser um aviso para a realização dos rituais de morte que mediavam a relação do mundo dos vivos com o mundo dos mortos: ela tornou-se um medo social. A sensibilidade para com a morte passa a focalizar a ameaça de contaminação dos outros. Desta maneira, altera-se o trato com os mortos e os processos de morrer deixam de ser festivos, tornando-se um tabu, um interdito, algo inominável. A morte passa a ser temida, transformada agora numa ameaça a ser combatida pelo discurso médico e higienista e pelo discurso do poder

que o incorpora (Koury, 2003: 65).

O corpo morto passa a ser temido e deixa de ser objeto de atitudes rituais demoradas e próximas dos entes queridos na medida em que passa a ser percebido como corpo contaminado. Os odores que dele emanam passam a ser evitados e temidos como possível fonte de contaminação virando uma questão sanitária. Esta relação de evitação e temor é, concomitantemente, estendida aos pobres e aos locais de pobreza, vistos e combatidos como locais contaminados e perigosos que precisam ser higienizados.

Neste movimento de reconfiguração da sensibilidade diante da morte que faz parte da construção do individualismo moderno, como venho sugerindo, a morte deixa de ser social – no sentido de uma subjetividade elaborada a partir de uma experiência compartilhada – e passa a ser vivida pelo homem urbano como um constrangimento social.

Essas breves considerações históricas em relação às mudanças de atitude diante da morte, a meu ver, ajudam a compreender os obstáculos que as mães tiveram que enfrentar: lutam para encontrar e enterrar os corpos desaparecidos dos filhos em um momento em que a morte está esvaziada enquanto acontecimento público (Koury, 2003). Entretanto, isso é apenas parte do processo. De fato, se é verdade que há isolamento e privatização das emoções, por outro lado, a morte violenta tende a concentrar-se de tal forma em determinados territórios da cidade que é possível falar de sua espacialização. Desta forma, o luto passa a ter uma forte relação com a política, pois ele se torna um dispositivo de poder e fonte do conflito social. As próprias barreiras à sua publicização se convertem em recurso para a produção de significados e rituais de indignação, denúncia, crítica e protesto.

\*\*\*

Até aqui tentei mostrar como na elaboração do protesto público vai se formando um jogo de denúncias entre os agentes sociais envolvidos, em que as denunciantes (as “Mães de Acari”) buscam apoio, provas e argumentos para responsabilizar e culpabilizar os acusados (os policiais e o sistema institucional de administração da justiça), e estes por sua vez buscam desqualificar as denúncias. Apresentei alguns procedimentos regularmente utilizados pelas “Mães de Acari” para denunciar o caso – (1) os depoimentos-testemunhos das mães em eventos diversos; (2) as práticas de luto reivindicativas de justiça; (3) a denúncia internacional através da Anistia Internacional; (4) a denúncia através dos meios de comunicação; (5) a colaboração da publicação de livros por terceiros – e mostrei a

recorrência do recurso ao simbolismo da maternidade em todos os casos. Procurei, também, mostrar a vinculação entre a experiência das “Mães de Acari” e pelo menos uma experiência deste tipo de “cultura política de protesto”, constituída a partir de lutas contra ditaduras militares na América Latina, como é o caso das Mães da Praça de Maio.

Deve-se fundar o conceito de progresso na  
idéia da catástrofe. Que tudo “continue  
assim”, isto é a catástrofe. Ela não é o  
sempre iminente, mas sim o sempre dado. O  
pensamento de Stridberg: o inferno não é  
nada a nos acontecer, mas sim *esta vida  
aqui*.

Para que falar de progresso a um mundo que  
afunda na rigidez cadavérica? A experiência  
de um mundo assumindo a rigidez  
cadavérica.

Para os homens de hoje, só há uma nova  
radical - e esta é sempre a mesma: a morte.

Walter Benjamin (1989)

#### 4. O ESPAÇO DA MORTE: A FAVELA COMO LUGAR-TRAUMA

Neste capítulo analiso uma singularidade da atuação das “Mães de Acari” ou, mais especificamente, um dos maiores obstáculos que elas enfrentaram e continuam enfrentando para publicizar e fazer aceitas suas denúncias: o preconceito contra as favelas e os favelados. O obstáculo representado pelo imaginário das favelas hoje, seu desenvolvimento histórico e suas conseqüências políticas é crucial na análise do “Caso Acari”. Devo, entretanto, dizer, que não será possível abordar a questão com a profundidade necessária e com a qual eu gostaria. Desejo apenas indicar algumas idéias gerais.

Meu argumento central é o de que a favela tornou-se um *lugar-trauma*, marcado pela ocorrência de “eventos críticos” (Das, 1995), “experiências traumáticas” (Jelin, 2001) e “tendências totalitárias” (Escorel, 1995). A favela tornou-se um “espaço da morte” na medida em que nela e ao seu redor se concentra a maior parte das mortes violentas na cidade. Tento mostrar que sua constante recorrência cria um “circuito mimético da morte” no território da favela. Estou me referindo à favela de Acari, embora tal análise possa servir para pensar o caso de outras favelas e pode também não ser exclusiva a elas.

A percepção social e a representação negativa da favela de Acari serviram e têm servido como obstáculo para as lutas sociais e políticas dos moradores. No caso das “Mães de Acari”, tiveram que romper duplamente com a condição de falar de um território criminalizado e de um lugar de despossuído para legitimar publicamente suas denúncias e reivindicações. A favela significou um obstáculo à generalização da denúncia das mães.

“Acho que as autoridades não se interessaram [...] Porque somos onze mães pobres, onze favelados, como eles falam” – (Vera)

“Quando se fala comunidade de Acari, quer dizer, [...] vocês sabem que existe uma já... existe uma conotação de coisa ruim, você já é taxado de... que você mora mal, você praticamente... você já é destrutado por conta disso”. (Marilene)

O fato das “Mães de Acari” serem moradoras de favela ou regiões próximas condicionou, em grande medida, a forma pela qual suas demandas foram tratadas pelo poder público e pelos veículos de comunicação, além de ter afetado a busca de apoios e solidariedade. Embora em sua própria auto-imagem haja uma distinção entre as mães que moram na favela e as que moram fora (Vera e Marilene), é importante ressaltar que há uma ambigüidade na forma como essas duas últimas se classificam. Em suas intervenções, Vera

e Marilene sempre lembram que não moram “na comunidade”, mas ao descrever os obstáculos que enfrentaram durante todos esses anos se apresentam como faveladas, já que teria sido nesta condição que foram tratadas.

Para se compreender esta questão, é preciso levar em conta que na favela existe dois tipos de moradores. Há um tipo de morador que é sempre vítima e outro que é sempre algoz. Na medida em que na favela está tanto a vítima como o algoz, os moradores por sua vez passam todos a se “abrigarem” indistintamente sob o estigma de criminoso.

É preciso reconhecer que a acentuada desigualdade sócio-econômica brasileira se estende no desigual acesso aos direitos, e, além disso, que as representações simbólicas com as quais os agentes sociais operam podem facilitar ou dificultar o reconhecimento público de uma reivindicação como legítima ou ilegítima, como justa ou injusta. Para os fins da análise aqui desenvolvida, a favela pode ser pensada como uma “região moral”, tal como esse conceito foi elaborado por Robert Park (1987: 66). As categorias cognitivas elaboradas a partir dessa região moral operam como mediadoras das relações sociais e produzem efeitos nas formas de sociabilidade envolvendo os favelados. É nesse sentido que a favela pode ser pensada como um lugar-trauma em que as representações sociais e as práticas cotidianas são marcadas pelo medo da violência urbana. O medo passa então a fazer parte do repertório de dispositivos de poder e de controle. O medo é manipulado e transformado em “política do medo”.

### **Acari: a favela como lugar-trauma**

O movimento peculiar da produção espacial urbana calcada no medo da violência urbana interfere na (re)composição de lugares, paisagens, territórios e no próprio sentido da cidade. Ultimamente, tem se acompanhado o desenvolvimento de toda uma política de controle social calcada no medo, cujo fundamento principal é o cancelamento de direitos em nome da defesa de uma suposta ordem. Nesse sentido, o mito das “classes perigosas” vem sendo revivido com toda intensidade e associado diretamente à favela e aos favelados.

Nesse contexto de estigmatização das favelas, Acari ocupa um lugar central. É uma das micro-regiões mais pobres do Rio Janeiro, possui um dos piores índices de desenvolvimento humano do país e ficou famosa principalmente em razão de acontecimentos negativos como o tráfico de drogas, a chacina de Acari, de 1990, e a Feira

de Acari, também conhecida pelo nome de Robauto, por se tratarem de produtos roubados. Conta-se que se vendia “de tudo” por lá e que fazia o maior sucesso. O cantor Jorge Bem Jor chegou a fazer uma música que tornou a feira conhecida nacionalmente, em que cantava que “A feira de Acari é um sucesso / tem de tudo / é um mistério”.

Mas o mistério de Acari vem sobretudo dos relatos quase míticos envolvendo mortes, torturas, polícia e traficantes. Acari é um dos lugares do Rio de Janeiro onde mais se mata. De lá saíram traficantes famosos do Rio de Janeiro como Tonicão, Jorge Luis (O Jorge de Acari) e Cy de Acari. Sobre estes personagens de Acari há histórias lendárias como, por exemplo, a da existência de um santuário para dois chefes do tráfico falecidos: Tonicão (morto em 1989) e Jorge Luís (morto em março de 1996).

A favela está associada ao trauma assim como o trauma, nesse caso, está associado à morte violenta. Morte que está vinculada por sua vez ao conflito armado concentrado em torno da favela, seja em razão da ação letal da polícia seja em razão do poder de vida e de morte a que os traficantes submetem os moradores da favela. A favela é tida como o *locus* do mal, do impuro, da sujeira, do perigo, da desordem que ameaça a cidade, como se ela mesma não fosse parte da cidade.

Esse espaço da morte é marcado por um conjunto de experiências cotidianas como a morte de algum traficante e o luto forçado, a invasão da favela pela polícia, bala “perdida”, os confrontos entre quadrilhas rivais, os corpos muitas vezes esquartejados pela favela como uma forma de demonstração de força, a tortura de pessoas tanto por traficantes como por policiais, a expulsão de famílias da favela, corpos içados por gancho no caveirão<sup>37</sup> e exibidos pelas ruas da favela. Esses tipos de acontecimentos têm sido registrados pelos jornais e não se trata de fantasia ou simples sensacionalismo jornalístico. É claro que o jornal e os meios de comunicação ajudam a produzir sentido para os acontecimentos, contribuindo na sustentação de uma “política do medo”; o que não é o

---

<sup>37</sup> “O caveirão é um carro blindado adaptado para ser um veículo militar. A palavra *caveirão* refere-se ao emblema do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), que aparece com destaque na lateral do veículo. Entre as modificações feitas nos caminhões blindados originais estão o acréscimo de uma torre de tiro, capaz de girar em 360 graus, e fileiras de posições de tiro em cada lado do caminhão. O caveirão tem capacidade para até 12 policiais com armas pesadas. Construído para resistir às armas de alta potência e aos explosivos, o caveirão tem duas camadas de blindagem, assim como uma grade de aço para proteger as janelas quando sustenta fogo pesado. Os pneus são revestidos com uma substância glutinosa que impede que sejam furados. As quatro portas travam automaticamente e não podem ser abertas pelo lado de fora – dois alçapões de escape, um na torre e outro no piso, podem ser usados em emergências. Embora pese cerca de 8 toneladas, o caveirão pode alcançar velocidades de até 120km/h”. Relatório da Anistia Internacional: “Vim buscar sua alma”: o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro, 19/07/2006.

mesmo que dizer que os fatos não existem.

Eis, a seguir, alguns registros desse tipo de acontecimento, noticiados pelos jornais:

#### MADRUGADA DE HORROR: ABANDONADOS NA RUA, CORPOS DAS VÍTIMAS DO TRÁFICO SÃO SAQUEADOS

Guerra do tráfico faz 12 mortos no Rio

Rio, 09 (AE) - Pelo menos doze pessoas foram assassinadas na madrugada de hoje nas favelas de Acari e Jorge Turco, Zona Norte do Rio, pelas quadrilhas dos traficantes conhecidos como "Jorge Luís" e "Parazão", em guerra pelo controle do tráfico. Sete corpos foram encontrados na favela de Acari e cinco na de Jorge Turco, espalhados num raio de quatro quilômetros entre as duas comunidades.

A primeira batalha aconteceu na favela de Acari, quando a quadrilha de "Parazão" invadiu a favela rival em busca do inimigo. Os assassinos arrancaram as vítimas de dentro dos barracos e as fuzilaram na rua. Em seguida, o bando as colocou numa Kombi e as levou para fora da favela. Quatro corpos foram deixados na calçada da Avenida Automóvel Clube e três na linha do Pré-Metrô. Em represália, a quadrilha de "Jorge Luís" ocupou o Morro Jorge Turco e matou cinco pessoas, depois deixadas em pontos diferentes. a polícia acredita que haja mais corpos espalhados e que ainda não foram descobertos.

Entre os mortos havia um menino de pouco mais de dez anos e duas mulheres grávidas, além de um soldado do Exército. Comparsas do traficante Jorge Luís disseram aos jornalistas que o massacre foi iniciado por Parazão, que invadiu Acari acompanhado do comparsa conhecido como Celsinho. Um homem que se identificou como César disse que Parazão chegou à favela armado com fuzis AR-15, metralhadoras e granadas. Segundo César, o criminoso chegou escoltado por uma viatura da DRE de Niterói e outra da Polícia Militar. "Os policiais apertaram a mão dele e disseram que o trabalho a partir dali era dele", lembrou. O tiroteio começou por volta de 22 horas de sábado e durou até o final da madrugada, quando a polícia apareceu. (Agência Estado de São Paulo, 09-01-1994)

#### POLÍCIA OCUPA AS FAVELAS DE ACARI E JORGE TURCO, APÓS A CHACINA

RIO, 09 (AE) - No final da tarde de hoje os pontos estratégicos das favelas de Acari e Jorge Turco, Zona Norte do Rio, foram ocupadas por mais de cem homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e polícias Civil e Militar. Apesar de indiferentes à presença da polícia, as pessoas evitavam comentar o massacre. Os traficantes circulavam pelos becos, desta vez desarmados, apenas acompanhando a movimentação policial. César, gerente de Jorge Luís, garantiu que a ordem do "chefe" é não atrapalhar a polícia. "Não podemos, em hipótese nenhuma, trocar tiros com os policiais", disse, acrescentando que eles têm segurança para circular pela favela mesmo que estejam sozinhos. (Agência Estado de São Paulo, 09-01-1994)

#### “ESTAMOS TIRANDO DE CIRCULAÇÃO POR MÊS A MÉDIA DE 200 MARGINAIS”

“No comando do 9º Batalhão de Polícia Militar (Rocha Miranda) desde agosto, o tenente-coronel Marcos Paes, 45 anos, não lamenta a estatística macabra: nos últimos sete meses, seus policiais mataram 75 pessoas, todas, ele assegura, durante troca de tiros. O número faz o 9º Batalhão desbancar até mesmo as temidas Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), que contabilizaram 69 mortos de janeiro de 95 a fevereiro de 96 em toda a Grande São Paulo. Mas Paes recusa a carapuça de líder de uma espécie de

filial da Rota. “Eles podem estar omitindo dados” - desconversa, questionando as informações dos paulistas.

Com área de ação que inclui 83 favelas – entre elas, as de Vigário Geral, Parada de Lucas e Acari, o 9º Batalhão responde pela segurança de uma das regiões mais conflagradas do Rio. “Nosso desafio é exterminar os santuários do crime”, afirma o comandante queixando-se de que, por vários anos, a polícia era orientada a evitar enfrentamentos com quadrilhas bem-armadas. “Hoje, como estamos entrando em favelas, ou tomba policial ou tomba marginal”, diz com naturalidade Paes, um dos oficiais prediletos do secretário de Segurança e adepto da política de confronto com o crime. Desde agosto, quatro policiais do batalhão foram mortos.

À frente de 560 homens, Marcos Paes garante que nenhum dos mortos nos seus sete meses de comando era inocente, como afirmam organizações não-governamentais como a Casa da Paz, de Vigário Geral. “Foram 75 marginais que tombaram em confronto. Todos os que morreram estavam com armas, atirando na polícia. E não morreu ninguém de manhã, de tarde ou de noite. Foi tudo durante a madrugada. Gente que usava armas pesadas”, defende-se. Ele rechaça denúncia de que 30 pessoas foram mortas em Vigário Geral, de acordo com diretores da Casa da Paz. “O número não chegou a dez”.

Empenho – Egresso do serviço de inteligência da PM, onde atuou nas investigações deflagradas pelo estouro da fortaleza do banqueiro de bicho Castor de Andrade, em Bangu, em março de 94, Marcos Paes diz estar empenhado em reabilitar a imagem do 9º Batalhão. O quartel, comandado nos anos 80 pelo coronel e ex-deputado Emir Larangeira, era um reduto do grupo de policiais matadores conhecido como Cavalos Corredores, responsável pela chacina de 21 favelados em Vigário Geral, em 29 de agosto de 93. Desde que assumiu, Paes afastou quase 30 PMs envolvidos em crimes.

“Estamos tirando de circulação por mês a média de 200 marginais”, orgulha-se o comandante do 9º Batalhão, exibindo a média de três autuações diárias de grupos de dois, três, quatro criminosos – a maioria envolvida com o tráfico de drogas e o roubo de automóveis. Nas investidas sobre quadrilhas entrincheiradas em favelas, Marcos Paes costuma juntar-se, fuzil Parafal em punho, aos policiais das guarnições. Se há tiroteios, atira como os comandados. Mas se esquiva, porém, quando é indagado se tiros de sua arma já mataram algum oponente. “Acredito que não”, escapole.

De olho nas ações em favelas determinadas pelo comandante, a Casa da Paz, outras ONG's e associações de moradores reclamam do rastro de mortes do 9º BPM. Marcos Paes rebate: “Direitos humanos do cara que morreu trocando tiros com a polícia...? Direitos humanos têm que ser para os dois lados. Quem vem defender os direitos de uma família desamparada como a do sargento morto no Morro do Turano?”, pergunta, referindo-se ao assassinato do sargento Jorge Luís Tedesco de Carvalho, 34 anos, por traficantes, na madrugada de quinta-feira.

Mesmo evitando comprar briga com as ONG's e associações, Marcos Paes afirma que “só se preocupam em apontar falhas da polícia”. Ele reconhece que, muitas vezes, os policiais vasculham moradias em busca de armas e drogas escondidas em geladeiras, fogões ou mesmo panelas. “Mas a orientação é de que os moradores sejam bem tratados”, ressalva, queixando-se de que nem favelados nem ONG's têm o hábito de ajudar a polícia.

Entre as quadrilhas, porém, a disposição de ocupar a bala posições nas favelas começa a fazer temido o 9º Batalhão. Muitos bandos têm evitado o confronto, com exceção para o de Vigário Geral, que insistem em continuar na pista (na briga, de acordo com a grã do tráfico), sem economizar munição durante as incursões da PM. (“A filial carioca da rota”, *Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1996, o subtítulo da matéria diz “Com 75 mortes em 7 meses, o 9º Batalhão aparece à frente da temida polícia paulista”).<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Cf. Relatório Brutalidade Policial Urbana no Brasil, elaborado pela *Human Rights Watch/Americas*: “Segundo o *Jornal do Brasil*, a Comissão Especial de Investigação Sumária da Polícia Militar aprovou a promoção — por bravura — de Paes ao posto de Coronel. O *Jornal do Brasil* relatou que essa promoção por bravura foi a maior patente já concedida no Rio”. (1997, p. 27). Relatório disponível no site da entidade: ([www.hrw.portuguese](http://www.hrw.portuguese)).

#### AUMENTO DO NÚMERO DE MORTES

“Conforme levantamento feito pelo Jornal do Brasil, publicado no último domingo e na segunda-feira, o conjunto de favelas de Acari foi o local com maior número de mortes provocadas por policiais militares em operações classificadas como confrontos, entre janeiro de 1995 e fevereiro de 1996, registradas como “autos de resistência” nas 37 delegacias distritais da capital. Ali, houve sete registros e mortos. Vigário Geral ficou em segundo lugar, com quatro registros e sete mortes.

(...) No levantamento feito pelo JB, o 9º Batalhão apresentou o maior número de mortes registradas nas delegacias da capital: 43, num total de 2001. A pesquisa mostrou que a média mensal de mortes da Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro, nos cinco primeiros meses de 1995, foi de 3,2. Após a posse do general Nilton Cerqueira na Secretaria de Segurança Pública, em maio do ano passado, a média subiu para 20,55.” (“Mortes causadas por PM's em Acari e Vigário Geral serão analisadas pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana”, *Jornal do Brasil*, 14/04/1996, p. 30)

#### “PEDAÇOS ESQUECIDOS DA CIDADE”

“Acari e Vigário Geral, na Zona Norte, seriam pedaços esquecidos da cidade do Rio, não fosse a violência. Ambas só ganharam destaque nos jornais depois de virarem palcos de chacinas. Em Vigário Geral, 21 pessoas sem qualquer ligação com o tráfico foram mortas em 29 de agosto de 1993, por integrantes do 9º BPM (Rocha Miranda). O mesmo grupo teria seqüestrado, em Acari, oito adolescentes e três adultos, em 26 de julho de 1990. Até hoje, nenhum corpo foi encontrado, apesar da luta incessante das “Mães de Acari”. A líder do grupo, Edméia da Silva Eusébio, foi morta com um tiro na cabeça em janeiro de 1994.

Mais recentemente, a morte de seis moradores, entre eles dois menores, fez com que alguns moradores denunciassem que os Cavalos haviam voltado a correr em Acari. Na madrugada de 7 de dezembro de 1995, durante uma operação do 9º BPM, os policiais militares comandados pelo tenente-coronel Marcos Paes entraram na favela e dizem ter enfrentado resistência de um grupo de 15 a 20 traficantes fortemente armados. O comandante do 9º BPM disse, ainda, que o menino de 14 anos morto naquela madrugada estava sendo preparado pelo traficante Jorge Luís dos Santos para assumir o controle do tráfico.

Preso na Bahia, no mês passado, Jorge Luís foi encontrado enforcado dentro de sua cela. O traficante era a outra ponta da guerra entre o crime e a PM, que deixa os cerca de 20 mil moradores no meio da linha de fogo. Seu poder chegou ao ponto de alguns traficantes terem montando um santuário em sua homenagem dentro da favela.

Obrigados a se curvar calados ao poder dos bandidos, os moradores de Acari também acusam a PM de violência e arbitrariedade. Uma carta enviada pelo Centro Comunitário de Defesa da Cidadania de Acari a várias autoridades, inclusive o Secretário de Segurança Pública Nilton Cerqueira, denuncia as mortes de 7 de dezembro. “Estamos com medo de vermos repetida a chacina de 93”, apela o líder comunitário Herculano Rodrigues Laureano. (“Favelas só são lembradas pela violência diária”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1996)

#### “UM PALCO PERMANENTE DE TRAGÉDIAS”

“A morte do menino Maicon de Souza, de 2 anos, durante uma operação da Polícia Militar, no último dia 15, foi a tragédia mais recente de Acari, um território que se acostumou à violência dos bandidos e da própria polícia. Em 1990, a favela ficou conhecida internacionalmente. A projeção mundial começou com a chacina de 11 jovens – oito deles menores – num sítio em Magé, na Baixada Fluminense.

O caso fez nascer uma versão brasileira das Loucas da Praça de Maio, o movimento das mães dos desaparecidos políticos da Argentina. Para cobrar a apuração das mortes e a punição dos culpados, as mães dos jovens desaparecidos, que se tornaram conhecidas como as “Mães de Acari”, mobilizaram a opinião pública no Brasil e no mundo. O movimento sensibilizou a Anistia Internacional e a ex-primeira dama da França, Danielle Miterrand, que cobraram providências às autoridades.

As investigações revelaram que os criminosos eram policiais militares e civis. Três

dos jovens de Acari mortos eram assaltantes de cargas e teriam se negado a pagar propinas aos policiais. Passados seis anos, no entanto, a chacina de Acari ainda não foi julgada. A única punição do caso foi imposta a Edméia da Silva Euzébio, uma das “Mães de Acari”, assassinada em janeiro de 1993 perto da estação do Metrô da Praça Onze, no Centro.

O episódio mais grave em Acari ocorreu em janeiro de 1994: a disputa pelo domínio dos pontos de drogas e na Favela de Jorge Turco, em Rocha Miranda, transformou os dois locais num campo de batalha, deixando saldo de 12 mortos, entre eles duas mulheres grávidas, um soldado e um reservista do Exército.

A polícia ocupou Acari com 100 homens, mas os traficantes não perderam a audácia. Dias depois, o chefe do tráfico na favela matou um travesti e mandou deixar ao lado do corpo um cartaz em que assumia o corpo.” (“Um palco permanente de tragédias”, *Jornal do Brasil*, 27/04/1996, p. 8)

#### ZONAS VERMELHAS

“De acordo com o manual de guerra das Forças armadas, é considerada uma zona amarela aquela área onde há um risco moderado para a tropa. As zonas vermelhas, onde há um alto grau de perigo, também foram identificadas na cidade pelo general: “As favelas de Acari, Vigário Geral, Turano e Parada de Lucas apresentam um grande risco para a população e mesmo para a polícia, que deve ter maior cautela”, explicou o secretário.” (Declaração de Nilton Cerqueira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, cerca de 15 dias após a realização da passeata “Reage Rio” - *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1995).

Além das reportagens, há vários relatórios organizados por entidades de defesa dos direitos humanos, onde as expressões trágicas da morte e do trauma são explícitas. Basta conferir o dossiê organizado pela Anistia Internacional sobre o uso do caveirão e o policiamento nas favelas da cidade do Rio de Janeiro:

“Imagine um carro oficial blindado, tendo como distintivos uma caveira e uma espada, com policiais que entram atirando nos postes de iluminação primeiro e depois nos moradores do seu bairro... isto é o caveirão. Um garoto de 11 anos teve a cabeça arrancada do corpo com os tiros que partiram do caveirão. E nós, moradores, ainda temos que provar que foi a polícia” (*Moradora do Caju, Rio de Janeiro*, 2 dezembro 2005).

“Agiremos como na guerra convencional, onde o tanque vai na frente, e a infantaria cerca o inimigo pelos lados.” (*Coronel Venâncio Moura*. – comandante do BOPE)

Nesse mesmo dossiê, em uma seção intitulada “Dia de terror na favela de Acari”, pode-se ler o seguinte registro:

#### Dia de terror na Favela de Acari

No dia 1º de setembro de 2005, a favela de Acari viveu um dia de terror, quando o BOPE montou um ataque-relâmpago com o caveirão. De acordo com relatos de alguns membros da comunidade, durante o ataque-relâmpago, um rapaz de 17 anos, Michel Lima da Silva (Michelzinho) levou um tiro na cabeça. Seu corpo foi então içado num gancho no caveirão que transitou pela favela, exibindo o cadáver e exigindo dinheiro

pela entrega do corpo.

Sancleide Lima Galvão, de 46 anos, morreu cerca de uma hora depois de Michelzinho. Ela estava sentada nos degraus de sua loja de roupas com o neto no colo, e seu filho, que estava tocando violão, ao seu lado. Quando o caveirão virou a esquina, uma bala atingiu Sancleide no peito, por pouco não atingindo seu neto. Ela havia batalhado incansavelmente para melhorar as condições no bairro Fim do Mundo na extremidade da favela de Acari.

Retomando a problemática da relação entre morte violenta e favela, mediada pela maternidade, não é demais lembrar, com Philippe Ariès (2003), que com a modernidade a morte passou a ser associada ao impuro, e por isso mesmo interdita, tornando-se um tabu. Se a morte passa a ser associada ao profano, conseqüentemente a favela também, na medida em que concentra em seu território e em seu entorno a maior parte dos casos de mortes ligadas ao crime violento. Como venho repetidamente afirmando, a favela demarca as fronteiras e constitui-se em um obstáculo para as mães transformarem “a força em grandeza”. Grandeza que significaria a capacidade de generalizar a denúncia, mas que fica difícil na medida em que não se constitui um “mundo comum” que inclua os favelados.

Tudo isso aponta para uma forma de controle social a partir da “elaboração cultural do medo”, cujo limite tem sido uma verdadeira política de extermínio contra os pobres. Falar em “elaboração cultural do medo”, portanto, não significa dizer que o medo é fruto de uma representação de algo que não existe ou que se trate de falseamento da realidade. Pelo contrário, a produção das representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. Pensar e representar são momentos da práxis tanto quanto agir. Para a análise aqui esboçada, o que desejo frisar é que as representações e práticas calcadas no medo são manipuladas ideologicamente para sustentar uma “política do medo”.

O que venho sugerindo é que existe um forte preconceito em relação à favela e ao favelado como perigo, como ameaça à cidade e aos cidadãos e esta representação social marcada pelo preconceito cria e reforça obstáculos para as reivindicações dos favelados por direitos. Esta formulação já deixa transparecer a maneira como a favela e os favelados são percebidos respectivamente como não fazendo parte da cidade e da cidadania.

“O crime organizado extravasa seu campo de atuação e a partir dali invade todos os bairros da cidade” - (“Desafio nos morros” – *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1993)

“As elites, a classe média, os políticos ainda não acordaram para a terrível banalização da violência, na ilusão de que ela continuará restrita aos morros” - (“A ilusão dos morros” - *Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1993)

“Das favelas de onde se espriam os acenos da marginalização (...) Tiroteios, guerras de quadrilhas, bailes funks, lixo lançado para baixo, invasão das reservas florestais, desrespeito à propriedade particular... As 545 favelas (...) uma cidade que não está no mapa, com suas leis (ou falta de leis) próprias... Os favelados serão maioria, se o fluxo de favelização não for detido” - (“A ameaça das favelas”, *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1994).

“O Governo do estado está montando uma mesa telefônica, com cem ramais, para atender às redes de informantes das comunidades. Implantar-se-á um sistema de denúncias remuneradas. Em vez de os policiais escalarem morros a esmo, atrás de bandidos, poderão, acionado ao sistema, ir direto aos insetos” (Zózimo Barroso do Amaral, colunista social, no jornal *O Globo*, 12 de maio de 1995).

“Desde sábado, quando os dois assassinos (...) foram vistos numa área conhecida como Pedreira dos Pinéis, a polícia acreditava que eles estavam encurralados e poderiam ser presos a qualquer momento. (...) O Comandante do Bope, coronel Humberto Mauro Ramos, diz que a estratégia é semelhante à de caçadas: o caçador aguarda os animais nos caminhos que normalmente utilizam” (Jornal *O Globo*, 29 de novembro de 1995, p. 18)

“PM caça e mata três assaltantes. Um assalto (...) terminou em perseguição aos bandidos pelas ruas do bairro (...), numa caçada que mobilizou 50 policiais e acabou com três bandidos mortos e um PM ferido” (Jornal *O Globo*, 14 de dezembro de 1995, p. 29)

“Histórias como essa demonstram que traficantes, a exemplo de seqüestradores, não têm a menor consideração com direitos humanos, comportando-se como animais selvagens que não merecem qualquer consideração” - (Editorial do *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1995).

“Isso ('excessos' ocorridos na Operação Rio) não deveria excluir a possibilidade de uma participação militar, mas apenas cercá-la de maiores cuidados. Até porque a disseminação de armamento de guerra e o controle territorial por parte de bandos armados é uma questão de defesa nacional. Eles precisam ser neutralizados militarmente, seus redutos ocupados de forma permanente e seus esquemas de recepção e reposição de equipamento bélicos descobertos e eliminados. Esses objetivos pressupõem uma ação decidida com os meios militares necessários e, sobretudo, um excelente sistema de inteligência (...) Não há justificativa, por exemplo, em se manter a maioridade criminal em 18 anos, se temos o direito ao voto aos 16. Precisa haver uma correspondência entre direitos, deveres e responsabilidades. As penas relativas a posse, comércio ou uso de armamento de guerra devem ser draconianas; é urgente ampliar o número de penitenciárias e estabelecimentos de detenção de alta segurança, de preferência em unidades menores, de mais fácil controle. (...) Como no combate à Aids, as monoterapias fracassam e se faz necessária uma combinação de medicamentos diferentes para impedir a multiplicação do vírus”. (Alfredo Sirkis, presidente do PV-RJ, artigo “Politerapias contra a violência”, *O Globo*, 30 de novembro de 1996, p. 9).

“O exército entra limpo na guerra suja contra o crime organizado. A população dos morros apóia as operações de limpeza” (Editorial “Guerra Suja”, *Jornal do Brasil*, 25 de novembro de 1994).

“Vai longe o tempo em que as favelas podiam ser encaradas com simpatia... Os favelados, que se habituaram a jogar lixo para baixo (...) agora jogam cadáveres. O favelismo desafia a tudo e a todos” (Editorial “Favelas em foco”, *Jornal do Brasil*, 22 de abril de 1994).

“Já está mais do que na hora de nossas autoridades se mobilizarem e, com o apoio da sociedade, providenciarem a remoção das favelas. (...) Se as autoridades, por

demagogia, desinteresse ou sucumbindo às pressões de ONG's defensoras dos marginais nada fizerem, a situação tende a piorar. Não queremos uma reedição da ficção, como no filme 'Parque dos dinossauros', onde cercas eletrificadas separavam seres humanos de bestas. O final do filme nós já sabemos" (Carlos Fábio Penna, leitor de *O Globo*, Carta dos Leitores, 10 de janeiro de 1998, p.6).

Uma abordagem que hiperboliza o perigo das “classes perigosas” tem conseqüências concretas na cidade. Os discursos apartadores, calcados no medo, abrem caminhos para políticas de segurança baseadas no extermínio, em que os inimigos construídos são desumanizados e as formas de resistência e protesto são reprimidas e criminalizadas. O medo passa a justificar e embasar uma forma de governo baseada na suspensão e no cancelamento dos direitos<sup>39</sup>.

Para Agamben (2004) os tempos atuais são de consolidação do estado de exceção como paradigma de governo. Os governos passam a exercer o poder valendo-se da prerrogativa de que é preciso suspender a ordem jurídica e cancelar direitos, supostamente em nome de medidas de segurança e da manutenção da ordem. Passa a haver uma autonomização da ação em relação ao direito. Os direitos constitucionais continuam em vigor, mas perdem sua normatividade. As medidas excepcionais tornam-se a regra.

Essas reflexões de Agamben ajudam a pensar a perspectiva como a favela tem sido tratada pelas políticas de segurança pública, sobretudo no que diz respeito à ação policial. Sob o pretexto de se combater o tráfico de drogas toda a população de um certo território (no caso, a favela) é assujeitada ao arbítrio da ação policial que se autonomiza e deixa de pautar sua ação pela normatividade do direito. O impacto na vida cotidiana da favela é grande. Em Acari, por exemplo, é comum as escolas fecharem durante as situações de conflito armado e ninguém poder circular pelas ruas. Em muitos casos os serviços de telefonia, energia e abastecimento de água são interrompidos. E a violação da

---

<sup>39</sup> No final de 2002, o jornal Folha de São Paulo divulgou uma série de reportagens tornando pública a atuação do exército brasileiro em serviços de informação contra aquilo que denominou de “forças adversas”, definidas como: “grupos, movimentos sociais, entidades, ONG’s (...) que provocam reflexos negativos para a segurança nacional (...). No momento atual, verificam-se exemplos dessas entidades no crime organizado, no narcotráfico e nos movimentos populares como o MST”. Um dos documentos afirma que a polícia, para assegurar a ordem e o bem públicos, se permite “arranhar direitos dos cidadãos numa espécie de arbítrio necessário”. Em 1998, o Exército lançou um plano secreto para espionar o MST, chamado de “Operação Pescado”, financiado com verbas públicas ocultas e com duração “indeterminada”. No início de 2000, foi iniciada outra operação secreta contra o MST, chamada “Tempestade”, cujo objetivo, segundo divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, era “levantar a localização e a data de invasões, manifestações e ocupações”. Uma outra operação para espionar ONG’s foi a “Poseidon”, com interesse especial por entidades de defesa do meio ambiente, direitos humanos e que trabalham com a questão indígena. (Documento do exército citado pelo jornal Folha de São Paulo em reportagens de 2 a 17/08/2001, no Caderno Brasil. A esse respeito conferir o texto de Cecília Coimbra (2001) “A espionagem do exército e a questão dos mortos e desaparecidos políticos”. Sobre a criminalização e repressão ao MST conferir Araújo (2006).

integridade física e moral é sempre uma grande possibilidade.

O estado de exceção, hoje, atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário. O aspecto normativo do direito pode ser, assim, impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que, ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito. (Agamben, 2004: 130).

A citação acima talvez ajude a explicar porque o “Caso Acari”, por exemplo, só passou a ter alguma repercussão quando da denúncia internacional encaminhada pela Anistia Internacional. Exatamente porque no plano interno os direitos, além de possuírem uma geometria variável, como definiu Lautier (1997), são recorrentemente suspensos e, portanto, não são respeitados. Mesmo que se esteja desrespeitando tratados de direito internacional assinados pelo próprio país<sup>40</sup>.

A possibilidade de que algo aconteça a partir de denúncias internacionais é sempre maior, daí inclusive as propostas e estratégias da Anistia Internacional e de outras entidades defensoras de direitos humanos, de que os crimes contra os direitos humanos sejam federalizados e também denunciados a tribunais internacionais.

A experiência dos dois governos Brizola no estado do Rio de Janeiro merece alguns comentários porque nesse período houve um esforço em romper com esse paradigma de governo. Mas a força dele foi grande. Um dos principais problemas foi uma certa autonomização das instituições policiais (civil e militar) em relação ao governo de Brizola. Embora a polícia seja constitucionalmente vinculada ao poder executivo estadual houve recusa por parte da corporação em acatar as decisões.

Em entrevista com Nilo Batista, a análise que ele fazia a respeito dos conflitos envolvendo as instituições policiais e o governo Brizola, era de que nesse período houve um embate entre forças progressistas e forças retrógradas que buscavam imprimir sua

---

<sup>40</sup> O Brasil ratificou a maioria dos principais instrumentos globais e regionais de proteção dos direitos humanos. Após a adoção e a proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, foram ratificados pelo Estado brasileiro: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção de Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; a Convenção sobre os Direitos da Criança; os Protocolos Adicionais à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura; da Convenção Americana sobre Direitos Humanos; o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Abolição da Pena de Morte; entre outros. Contudo, ainda não ratificou a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

identidade nas agências estaduais de controle da criminalidade. Como ele mesmo reconhece, houve uma derrota do projeto político encabeçado por Leonel Brizola. Havia uma clara renúncia das instituições policiais em seguir os parâmetros de atuação ditados pelo governo. A adoção de procedimentos próprios, particularizados, chegou a assumir proporções maiores no fim do primeiro governo Brizola, quando uma grave crise na Polícia Civil gerou um debate sobre a necessidade ou não de uma intervenção federal na segurança pública do Rio.

No enterro de um policial assassinado em operação policial o delegado José Guilherme Godinho, o Sivuca, mandou um recado ao governo pela imprensa: “que ele transferisse para a polícia o carinho que tem pelos marginais” (JB, 1/7/86, citado de Hollanda, 2005: 135).

Com a adesão de amplos setores da sociedade à lógica da repressão e o respaldo da mídia, os policiais vinculavam a responsabilidade pelo aumento dos índices de criminalidade ao insucesso do governador na condução das polícias (Hollada, 2005). O delegado Hélio Vigio, então titular da 32ª DP, em Jacarepaguá, deu a seguinte declaração:

Bandido só respeita a repressão. Querem fazer do policial um assistente social. Até quando o governador vai enganar o povo com essas histórias de criancinhas? Não podemos tocar nas favelas, é reduto dele. Já vivemos em outro regime de políticos, mas nunca fomos tão desrespeitados. (JB, 04/07/86 citado de Hollanda, 2005: 137).

Essa mesma lógica é corroborada por Sivuca:

Não podemos mais viver de cemitério em cemitério. Vidas jovens vão embora a troca de uma política de valorização de bestas humanas. Se a polícia agora invadir um barraco de bandido e, se lá estiver quem defenda os direitos humanos, morre também. Agora é: para cada policial morto, mil bandidos. (JB, 04/086 citado de Hollanda, 2005: 138)

### **A luta por direito frente à exclusão totalitária**

O “eterno retorno” da violência policial reforça o sentido das denúncias das “Mães de Acari”: o passado sombrio pode se repetir. A favela tornou-se um lugar de onde reverbera aquilo que Sarah Escorel (1995) denominou de “tendências totalitárias”.

Para evitar mal entendidos e tendo em vista que a discussão a respeito do totalitarismo aqui será apenas de passagem vale a pena frisar que o objetivo de Sarah Escorel e o meu “não é retirar a especificidade – histórica e conceitual – dos regimes

totalitários e sim de utilizar o referencial teórico e os processos históricos de conformação do totalitarismo para identificar traços culturais e sociais cuja interseção conduz a um processo de exclusão que passaria por todos os âmbitos atingindo o limite extremo: a exclusão da vida” (Escorel, 1995: 15).

Como já alertei desde a introdução deste trabalho e faço questão de lembrar mais uma vez, não estou querendo dizer que exista alguma equivalência entre os diferentes eventos que permita compará-los historicamente. Acho que são eventos completamente diversos, incomparáveis, que não possuem a mesma estatura histórica de maneira alguma. Seria absurdo afirmar uma coisa dessas. A hipótese trabalhada por Escorel, e que aqui me interessa, é a de que a exclusão social totalitária pode emergir não apenas através de campos de concentração, mas também através de formas cotidianas de eliminação de setores da população, de “políticas de despovoamento”, onde grupos considerados “supérfluos” ou “indesejáveis” são eliminados.

O Brasil não vive um regime totalitário, trata-se, trata-se de uma sociedade que funda-se no autoritarismo e na violência, mas que convive com a emergência de fenômenos ou tendências totalitárias. Daí Sarah Escorel sugerir a utilização do conceito de *exclusão social totalitária* como categoria explicativa para o caso brasileiro. Essas tendências totalitárias se manifestam de diversas formas, como por exemplo, na repressão às favelas e no extermínio de favelados (como foi no “Caso Acari” e em Vigário Geral), nas chacinas de meninos de rua (Candelária), no massacre de trabalhadores sem-terra (Eldorado dos Carajás no Pará e Corumbiara em Rondônia), entre outras.

Recorrendo-se às análises desenvolvidas por Robert Castel (1998) e outros autores que vêm discutindo sobre a perda do vínculo social, pode-se situar o “Caso Acari” como um evento crítico marcado por uma trajetória de rupturas e não reconhecimentos. Nesse sentido, para se compreender a participação de alguns desses jovens de Acari em atividades criminosas, é preciso notar que as promessas da modernidade, em sua expressão capitalista contemporânea, de integrar a todos (sobretudo através do mercado de consumo) não se realizaram. As promessas de afirmação da liberdade e da individualidade através do consumo não foi estendida a todos e têm sido frustradas. Sem pretender fazer juízos de valor sobre este tipo de comportamento, o que desejo assinalar é que muitas atividades criminalizadas, como o tráfico de drogas, têm se tornado uma alternativa a muitos jovens para saírem dessa condição de invisibilidade e se fazerem reconhecidos.

Na reconstituição que o jornalista Carlos Nobre (1994, 2005) fez do “Caso Acari”

ele relata que os comerciantes locais, próximos ao sítio de Magé onde os jovens estavam hospedados e onde faziam suas compras, estranharam a ostentação de objetos de valor como jóias, aparelho de som sofisticado e muitas notas de dinheiro de alto valor por parte dos jovens. Outras passagens dos livros reportam às tentativas e dificuldades de um desses jovens para tentar esconder uma grande quantidade de dinheiro, supostamente resultante de assaltos, praticados na Avenida Brasil.

As estratégias para romper um ciclo de pobreza, para romper uma trajetória de perdas de vínculos sociais e de não reconhecimentos, podem variar muito. Desde saídas individualistas e que apostam no crime como uma alternativa de vida (como no caso de alguns desses jovens de Acari) como também, por outro lado, pode-se recorrer a formas de resistência na ação social e política coletiva (como algumas das mães), apesar de todas as dificuldades e limites. Para se pensar o “Caso de Acari”, mas também outros com o mesmo teor, recorro a algumas reflexões desenvolvidas por Sarah Escorel (1995) sobre os processos de exclusão social.

Ao discutir o conceito de exclusão social sua análise aponta questões interessantes para se pensar a questão social hoje. Baseando-se no pensamento político de Hannah Arendt, Escorel vai propor a utilização do conceito de *exclusão totalitária* como categoria explicativa para designar acontecimentos como a chacina de Acari. Para ela, a exclusão social pode ser definida como um processo que progride através de trajetórias de desvinculações, situações em que os vínculos sociais frágeis alcançam sua ruptura completa. Durante este processo existe ainda condições intermediárias, ou zonas, como prefere Robert Castel (1998).

Estas trajetórias de desvinculação podem percorrer diversos âmbitos. Castel propõe dois eixos de integração/não-integração: o mundo do trabalho e o mundo das relações sociais. Sarah Escorel alerta que além desses dois eixos devem ser considerados também os eixos de pertencimento/exclusão que envolvem os âmbitos político (da cidadania), cultural (das representações sociais) e a própria condição humana. Assim, o conceito de exclusão social deve ser reservado para situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinado por decisões individuais.

Em relação ao eixo do mundo do trabalho Castel aponta para o desemprego crescente e a constituição de “periferias precárias” constituídas por empregos de tempo parcial ou de duração limitada. As novas tecnologias tornaram obsoleta boa parte da mão-

de-obra, sendo que uma grande parte desta mão-de-obra não constitui nem mesmo o exército de reserva necessário ao capitalismo.

No âmbito social as trajetórias de desvinculação envolvem fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança, de comunidade que atingindo o ponto de ruptura conduzem o indivíduo ao isolamento social e à solidão. Implicam percursos de distanciamento dos valores e relações que estruturam o cotidiano e dificuldades de mobilizar apoios.

Hannah Arendt distingue isolamento de solidão. O isolamento é uma categoria da esfera política, que surge com a destruição da esfera pública. O que caracteriza o isolamento é a impotência, a incapacidade para agir. A força, ao contrário, surge quando os homens trabalham em conjunto. A solidão diz respeito aos contatos sociais, significa a experiência de não se pertencer ao mundo, de não ser de interesse de ninguém.

Um terceiro eixo pode ser construído a partir da dimensão política, marcado pela precariedade no exercício de direitos formalmente constituídos e de incapacidade de se fazer representar na esfera pública. A cidadania se constitui através do primeiro direito que é o “de ter direito a ter direitos”. Expulso do âmbito da lei o indivíduo passa a viver sob o domínio do arbítrio e destituído de direitos emerge uma lógica social na qual parece ser impossível o estabelecimento de uma regra igualitária de reciprocidade.

No âmbito cultural, ou seja, o da troca dos valores simbólicos, o processo de exclusão se dá pelo não reconhecimento das representações sociais, como se a pessoa não existisse, acontecendo uma estigmatização simbólica que leva ao desaparecimento da alteridade, criando um “solo pré-totalitário” e de uma “lógica” social que tornará possível a exclusão física.

Na esfera das representações sociais pode ser observada a “fatalidade” da exclusão social e o conformismo com sua existência. Desprovidos então de qualquer obstáculo ético, a eliminação física do homem torna-se algo natural e se expressa no “isso é assim mesmo e não há nada a fazer” que progredindo pode chegar no “isso é assim mesmo e o que há para fazer é eliminá-los”. Este é o quinto eixo do não pertencimento. Não pertencimento à vida. Expulsão da própria condição humana. Eliminação física justificada por uma explicação lógica e racional.

Baseando-se em Hannah Arendt, Escorel distingue regime totalitário, ideologia totalitária, e fenômenos ou tendências totalitárias. As principais características dos regimes totalitários são: ditaduras de partidos únicos, com monopólio do poder nas mãos do líder,

sistema de terrorismo policial; monopólio tendencialmente absoluto dos meios de comunicação de massa e dos instrumentos de luta armada; e, uma ideologia oficial que abrange todos os aspectos da vida e que dirige uma luta pela transformação total e radical da sociedade (Escorel, 1995). O termo totalitarismo deve ser reservado para caracterizar ações de exclusão social com terror, a construção de homens supérfluos e seu extermínio e através da ideologia totalitária pretende dar uma explicação total e lógica (coerente), irrefutável e suficiente.

O regime totalitário é uma forma de governo específica que tem no terror a essência de governo e na lógica coercitiva da ideologia o seu princípio da ação. Já os fenômenos ou tendências totalitárias podem existir em países com regras democráticas, podendo emergir através de campos de concentração, mas também como formas permanentes e cotidianas de extermínio de determinadas camadas da população.

Com base nessas considerações sobre os processos de exclusão social é interessante notar como a experiência do sofrimento causado pela perda contínua dos vínculos sociais passa a ser produzida e vivida socialmente, notadamente a experiência do luto que acentua ainda mais o sentimento de não cidadania, o sentimento de não fazer parte das preocupações de ninguém. E nesse sentido, é o próprio horizonte de se fazer e ser reconhecido como parte de uma humanidade comum que vai se perdendo de vista.

No caso das “Mães de Acari”, pode-se dizer que a partir da vivência do luto estas mães elaboram práticas reivindicativas de justiça, com menor ou maior sucesso, na medida em que a denúncia do acontecimento ganha justificação e legitimidade pública (Boltanski, 1990). Neste processo, trava-se uma luta por respeito (Vidal, 2004) e reconhecimento (Honneth, 2003), marcada por uma forte dimensão moral, onde são elaborados “repertórios” ou “idiomas de ação” (Steil, 2001: 201), envolvendo símbolos e rituais, capazes de movimentar uma política dos sentimentos (Barreira, 2001; Leite e Birman, 2004). É através de uma linguagem das emoções e dos sentimentos que estas mães buscam sensibilizar e mobilizar o apoio público para sua causa, que embora seja um caso particular é um caso exemplar e pode voltar a acontecer, por isso mesmo merece a solidariedade e a atenção de todos, conforme o argumento das próprias mães. É da dor diante do *desaparecimento* dos filhos que elas buscam solidariedade e compaixão.

## **O circuito mimético da morte**

Na hierarquia dos medos sociais urbanos a transformação, nas duas últimas décadas pelo menos, das favelas cariocas em territórios ocupados por bandos armados de traficantes, sendo sempre latente a possibilidade de eclosão de conflitos armados entre bandos rivais ou entre estes e a polícia, tem sido sempre um dos principais elementos a provocar o medo. Uma das conseqüências dos constantes conflitos armados é a presença marcante da morte traumática, violenta e forçada, nos espaços sobretudo das camadas populares, no caso do Rio de Janeiro, particularmente as favelas.

Trata-se da presença de uma morte que vem muitas vezes de maneira ritualizada como um sacrifício humano. Como, por exemplo, nos casos em que os corpos são esquartejados e dados a porcos, leões ou jacarés, como comida. Ou o corpo queimado vivo, com gasolina, como tem ocorrido recorrentemente. Essas são manifestações ritualísticas do uso da força pelos traficantes de drogas nas favelas cariocas e também pela polícia. Atitudes muito simbólicas e muito concretas, cujo significado talvez seja a expressão pública da negação do reconhecimento dos próprios laços de humanidade, dos vínculos que une a uma mesma espécie. Quando o corpo é esquartejado e dado de comida a porcos, leões ou jacarés, o que está por trás desse ritual simbólico sacrificial é a inferiorização do ser humano até mesmo em relação aos animais. É a fetichização típica do espaço do terror e da morte, onde as coisas passam a ter vida própria e os humanos tornam-se coisas inanimadas.

Onde o humano quer tornar-se natureza, ele endurece-se ao mesmo tempo contra ela. Proteção enquanto susto é uma forma de mimetismo. Cada uma das reações de espanto no homem são esquemas arcaicos de sobrevivência: a vida paga o tributo pela sua subsistência por meio da adaptação à morte (Horkheimer & Adorno, apud Gebauer E Wulf, 2004: 79).

O “espaço da morte” pode ser pensado a partir da dimensão antropológica do conceito de mimese. Ao homem é dada a possibilidade de abrir caminhos, de trabalhar o mundo, o homem é passível de afetação, no duplo sentido de afetar e ser afetado. Ele acolhe o mundo e o responde com ações construtivas.

O conceito de mimese encontrou ressonância na teoria do homem. Este conceito descreve um outro modo de fazer além daquele puramente racional: a produção de artefatos, em que são sublinhados particularmente os aspectos corporais, perceptivos e

emocionais, assim como o temporal. Sob o ponto de vista da mimese, busca-se uma outra forma de ação humana que tenha como ponto central a práxis da ação e a relação com outras pessoas (Gebauer e Wulf, 2004: 25).

A partir das experiências e afetações porque passam os seres humanos configuram-se formas singulares de estar no mundo. Os sujeitos recriam o mundo por meio de suas próprias configurações, nisso consiste o processo mimético. No caso aqui analisado, a partir da vivência do *desaparecimento* dos filhos, as mães desenvolvem a criação de códigos miméticos, cujo fundamento simbólico por detrás dos gestos miméticos, é encontrado nos símbolos que são arbitrados socialmente, carregando a própria memória social. São elaborados significados para o sumiço dos filhos, a partir, principalmente, do universo simbólico da morte e da maternidade. No momento em que recorrem ao gesto mimético participam como co-criadores de seus próprios símbolos, como no processo ritual, reatualizando e recriando significações para a vivência do *desaparecimento* dos filhos diante da “sociedade”. A vivência da dor é ressignificada e nesse processo de ressignificação ela é retirada do espaço privado e exposta no espaço público, nesse momento a dor é politizada. O *desaparecimento* dos filhos traz à tona as relações entre luto, sociabilidade e justiça, emergindo daí uma nova categoria social, as “mães de vítimas de violência”, que passam a elaborar ações coletivas e práticas políticas a partir da manipulação pública do luto. O tempo e o espaço do luto são transformados em tempo e espaço de protesto e reivindicação por reparação, estou chamando isso de *práticas de luto reivindicativas de justiça*.

Diante do *desaparecimento* ou da morte de um ente querido o mundo de quem sofre a perda desaba, desmorona, no limite, se desumaniza. Aí entra a ação mimética que, como escrevem Gebauer e Wulf (2004: 14), numa fórmula mais curta pode ser definida como “fazer o mundo mais uma vez”, esse fazer tem um lado simbólico e material, com seus sentidos e suas práxis.

Ações de grande intensidade emocional parecem desafiar particularmente a mimese. O caráter contagiante do sorrir, do amor e da violência é proverbial. Nas culturas antigas, cada ação violenta era respondida com outras ações violentas. Sempre surgia um “círculo vicioso” da violência que aumentava sua extensão e intensidade, e a coesão da sociedade era colocada freqüentemente em risco. Por meio de proibições e rituais, as sociedades também tentam ainda hoje superar determinadas ações violentas.

Em crises miméticas, nas quais ações violentas são desencadeadas, a repressão das mesmas não funciona por meio de proibições e ritos. Com ajuda do sacrifício ritualístico de um “bode expiatório”, a crise pode ser apaziguada (Girard, 1982). Nessas situações, uma vítima em potencial é escolhida conjuntamente, determinada como “bode expiatório”, a crise pode ser apaziguada (Girard, 1982). Nestas situações, uma vítima em potencial é escolhida conjuntamente, determinada como “bode expiatório” e

sacrificada em comunhão. Na união da sociedade, desenvolve-se uma “mimese do rival”, isto é, uma aliança contra a vítima declarada como inimiga. Geralmente, é definido em unanimidade alguém indefeso, e cuja morte não provocará mais ações violentas. No entanto, espera-se com ele o fim do circuito mimético das ações violentas (Gebauer e Wulf, 2004: 45).

No que diz respeito ao que estou chamando de espaço da morte, as relações envolvendo morte, meios de comunicação e espaço social, alimentam um “circuito mimético das ações violentas”, circuito que se unifica na produção da imagem do terror.

“A forma da mimese está situada essencialmente nas imagens que ela produz. Ela cria um mundo das aparições, da aparência e da estética. As imagens têm, na verdade, uma existência material, mas o que elas representam não é parte integrante da realidade empírica, pertence a uma outra ordem do saber que esta. As imagens produzem uma ligação entre o homem e a realidade empírica, mas elas também têm um lado de ilusão e de engano. Nela reconhecemos, reconhecemos um tendência à autonomia, aos acontecimentos sensitivos sem referência ao real, ao simulacro e à simulação” (Gebauer e Wulf, 2004: 80).

No espaço da morte a fronteira entre o real e a representação torna-se tênue. O espaço da morte é performático, a morte ritualizada performativamente sobre o corpo. Na sociedade brasileira, segundo Caldeira (2000), predomina uma noção incircunscrita de corpo e de indivíduo, onde independentemente do regime político é sobre o corpo incircunscrito dos dominados que as relações de poder se estruturam. Quando a marcação dos corpos predomina é improvável o respeito aos direitos civis. Caldeira observa que “o Brasil tem uma democracia disjuntiva que é marcada pela deslegitimação do componente civil da cidadania (Caldeira, 2000: 375)”. O corpo sempre esteve ligado às dimensões do sagrado e do profano e, nesse sentido, a morte violenta praticada à maneira de um sacrifício, onde se inscreve a lei sobre o próprio corpo.

Se a morte foi o primeiro fato social interdito, transformado em tabu na modernidade, como afirma Philippe Ariés (2003: 84), não podia vir de outro lugar e com maior força o poder dos traficantes e também da polícia, senão da elaboração cultural do medo a partir da morte e da ação direta sobre o corpo. O corpo é uma memória e em sua superfície inscreve-se a lei. Diante da suspensão do direito, o poder é exercido ritualmente sobre o corpo. No limite, o próprio corpo é desaparecido, como no “Caso Acari”, o que é a prova maior do terror que o estado de exceção deve inspirar. “Que ninguém ouse questionar a negação do direito de ter direito”, essa parece ser a lição.

Mas quando se pensa nas práticas das “Mães de Acari”, constata-se dialeticamente que a morte sacrificial em um rito punitivo produz também as práticas de luto e os rituais de

morte que passam a ser manipulados como forma de denúncia e protesto, associando religião e política, elementos de uma e de outra.

A morte sempre foi um campo forte de atuação das religiões, a morte e suas relações com a assistência social e a caridade: o cuidado dos mortos. Mas intervir sobre a morte também significa intervir na produção de uma vida que seja preparada para a morte, para a morte como um rito de passagem para outra vida. O conforto para agüentar esta vida é a promessa da vida após a morte. O tempo da morte é sempre um momento de intensa ritualização das emoções. Mas e quando faltam os corpos dos mortos? Como ter o reconforto de que o ente querido descansará em paz na outra vida se o corpo sequer foi enterrado ou não se tem notícia dele?

Durante a realização desta pesquisa, numa ocasião em que fui visitar uma rádio comunitária na favela Pedreira, entre Pavuna e Acari, a moradora que me servia de informante me mostrou um grande muro que ficava ao lado de um abismo. Esse local segundo ela, servia como “paredão de fuzilamento”. Depois de mortas as pessoas eram jogadas abismo abaixo. Esse local fica no alto, provavelmente no ponto mais elevado do relevo da favela, e ali foi construído um posto policial e ao lado, exatamente onde ficava o muro, foi construído por moradores evangélicos um monumento, uma escultura de uma bíblia.

Do mesmo modo que há uma fixação de uma representação negativa de determinados territórios como espaço da morte, há também grande esforço por desconstruir estas imagens negativas e construir outras positivas. O dilema que se coloca é que a representação política destes grupos subalternos é frágil e é muito difícil dar expressão política para suas denúncias e suas reivindicações.

O processo mimético consiste em assimilar o mundo, mesmo a tragédia, e atribuir sentido. Isso quando não ocorre o seu contrário, a crise mimética. A crise mimética é a restrição máxima de possibilidades de produção de sentido, o fim da polifonia. Por exemplo, no caso da construção do espaço da morte, isso fica claro. Quando uma representação negativa de um território, a partir da morte traumática e violenta, fixa-se sobre o lugar, isso quer dizer que as outras possibilidades positivas de representar esse território são limitadas, restringidas. Desse modo, é vedado ao outro a possibilidade de ser reconhecido positivamente no plano simbólico, no plano das representações culturais e que se estende para a sua não-representação política.

Éber Marzulo ao discutir a relação entre identidade social e territorialidade na

modernidade tardia se pergunta sobre a existência ou não do favelado, “enquanto identidade social sociologicamente relevante para compreensão da constituição das identidades sociais no contexto da pulverização e diluição das identidades na modernidade tardia” (Marzulo, 2005: 208). A resposta que ele dá para essa questão é não. Não existe o favelado enquanto identidade social sociologicamente relevante. Por quê? Marzulo argumenta que existe “nas narrativas e práticas narradas pelos moradores da favela o surgimento de uma identidade social fundada no território, esse território não é o da favela, mas antes o espaço das classes populares” (ibidem: 208). Concordo que a favela é sim um espaço das classes populares, com todas as suas heterogeneidades e hierarquias, mas também acho que ao se falar em espaço dos pobres algumas distinções analíticas precisam ser feitas e é nesse sentido que a favela possui suas especificidades. Por exemplo, embora muitas vezes vivam problemas e realidades próximas não é a mesma coisa falar em periferia e falar em favela. Duas dessas especificidades que podem ser assinaladas a respeito da favela é a questão territorial/ecológica e as representações sociais que foram sendo produzidas especificamente sobre as favelas. As favelas ocupam um lugar próprio no imaginário urbano carioca.

## REFLEXÕES FINAIS

Esta dissertação abordou o *desaparecimento* de onze jovens da favela de Acari. A partir do estudo do “Caso Acari” diversos temas foram sendo relacionados: a maternidade, a morte, o luto, as lutas e os rituais por justiça e reparação, o preconceito e a criminalização da favela e do favelado enquanto categoria social. As dimensões que o “Caso Acari” alcançou o tornaram uma referência. Através da publicização e socialização do caso particular de *desaparecimento* passou-se a uma *coleção de casos* relacionados a vários outros tipos de violência, mas cujo princípio unificador era o mesmo: o sofrimento e a dor das vítimas e dos familiares.

O encontro de mães e familiares que perderam filhos ou parentes, vítimas de violência patrocinada por agentes do Estado, ou por grupos de extermínio formados por policiais, ou ainda em razão dos conflitos armados envolvendo facções criminosas ligadas ao comércio ilegal de drogas, revela muito das condições de vida das classes populares urbanas hoje e de seus espaços de moradia e coloca questões relativas à sua capacidade de intervir no processo social e político.

Diante dos processos contemporâneos de criminalização da pobreza e das lutas sociais e da transmutação da guerra contra a pobreza para uma guerra contra os pobres, onde as políticas sociais são transformadas em políticas de vigilância, controle e repressão das classes populares, tidas como “clientelas privilegiadas das burocracias estatais” (Paixão, 1987: 13), que significados políticos podem ter essas experiências associativas de mães e familiares de vítimas de violência?

Para responder a esta pergunta vale a pena retomar algumas considerações de José Álvaro Moisés e Verena Martinez Allier a respeito da participação social e política das classes populares:

Classes subalternas, elas se encontram subordinadas aos padrões de domínio impostos pelas classes dominantes, de forma particular o domínio do Estado. Entretanto, no caso brasileiro, contrariamente ao que acontece na maioria dos países capitalistas, essas classes populares não são dotadas de organizações próprias de defesa econômica e de representação política diante do Estado e das demais classes sociais, o que as restringe para expressar a sua presença na sociedade de forma autônoma e independente. Isso torna muito mais difícil para os analistas – e para os seus próprios protagonistas – perceberem a sua presença social e política de forma positiva, isto é, a manifestação de seu querer e de sua *vontade própria* como algo distinto e específico no interior da história social, em grande parte dirigida e disseminada pelas elites dominantes. (Moisés & Allier, 1977: 20)

Para continuar usando uma expressão de Moisés & Allier, a movimentação de mães e familiares de vítimas de violência pode ser tomada como “síntese de uma série de contradições” onde são evidenciadas as “*condições limites de sobrevivência*” das classes populares urbanas hoje, submetidas agora a um tipo de controle social que parte do território. E aqui uma observação fundamental deve ser assinalada. Quando os autores citados referem-se a “condições limites de sobrevivência” e a “síntese de uma série de contradições” eles estavam se referindo, a partir de uma análise mais especificamente política, às relações entre Estado e massas populares que configuram o populismo, procurando vislumbrar formas de sua superação e se interrogando sobre o “papel das massas nestas etapas históricas”, enfim, sobre a capacidade e a potencialidade das classes subalternas manifestarem suas “vontades próprias” e dotarem-se de organizações próprias de defesa econômica e representação política.

Mas esse tipo de preocupação dos autores, de certo modo, ficou bastante reduzido nas análises que a ela se seguiram sobre os movimentos sociais urbanos. A questão do papel do Estado frente às novas contradições urbanas e a capacidade das classes subalternas de criar sua própria representação política que subverta as relações com as classes dominantes e, particularmente o domínio do Estado, ficou ofuscada<sup>41</sup>. Desse modo, perdeu-se de vista, ou pelo menos se tornou muito frágil, a perspectiva de análise da transformação da estrutura da sociedade de classes e do Estado brasileiro.

É essa perspectiva que desejo retomar agora para lançar algumas questões relativas aos significados dos protestos de familiares e vítimas de violência. Embora neste trabalho eu tenha me debruçado mais especificamente sobre a experiência das “Mães de Acari”, este é apenas “um caso particular do possível” (Bachelard, 1995: 55).

Nesse sentido, desejo retomar algumas questões para se entender os possíveis significados políticos desse tipo de protesto, alguns de seus dilemas e o seu alcance. Na medida em que é possível identificar um perfil de classe nessa modalidade de ação coletiva, a seguinte questão pode ser colocada: possuem estas organizações algum projeto alternativo de sociedade? Quais são os alcances e os dilemas enquanto ação política?

Estas são algumas questões fundamentais para que não se fique preso apenas em descrever as ações coletivas isoladamente sem se interrogar pelo significado político delas

---

<sup>41</sup> Para uma análise sobre paradigma e movimento social urbano conferir Machado da Silva & Ribeiro (1996).

em um contexto mais amplo. Todas essas perguntas ajudam a recolocar no debate uma questão importante, que certamente não é possível responder no escopo desse trabalho, mas que merece atenção e geralmente tem ficado fora de muitas análises acadêmicas e ausente na própria agenda dos protagonistas das lutas sociais e políticas brasileiras: onde andam e a quantas andam os projetos de transformação política e econômica da sociedade brasileira? Em que medida os próprios protagonistas das lutas sociais e políticas têm se colocado essas questões? O próprio debate sobre democracia e justiça social ficou ofuscado e no fundo de tudo isso paira o conflito de classe, de maneira muito dissimulada.

Para que não se perca uma dimensão histórica e mais macro do contexto de mudanças políticas em que o “Caso Acari” se insere ressalto alguns pontos que considero importantes da década de 60 para cá para o entendimento do caso em um contexto de mudança política: (1) na década de 60 a palavra de ordem era *revolução* (no sentido econômico), havia na agenda política um grande debate sobre os rumos do Brasil e propostas de projetos de transformação do país que foram levados ao limite na ação armada das guerrilhas; (2) dessa época para cá dois acontecimentos fundamentais marcaram uma profunda mudança na esquerda: a ditadura militar e a queda do socialismo real no leste europeu; (3) é nesse bojo de mudanças e nesse contexto histórico que ocorre um verdadeiro giro temático que coloca em pauta novos temas como democracia, cidadania, direitos humanos e os novos movimentos sociais. Por outro lado, acompanhado pela entrada do tema da segurança pública e da “ordem”<sup>42</sup> na agenda política. O chamado “problema da segurança pública” de certo modo passou a ocupar o antigo lugar do “problema da segurança nacional”.

É nesse contexto de abertura política e de transformações na cultura política da esquerda que o governador Leonel Brizola chega ao governo do estado do Rio de Janeiro em 1983 e é sintomático que um dos principais lemas de seu governo tenha sido o “respeito aos direitos humanos das classes populares”, o que significou ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. Essa opção política trouxe problemas para o governo que teve que enfrentar muitas resistências e discordâncias com relação à defesa dos direitos humanos das classes populares, representada sobretudo pela política dirigida às favelas e aos favelados. O maior embate se deu com a instituição policial que via nesse tipo de política um obstáculo ao exercício do trabalho policial (Hollanda, 2005). O esforço a seguir será feito no sentido de mostrar duas coisas: primeiro, o contexto em que o tema dos direitos

---

<sup>42</sup> Sobre o “problema da segurança pública” cf. Machado da Silva; Leite; Fridman (2005).

humanos se “institucionaliza” ou, se consolida, no Brasil, através da experiência dos presos políticos; em segundo lugar, o “Caso Acari” e o governo Brizola no contexto dos direitos humanos.

### **Os presos políticos e a configuração dos direitos humanos no Brasil**

Historicamente, as reivindicações e denúncias ligadas ao tema dos direitos humanos tiveram sua entrada significativa na agenda política brasileira a partir dos anos 70 e partiram principalmente e de maneira mais expressiva de grupos de pessoas que haviam sido perseguidas pela repressão militar, a maior parte proveniente de setores das camadas médias intelectualizadas que haviam sido alcançados pela violência estatal<sup>43</sup>. Não é novidade que a luta pelos direitos humanos, no Brasil, deu-se de modo fundamentalmente isolado em relação à massa da população, que não se identifica com suas reivindicações.

Embora já existisse um certo movimento de entidades de direitos humanos foi com a ditadura militar e com a questão dos presos políticos que o tema dos direitos humanos entrou com força na agenda política da sociedade brasileira. Luciano Oliveira (1996) sustenta a tese de que o tema dos direitos humanos tornou-se de alguma forma uma imagem de marca da esquerda e que isso não significa simplesmente uma adesão superficial a uma moda espalhada pelo mundo, nem significa virtuosismo da esquerda, trata-se antes de uma mudança de sensibilidade que se operou na cultura política da esquerda brasileira e também latino-americana. Dois conjuntos de acontecimento estão na base dessa nova sensibilidade. De um lado, a experiência dolorosa que a esquerda brasileira viveu nos porões do regime militar, o que a levou a refletir sobre a dura realidade da repressão ordinária exercida desde sempre sobre os presos comuns. De outro lado, a própria crise da mentalidade revolucionária dos anos 60, fenômeno que não é sem relação com outra crise: a do “socialismo real”.

Durante a década de 60 a palavra de ordem era *revolução*. A agitação política e cultural em nível mundial e acontecimentos como a Revolução Cubana em 1959, entre outros, fizeram com que todos se pusessem em busca das “classes fundamentais” que, mais cedo ou mais tarde, fariam a revolução. Mas as respostas reais que os vários grupos buscavam tinham menos a ver com o país real do que a uma filiação a uma ou outra das

---

<sup>43</sup> A respeito do perfil das vítimas da ditadura militar brasileira pode-se consultar Arquidiocese de São Paulo (1987) e Marcelo Ridenti (1993).

tendências existentes à época: a “linha de Moscou”, a “linha chinesa” ou a “via cubana”. Na cultura política da década de 1960 o povo que importa – ou o proletariado, o campesinato, o semiproletariado, etc. – é aquele que é capaz de fazer a revolução. Nesta cultura política, não haveria lugar para os miseráveis vítimas da violência policial cotidiana. Aquilo que Marx denominou de lumpem-proletariado não figurava entre as “classes fundamentais” devido à sua falta de consciência.

Helena Singer (2003) defende a hipótese de que a luta pelos direitos humanos no Brasil não supera seu isolamento porque tem carregado uma contradição básica: o debate em torno dos valores de liberdade, felicidade e igualdade está se restringindo ao tema da penalização que é, fundamentalmente, conservador. O que se está querendo sugerir é que estas demandas punitivas tornaram-se o centro do debate em torno dos direitos humanos. Ou seja, os discursos e as práticas sobre os direitos humanos não chegam à população sob a forma de igualdade, felicidade e liberdade, mas sim de culpabilidade, penalização e punição, integrando um movimento mundial de obsessão punitiva crescente. Esse “lado obscuro dos direitos humanos” acaba por reforçar uma tematização das questões sociais a partir da ótica do “problema de segurança pública” em detrimento do debate sobre as desigualdades sócio-econômicas e a justiça social.

Como no Brasil nem mesmo os valores iluministas e republicanos conseguiram atingir a todos e criar raízes, o que dirá sua efetivação. Tendo em vista que as relações sociais aqui historicamente têm se estabelecido com base em privilégios a idéia de direitos para todos encontra fortes obstáculos para se consolidar.

É interessante observar a própria trajetória e recepção do tema da democracia e dos direitos humanos no pensamento político de esquerda, para que se note alguns paradoxos. Nas décadas de 50 e 60 a palavra *Revolução* – entendida como transformação econômica, opondo o socialismo ao capitalismo – possuía quase que uma aura mágica, despertando paixões e utopias de alguns e o ódio de outros. Ninguém, entretanto, ficava indiferente. Em nome da *Revolução* e da luta contra a ditadura muitas pessoas foram torturadas, mortas e desaparecidas. Muitos militantes de esquerda que optaram por uma oposição armada ao regime militar e que buscavam realizar a *revolução* socialista eram vinculados a organizações de diferentes orientações marxistas (leninista, stalinista, maoísta, trotskista, castrista, etc.), e viam com desprezo o tema da democracia e dos direitos humanos, tidos como burgueses. Por outro lado, através de um deslocamento de sentido, com o passar do tempo e com o trabalho da memória, as organizações revolucionárias e seus militantes

deixaram de ser apresentados como partidários de um movimento ofensivo, que pretendia destruir a ditadura e o sistema que ela representava, para serem apresentados como partidários de uma resistência democrática, quando democracia sequer fazia parte de suas convicções (Reis Filho, 1990) Desse modo os temas da democracia e dos direitos humanos passaram a fazer parte da agenda política enquanto as idéias socialistas e comunistas perderam espaço e visibilidade. O debate passou a ser travado principalmente em torno do neoliberalismo e da terceira via.

### **As classes populares e os direitos humanos**

Quando a luta pelo fim da ditadura militar colocou em relevo a reivindicação pelo respeito aos direitos humanos dos presos políticos tais reivindicações não foram estendidas aos presos comuns, foi só mais tarde que os presos comuns começaram a fazer parte das preocupações das entidades de direitos humanos. Depois que a Lei da Anistia foi aprovada em 1979 e os presos políticos foram libertados, e à medida que a democracia eleitoral se consolidava, grupos defensores de direitos humanos voltaram sua atenção para os presos comuns, que continuam a ser torturados e forçados a viver em situações degradantes até os dias atuais. E quando isso aconteceu, houve uma grande campanha transformando os direitos humanos em “privilégios de bandidos”. Teresa Caldeira argumenta que:

Defensores de direitos humanos não foram estigmatizados no passado, quando os casos que defendiam eram os de presos políticos de classe média e quando a abertura estava apenas começando. Ao contrário, o respeito pelos direitos humanos era uma reivindicação importante do movimento político que levou ao fim do regime militar. Na época (final dos anos 70), o respeito pelos direitos de prisioneiros políticos estava sendo exigido por vários grupos seguindo a liderança de intelectuais, políticos de centro e esquerda, a Igreja Católica e sua comissão de Justiça e Paz, e associações civis, como o Movimento Feminino Pela Anistia e a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. A atenção aos direitos de prisioneiros comuns não era incluída nas exigências, apesar de a violação a seus direitos ser rotineira. A campanha pela anistia de presos políticos – muitos dos quais foram torturados e mantidos como prisioneiros sem um julgamento ou mesmo um mandado judicial – interligou-se a outros movimentos políticos que exigiam o retorno a um regime constitucional, eleições livres e diretas, liberdade de expressão, fim da censura, liberdade de organização de partidos políticos e sindicatos e assim por diante, que culminaram na derrocada do regime militar. (Caldeira, 2000: 345)

Embora a expressão direitos humanos transmita uma idéia de universalidade na defesa dos humanos e seus direitos, o que pressupõe que inclua a todos, o que se observa de fato é que houve uma particularização dos interesses. Durante a ditadura militar falou-se em direitos humanos dos presos políticos, hoje se fala em direitos humanos de bandidos,

direitos humanos da polícia, etc. A universalidade da defesa dos direitos humanos não se implantou na sociedade brasileira. Desse modo seria útil interrogar sobre os limites e possibilidades da universalidade dos direitos humanos. Este debate traz consigo várias outras questões correlatas, como por exemplo, a universalidade da própria democracia e como cada corrente de pensamento político tem lidado com ela.<sup>44</sup> Afinal de contas, em que medida a experiência da repressão militar serviu para alargar o horizonte da defesa dos direitos humanos como valor universal?

Em países periféricos como o Brasil, a abolição da tortura valeu apenas para os bem situados socialmente. Segundo Luciano Oliveira (1993), em nosso país além da dicotomia dominante e dominado, presente em todos os países capitalistas, vigora outra ainda mais dura, aquela que, segundo um personagem do romancista Graham Greene, divide os homens em “torturáveis” e “não torturáveis”. Dessa forma, o grande choque causado pelo regime militar não foi a instituição da tortura, mas o fato de que, sob o reino tenebroso dos DOI-CODI, as classes médias brasileiras, antes protegidas por imunidades sociais, caíram momentaneamente na categoria das “torturáveis”.

### **A avaliação do Ceap**

A tese de que os direitos humanos dos presos políticos foram privilegiados e que os direitos humanos das classes populares encontraram obstáculos para se legitimar encontra eco na avaliação de Ivanir dos Santos, integrante do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, entidade que esteve à frente do “Caso Acari” nos primeiros momentos, assessorando as mães.

O Ceap sempre teve no seu bojo, mesmo antes do Ceap e depois do Ceap, uma preocupação muito séria com a luta pela questão dos direitos humanos que era tratada de uma forma muito elitista no país. Direitos humanos era tratado como apenas a violação daqueles que lutaram contra a ditadura militar. Esse era o discurso dos direitos humanos no país. Não descia aos mais pobres. Mesmo nos partidos de esquerda, mesmo nos partidos de esquerda. A preocupação era com aqueles que enfrentaram a ditadura. Era com desaparecido da ditadura militar, os que foram torturados pela ditadura militar, os que foram banidos pela ditadura militar. No final dos anos 70, início dos anos 80 o discurso dos direitos humanos está voltado pra esse segmento. Você não leva em conta a violação dos direitos humanos nos setores mais pobres da população, mas só aqueles que estão engajados politicamente. Então nós viemos num outro movimento, entrando na contramão disso. Um grupo que se organiza a partir de uma outra perspectiva. E

---

<sup>44</sup> O debate sobre a universalidade da democracia pode ser encontrado no texto de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980; e também em Francisco Weffort, *Por que democracia?*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

sempre atuando nessa área, chamar a atenção para a situação dos meninos de rua, do assassinato de criança e adolescente que tinha no país. O “Caso Acari” vai ser depois do relatório que eu fiz sobre assassinato de crianças e adolescentes no país e uma campanha que nós vamos fazer chamada “Não mate nossas crianças”. Campanha anterior ao “Caso Acari”. (Entrevista com Ivanir dos Santos)

Na perspectiva de Ivanir e do Ceap, que a meu ver parece estar correta, o grande “mérito” do “Caso Acari” em termos políticos foi fazer com que o tema dos direitos humanos chegasse às classes populares.

O “Caso Acari” conseguiu popularizar essa preocupação. (...) Conseguiu trazer os direitos humanos para área mais popular. Isso aí foi o grande mérito desse caso e talvez a grande contribuição do nosso trabalho. Já trabalhamos antes, em outros casos, mas ali foi um caso simbólico que, fomos nós que montamos toda a estratégia. (Entrevista com Ivanir dos Santos)

Como romper o isolamento e a fragmentação das classes populares para organizar uma ação política? Como aproveitar o “Caso Acari” para dar visibilidade a uma situação que envolvesse uma articulação mais ampla de outras pessoas que estavam passando por aquela mesma situação? Essas foram as preocupações que pautaram as estratégias do Ceap.

E a partir daí nós vamos montar uma estratégia de tornar público esse caso. Claro, porque o interessante nisso é que como elas não eram (...) para a época, pra mim fica claro que elas podiam ser o símbolo, foi isso que nos interessou, de milhares de mães que têm os filhos que são vítimas de ação como essa e nunca reagiram de forma organizada. Então, as “Mães de Acari” serviu pra nós como uma estratégia de você criar na sociedade uma referência de um drama de milhares de mulheres, negras, pobres, faveladas, nesse país e na periferia, que os filhos são assassinados ou como se fosse bandido ou como se não fosse... E na grande maioria, de forma muito injusta, não têm nenhum envolvimento com o crime. Então foi aí que nós nos interessamos pelo caso, de montar uma estratégia política pra tornar público o “Caso Acari”. Providenciamos um dossiê, mandamos para a Anistia Internacional, mobilizamos a opinião pública internacional, mobilizamos a opinião pública no país, pra tornar esse caso visível. Porque era muito, uma coisa que o Estado ainda não respondeu, [eu disse isso] numa entrevista que eu dei recente pro Linha Direta que vai sair o ano que vem. Como é que onze pessoas desaparecem e o Estado, a polícia, não diz nada. Então foi isso, quer dizer, era um drama de mães que simbolizava milhares de outras mães, foi aí que levou o Ceap a ter uma estratégia para este caso. Tornar esse caso um caso exemplar. Foi isso que nos levou a interagir um pouco com nossa história de vida no sentido de que nós éramos desse meio. E por outro lado você não questionava porque que os setores populares não eram objeto de preocupação dos direitos humanos. Onde até hoje tem muita distância. Porque quando era a classe média, (...) acha que direitos humanos é defender direito de bandido, isso é um consenso, quer dizer, ou seja, o preso político é legítimo o setor popular não, pro povo não é. (Entrevista com Ivanir dos Santos)

A perspectiva de Ivanir e do Ceap mostra uma percepção e interpretação política da ação das “Mães de Acari”. Havia uma expectativa por parte do Ceap de que as “Mães de Acari” se tornassem um símbolo capaz de agregar várias outras mães e familiares de

vítimas da violência estatal, a idéia era explorar as potencialidades do conflito social através desse caso exemplar. Por conflito social leia-se luta de classes. Trata-se de um caso exemplar com muita força simbólica que teria o potencial de aglutinar, mobilizar e alavancar os conflitos de classe. Ivanir conta que após o caso completasse cinco anos o objetivo almejado era buscar fazer com que o estado reconhecesse oficialmente a violência cometida por seus agentes, nesse caso policiais provavelmente integrantes de grupo de extermínio Cavalos Corredores, tal como buscam fazer as entidades e organismos ligados à questão dos *desaparecimentos políticos*, como por exemplo o Grupo Tortura Nunca Mais. O reconhecimento por parte do Estado, através da emissão dos atestados de óbito, significaria o reconhecimento do caráter de classe do Estado. Pela perspectiva política do Ceap as “Mães de Acari” representariam a imagem-síntese da miséria governada através do sistema penal. Além disso, havia da parte de Ivanir uma motivação pessoal, já que sua mãe havia sido assassinada pela polícia e ele chegou a ser seqüestrado.

Eu tinha uma motivação muito clara, independente da... eu tinha uma motivação pessoal. Porque quando elas chegaram até aqui eu tinha uma informação, eu tinha sido seqüestrado pela polícia e minha mãe me procurou. Como não encontrou, muito parecido com a história da Edméia, a que foi assassinada. Diziam na época que ela não tinha sido assassinada, que ela tinha se suicidado, fui descobrir alguns anos depois que não foi isso. (...) Então, o que me motivava era aquelas mulheres procurando seus filhos. Então eu via nelas o drama que minha mãe passou. O Estado toma o filho, enterra num lugar, ninguém sabe onde é e a mãe fica maluca procurando. Essa é... minha motivação pessoal. Mas então eu tinha uma compreensão política com relação a isso. Isso daria resposta a um drama não só delas, de milhares de pessoas. Bom, o que eu acho é que nós tínhamos uma estratégia clara e elas não tinham, porque elas não tinham uma formação política, não tinham uma compreensão política. O que elas tinham no momento era a dor. Certo? Quando você tem uma dor que é legítima e te move pra uma luta, você vai no caminho da luta ampliar o seu horizonte. E também vai ficar à mercê de uma série de intrigas e fofocas e manipulações que são concretas e reais. E a sua maturidade no momento não compreende e a sua ansiedade. (Entrevista com Ivanir dos Santos)

O intuito e a tentativa de nomear a luta de classes através do “Caso Acari”, de organizar as classes populares para uma ação política, encontrou seus limites na interpretação e na compreensão política das próprias mães. Na avaliação de Ivanir houve uma dificuldade de organização das mães, segundo ele uma dificuldade que é comum no trabalho político com as classes populares e que ele explica alegando a falta de formação política e a precariedade material, ou, nas palavras de Marx, “as condições concretas de existência”. Ivanir reconhece os limites do apoio que puderam dar às mães:

A gente deu uma ajuda muito pontual porque não tinha como, porque na verdade elas

tinham... muitas eram dona-de-casa, a grande maioria dona-de-casa. Só a Marilene que trabalhava numa fábrica. A Vera era dona-de-casa, a Edméia... Porque tem que observar o seguinte, duas delas não moravam na comunidade. Então essas que não moravam na comunidade tinham uma outra lógica. Elas são de outros segmentos. Tem que levar isso em consideração. Tanto que elas se apresentavam com conflitos entre elas, na época. Reunião delas sempre tinha muito conflito. Edméia era uma pessoa, digamos, mais da comunidade. Tanto é que foi assassinada. (...) Veja bem, aí é que tá o problema da visão política. Por isso que eu tô querendo não falar muito. Elas tinham uma compreensão e uma expectativa. Nós tínhamos outra compreensão e outra expectativa. Certo? Então veja bem. Uma coisa que eu aprendi nesse caso é que por mais que a gente tivesse, exemplo, o que me levou a atuar nas “Mães de Acari”? Eu tive uma mãe vitimada pela polícia. A minha mãe foi assassinada pela polícia. E eu fui raptado pela polícia, então, eu via no drama delas um pouco o que minha mãe poderia ter passado. (Entrevista com Ivanir dos Santos)

As divergências entre as “Mães de Acari” e o Ceap ficam mais explícitas nas diferentes expectativas em relação à produção do primeiro livro, que foi escrito para aproveitar a viagem que as mães faziam à Europa para divulgar o caso.

Para nós do Ceap o livro era apenas um instrumento para publicizar muito mais o drama. Nós não tínhamos ilusão quanto a isso, nós não tínhamos. Era uma forma de você publicizar melhor essa história. Entendeu? Elas tinham uma noção diferente. Que não seria só a [publicização] mas também a sobrevivência delas, porque eram pessoas muito pobres. (Entrevista com Ivanir dos Santos)

Chegou-se a falar na adaptação do livro para um filme, que não chegou a ser realizado. Esse parece ter sido um momento decisivo nas relações entre as mães e o Ceap, cujo resultado foi o distanciamento.

### **Entre o luto, a justiça e a paz: os idiomas de ação**

Entre os protestos envolvendo a participação de “familiares de vítimas de violência” percebe-se que os repertórios acionados durante a *ritualização dos conflitos* apontam para uma oscilação entre ora a linguagem da paz ora a linguagem da justiça (Cf. Leite, 2004). Essa variação dos idiomas de ação (Steil, 2002)<sup>45</sup> tem a ver com a mediação de diversos agentes sociais que estão envolvidos no conflito.

---

<sup>45</sup> A idéia de idiomas de ação é elaborada por Steil (2002), a partir da teoria da análise ritual proposta por Stanley Tambiah (1985), ao analisar o “deslocamento de ênfase das categorias político-econômicas para aquelas que salientam outros traços socioculturais, como etnia, gênero e meio ambiente” (Steil, 2002: 197). A partir de um estudo de caso de uma comunidade remanescente de quilombo chamada Rio das Rãs, o autor mostra como a transformação do conflito fundiário em uma questão étnica produziu novas formas de ação política ritualizadas que se constituíram em *modelos* ou *tipos rituais* dentro dos quais os negros do Rio das Rãs passaram a reformular positivamente sua memória, ressignificando sua identidade a partir de um processo de assimilação de sua condição étnica e de significação dos eventos políticos em que estavam envolvidos dentro de uma estrutura ritual.

Um dos principais protagonistas que tem atuado e em certo grau pautado, na cidade do Rio de Janeiro, os formatos de protesto relativos ao tema da “violência urbana”, em que pese a imprecisão da expressão, tem sido a ONG Viva Rio<sup>46</sup>. O enfrentamento da temática da violência proposto pelos formatos de ação do Viva Rio caracteriza-se pela ausência de críticas e propostas de reforma das estruturas sociais. Por um lado, busca dialogar com elementos característicos do campo religioso, e por outro esforça-se para não se associar a formatos “tradicionais” de se fazer política, evitando sustentar um discurso ideológico que possa delimitar e/ou restringir seu campo de atuação. A consequência é um apagamento dos conflitos sociais através de uma proposta de reconciliação da cidade para a construção da paz. A opção pela linguagem da paz em detrimento da justiça, enquadra-se dentro da lógica daquilo que Leite (2004) tem definido como *movimento pró-ativo*:

A lógica dos movimentos pró-ativos é reunir todos aqueles que se sintam concernidos na defesa de uma causa - no caso, a paz -, evitando-se críticas e questionamentos a quaisquer atores individuais e/ou coletivos, às instituições existentes e políticas praticadas, na pressuposição de que a única modalidade possível de agregação social, nos tempos que correm, é provisória, pontual, constitui-se por sobre e apesar das diferenças, somando sempre a favor de algo (Leite, 2004: 146-47).

Nesse contexto, a reivindicação por justiça das “Mães de Acari”, em alguns momentos de sua trajetória chegou a ser convidada a se enquadrar dentro da temática da paz. Mas só pode haver paz se antes houver justiça e reparação. Enquanto isso não acontece as “Mães de Acari” e outras “mães de vítimas de violência” têm contribuído para elaborar “estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada” (Huyssen, 2000) a partir da transformação do luto numa prática reivindicativa de justiça. A experiência das Mães de Acari e o diálogo possível com outras experiências similares (como a das Mães da Praça de Maio, por exemplo) têm ajudado a fomentar um espaço fúnebre capaz de contribuir para alimentar a memória humana. Acredito que a opção pela justiça, enquanto um idioma de ação, tem ganhado força com o surgimento em 2004 da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, onde algumas das “Mães de Acari” têm atuado juntamente com outros “familiares de vítimas de violência” que, por sinal, não pára de crescer.

Enquanto eu acabava de escrever a conclusão deste trabalho, em julho de 2007, a política de extermínio do governo estadual (apoiada em nível municipal e federal) produzia

---

<sup>46</sup> Sobre a linguagem construída pelo Viva Rio em manifestações contra a violência conferir Leite (2003).

uma nova onda de assassinatos coletivos com a “ocupação” do Complexo do Alemão. Muitos deles execuções sumárias, como indicam os laudos periciais e os testemunhos dos moradores. Dessa vez, o recrudescimento do uso da força e da repressão é justificado pelas autoridades estaduais em razão da realização dos Jogos Pan Americanos. Diante da possibilidade do eterno retorno da catástrofe é preciso organizar o pessimismo e criar um verdadeiro *estado de emergência*.

Para concluir, uma bela citação de Primo Levi referindo-se ao momento de sua libertação do campo de concentração nazista. Seu testemunho atesta o caráter insanável da dor, do sofrimento e da injustiça que, guardadas as devidas distâncias históricas e os respectivos sentidos e significados, recorrentemente volta a nos assombrar e faz refletir sobre a condição humana:

(...) a hora da liberdade sou grave e acachapante, e inundou, a um só tempo, as nossas almas de felicidade e doloroso sentimento de pudor, razão pela qual quiséramos lavar nossas consciências e nossas memórias da sujeira que as habitava; e de sofrimento, pois sentíamos que isso já não podia acontecer, e que nada mais poderia acontecer de tão puro e bom para apagar o nosso passado, e que os sinais da ofensa permaneceriam em nós para sempre, nas recordações de quem a tudo assistiu, e nos lugares onde ocorreu, e nas histórias que iríamos contar. Porque, e este é o tremendo privilégio de nossa geração e do meu povo, ninguém pôde mais do que nós acolher a natureza insanável da ofensa, que se espalha como um contágio. É absurdo pensar que a justiça humana possa extingui-la. Ela é uma inexaurível fonte do mal: que o corpo e a alma dos esmagados, os destrói e os torna abjetos; recai como infâmia sobre os opressores, perpetua-se como ódio nos sobreviventes, e pulula de mil maneiras, contra a própria vontade de todos, como sede de vingança, como desmoronamento moral, como negação, como fadiga, como renúncia (Levi, 1997: 12-3).

## BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIRRE, Elizabeth Martinez de. Un espejo de la historia: miles de fotos. Aproximaciones al estudio sobre fotografías de detenidos-desaparecidos durante la última dictadura militar. In: GODOY, Cristina (compiladora). *Historiografía y memoria colectiva: tiempos y territorios*. Buenos Aires, Madrid: Miño y Dávila Editores, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origins and spread of nationalism*. London: Verso, 1991.
- ARAÚJO, Fábio Alves. Com as patas dos cavalos: a criminalização dos pobres e das lutas sociais. In: *Geografares*. Revista do Departamento de Geografia/UFES. Vitória, n. 5, 2006.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo III. Perfil dos Atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARREIRA, Irllys. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 97-117, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução: José Martins Barbosa & Hermerson Alves Baptista. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BIRMAN, Patrícia. Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do Mural da Dor. In: LEITE, Márcia Pereira & BIRMAN, Patrícia

- (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, Luc. La dénonciation public. In: *L'Amour et la justice comme compétences*. Paris: Éditions Métailié, 1990.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. In: *Ciência e Cultura. Revista da SBPC*. Ano 54, n.º 1, julho/agosto/setembro de 2002.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración em Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2004.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CATELA, Ludmila da Silva e NOVAES, Regina. Rituais para a dor: política, religião e violência no Rio de Janeiro. In: LEITE, Márcia Pereira & BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CATELA, Ludmila da Silva. Variaciones sobre las memorias. In: *Estudios: Revista Del Centro de Estudios Avanzados*. Universidad Nacional de Córdoba. Número 16. Otoño 2005.
- \_\_\_\_\_. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.
- CAVALCANTI, Mariana. Memoria y cotidianidad de la represión en el *Morro do Borel*. In: JELIN, Elizabeth y Ponciano del Pino (comps). *Luchas locales, comunidades e identidades*. Buenos Aires/Madri: Siglo Veintiuno, 2003.
- COIMBRA, Cecília. A espionagem do Exército e a questão dos mortos e desaparecidos políticos. In: *Direitos Humanos no Brasil 2001*. Relatório da Rede Social de Justiça e

- Direitos Humanos em parceria com Global Exchange. São Paulo, 2001.
- COULANGES, Fustel. *Crenças antigas*. A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- ELIAS, Norbert. *La soledad de los moribundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- ESCOREL, Sarah. *Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário?*. Caxambu: XIX Encontro Anual da Anpocs, 1995. Mimeo.
- FARIAS, Juliana. Imagens de protesto: o que se vê quando se pisa no chão da Plaza de Mayo?. In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca; COSTA, M. H. B. E. V. (Orgs.). *Imagens Marginais*. Natal: EDUFRN, 2006.
- FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes. *A chacina de Vigário Geral: a violência como princípio*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPCIS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. As disputas políticas sobre preservação da memória da ditadura no Brasil. In: *30º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2006. (Mimeo)
- FREITAS, Rita C. S. “*Mães de Acari*”: *preparando a tinta e revirando a praça – um estudo sobre mães que lutam*. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. (Tese de Doutorado).
- GEBAUER, Günter & WULF, Christoph. *Mimese na cultura: agir social, rituais e jogos, produções estéticas*. São Paulo: Annablume, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IANNI, Octavio. Raízes da violência. In: CAMACHO, Thimoteo (Org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória: Edufes, 2003.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. España: Siglo XXI de Espana Editores S.A., 2001.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Luto, pobreza e representações da morte. In: Ximenes, Tereza (org.). *Novos paradigmas e realidade nacional*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LAQUEUR, Thomas. Corpos, detalhes e a narrativa humanitária. In: *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In: *Contemporaneidade e Educação*, II, 1, 1997.
- LEITE, Márcia Pereira & BIRMAN, Patrícia (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia & LEITE, Márcia Pereira (Orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A linguagem dos sentimentos e a missão como política: religião, violência e movimentos sociais no Rio de Janeiro*. 2003. Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade, 27º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2003. Mimeografado.
- LEVI, Primo. *A trégua*. Tradução: Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. In: *Sociedade e Estado. Revista Semestral de Sociologia*. Brasília: UNB. Volume X, número 2, julho-dezembro 1995.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. & RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? In: Encontro Anual da Anpocs, 9, São Paulo. Anais. São Paulo: Cortez, 1996.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos . Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. *Mapas* (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade). Ibase/Actionaid/Ford Foundation Cdrom: Rio de Janeiro, 2005.
- MARTINEZ, Marta Inés Villa (et al). *Rostros del miedo*. Medellín: Corporación Región, 2003.
- MARZULO, Éber Pires. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

(Mimeo).

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos (Rituais orais funerários australianos). In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001 [1921].

\_\_\_\_\_. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOISÉS, José Álvaro & ALLIER, Verena Martinez. Patrão, o trem atrasou ou a Revolta dos Suburbanos”. In: *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Imagens da democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil*. Recife: Pindorama, 1996.

PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1987.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: notas exploratórias. In: Peirano, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PARK, Robert. Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: *História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SINGER, Helena. *Discursos desconcertados: linchamentos, punições e direitos humanos*. São Paulo: Editora Humanitas, 2003.
- STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: Peirano, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- TAMBIAH, Stanley. *Culture, thought, and social action*. An anthropological perspective. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- VIDAL, Dominique. Demandas por respeito: direitos humanos nas camadas populares urbanas. In: Secretaria de Estado de Direitos Humanos. *Direitos negados: questões para uma política de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Pesquisa da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

## **Jornais e Revistas**

Jornal do Brasil

Jornal O Povo.

Jornal O Globo.

Jornal O Dia.

Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Revista Isto é.

## **Fotos e material gráfico**

Acervo do Grupo Tortura Nunca Mais.

Fotos de trabalho de campo.

Demais Fotos de: Danielle Barros, Jaime Silva.

### **Documentos e livros fontes**

- NOBRE, Carlos. *“Mães de Acari”*: uma história de luta contra a impunidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- NOBRE, Carlos. *“Mães de Acari”*: uma história de protagonismo social. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2005.
- LARANGEIRA, Emir. *Cavalos corredores: a verdadeira história – fatos reais*. Rio de Janeiro: Beto Brito, 2004.
- Asociación Madres de Plaza de Mayo. *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Coleção 20 Años de Lucha. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1999.
- Relatório da Anistia Internacional: “Vim buscar sua alma”: o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro, 19/07/2006.
- Caderno de Recortes de Tereza.

### **Páginas na Internet**

- Centro de Mídia Independente: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)
- Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência: [www.redecontraviolencia.org](http://www.redecontraviolencia.org)
- Human Rights Watch: [www.hrw.portuguese](http://www.hrw.portuguese)
- Emir Larangeira: [www.emirlarangeira.com.br](http://www.emirlarangeira.com.br)

## POSFÁCIO

Quando este trabalho encontrava-se em fase de finalização, Vera, que já havia amputado um dedo do pé, acabava de ser internada para amputar mais quatro dedos e fazer duas operações no coração. Problemas de saúde decorrentes de uma diabetes emocional.

Marilene que além da filha havia perdido um irmão, em dezembro de 2006 perdera outro irmão, ambos cometeram suicídio. Passou a fazer tratamento médico e vive sob medicação.

José Luiz dos Santos, outro “familiar de vítima de violência” que aparece nesse trabalho, acabava de iniciar uma greve de fome em protesto contra o arquivamento do processo que investigava a morte de seu filho Maicon, vítima de bala “perdida” em Irajá.

Maria, moradora de Vigário Geral, que também aparece no trabalho, continua sua luta por esclarecimento do *desaparecimento* do filho, desde 2005. O corpo do filho até hoje não apareceu e não existe processo, porque segundo o direito penal brasileiro, não havendo corpo não há crime.

## EXTERMINIO DE MENORES

**Locas de Acari***Mães de garotos desaparecidos no Rio buscam o paradeiro dos filhos, ou de seus assassinos*

AYDANO ANDRÉ MOTTA

A triste história das "Mães de la Plaza de Mayo", as argentinas que até hoje procuram os filhos desaparecidos na ditadura militar, tem uma réplica no Brasil. A milhares de quilômetros de Buenos Aires, na favela de Acari, miserável localidade da zona norte do Rio de Janeiro, um grupo de mães também consome seus dias numa procura insana – e, salvo um milagre, inútil. Seus filhos sumiram na repressão dos grupos de extermínio que, só no ano passado, matou 427 menores no Estado do Rio. A ação dos assassinos, desta vez, criou um símbolo – as Mães de Acari, como ficaram conhecidas as seis mulheres que, há mais de um ano, buscam pistas do paradeiro dos filhos.

O drama das Mães de Acari começa no dia 26 de julho de 90, quando seus filhos participavam de uma festa num sítio em Magé, na Baixada Fluminense, Rosana, 18 anos, Hodson, 16, Edson, 18, Luís Henrique, 17, Antônio Carlos, 17, Cristiane, 16, e Luiz Carlos, 17, todos eles de famílias pobres deixaram suas casas na companhia de outras quatro pessoas na mesma faixa de idade, incluindo um neto da dona do sítio, para um passatempo raro – uma viagem de lazer. Perto de 23h, o sítio foi invadido por seis homens armados e encapuzados que, se dizendo policiais, perguntavam por jóias e dinheiro – reivindicação, no mínimo, estranha quando as vítimas são pessoas pobres como aquelas.

A resposta foi a de que não havia nada de valor para ser roubado. A dona do sítio, Laudicena de Oliveira Nascimento, 71 anos, no depoimento prestado em investigação secreta do Estado-Maior da Polícia Militar fluminense, contou que os seis homens decidiram então seques-

trar todas as pessoas – 11, no total, incluindo Viviane da Silva, Wallace de Souza Nascimento, Luiz Carlos Vasconcelos de Deus e Moisés dos Santos, que também estavam na casa. Com exceção de dona Laudicena, que conseguiu escapar, todos foram colocados em dois carros – uma Kombi e um Uno. "Fugi por uma janela", lembrou a proprietária do sítio na quinta-feira, 15, a *Istoé Senhor*. Cinco dias depois, surgiu o primeiro, e até agora mais forte, sinal da tragédia – a Kombi foi encontrada, incendiada e com vestígios de sangue, em Piabetá, um dos mais



Ana, Marilene e Vera: mães-órfãs em busca de justiça

famosos locais de desova de cadáveres de todo Estado. O Uno desapareceu, junto com todos os sequestrados, e não há qualquer notícia até hoje.

A razão mais provável do sumiço é a suspeita de envolvimento de alguns dos participantes da festa em roubo de cargas e assaltos a bancos. A polícia não avançou nas investigações. O inquérito, instaurado sob o número 75/90 na 69ª Delegacia, está parado e o único movimento vem das mães dos desaparecidos, que prometem não parar até descobrir a verdade. Todas muito pobres, elas parecem mais velhas do que são, e – como mãe é sempre igual, só muda o endereço – não perdem a esperança de rever seus filhos.

"Quando encontrar a Cristiane ela vai levar uma surra de pau", avisa Vera Lúcia Flores Leite, mãe da bela morena que iniciava a carreira de manequim. Vera, uma emburrada dona de casa de 42 anos, não consegue conter a emoção e a saudade ao falar do improvável reencontro. "Vou abraçar minha menina e chorar muito", sonha ela, que, eternamente esperançosa, mantém o quarto de Cristiane intacto, "para quando ela voltar".

Pelo menos duas vezes por semana, Vera Lúcia deixa sua casa, no bairro vizinho de Fazenda Botafogo, e vai até o quartel-general de sua guerra particular: onde as Mães de Acari se reúnem – o minúsculo barraco de Ediméia da Silva Eusébio, 44 anos. Moradora de Acari há 28 anos, ela é mãe de Luís Henrique, outro dos desaparecidos. Ediméia já foi ameaçada de morte algumas vezes, por teimar em procurar seu filho. "Não adianta. É direito de mãe e vou até o fim",

desafia ela, que não chora mais a ausência de Luís Henrique, um adolescente descrito pela mãe como tranquilo, sem inimigos e que detestava brigar. "Luís Henrique só parou de estudar porque ia servir o Exército, mas não deu", justifica. Ela chegou até a discutir com o secretário de Polícia Civil do governo Moreira Franco, Heraldo Gomes, na luta pela apuração do caso. "Depois de demorar horas para receber a gente, ele perguntou se nossos

filhos tinham inimigos no tráfico", recorda Ediméia, revoltada. Com uma filha e dois netos, ela gasta hoje boa parte dos Cr\$ 16 mil mensais da pensão deixada pelo marido – sua única fonte de renda – na busca do filho. "Acho que estou ficando louca nessa procura, mas não vou parar."

A fiscal Marilene Lima de Souza, 39 anos, tem a mesma energia de Ediméia. Mãe de Rosana, ela lidera o movimento e lamenta as brigas que teve com a filha antes do passeio – e do desaparecimento. "Sempre me preocupei com as companhias dos meus filhos e não queria deixá-la ir para Magé", recorda. Na tentativa de descobrir o que aconteceu com a filha, a

## ANEXO 2

### GALERIA DE IMAGENS DAS MADRES DE PLAZA DE MAYO

#### Mosaico com fotos de desaparecidos políticos argentinos



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

#### Manifestação em frente ao consulado argentino em Madrid - 1985



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

### Marcha em Bahia Blanca - 1986



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

### Preparativos para a Marcha da Silhueta - 1989



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

## 1989 – Marcha das Silhuetas



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

## 1987 – 7ª Marcha da Resistência. Basta de Milicos



Fonte: Asociación Madres de Plaza de Mayo.  
Livro: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo -1999*

Praça de Maio – fevereiro de 2006



Fotos: Fábio Araújo

### ANEXO 3

## REGISTRO VISUAL DOS PROTESTOS DAS MÃES DE ACARI – MÃES DA CINELÂNDIA

Mães de Acari, Mães da Cinelândia na Escadaria da  
Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo do Grupo Tortura Nunca Mais  
Data não identificada

**Mães de Acari, Mães da Cinelândia em Protesto na Escadaria da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**



Fonte: Acervo do Grupo Tortura Nunca Mais  
Data não identificada